

Faculdade de Tecnologia e Ciências
Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Bioenergia
Mestrado Profissional em Tecnologias Aplicáveis à Bioenergia

RAFAEL ELVERSON AMORIM SANTOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS DE FOMENTO DO
BIODIESEL NA BAHIA: POSICIONAMENTO DO GOVERNO**
Versus **PERCEPÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR**

SALVADOR - BAHIA
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

RAFAEL ELVERSON AMORIM SANTOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS DE FOMENTO DO
BIODIESEL NA BAHIA: POSICIONAMENTO DO GOVERNO
Versus PERCEPÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Bioenergia, da Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC, como pré-requisitos para a obtenção do título de Mestre em Tecnologias Aplicáveis a Bioenergia.

Área de concentração: Gestão Ambiental dos Bioprocessos.

Linha de Pesquisa: Modelos Gerenciais de Controle de Bioprocessos e Bioprodutos.

Orientador: Prof. MSc. Roberto Fortuna Carneiro – Dir. SEPLAN BA/ FTC

SALVADOR - BAHIA

2010

TERMO DE APROVAÇÃO

RAFAEL ELVERSON AMORIM SANTOS

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS DE FOMENTO DO BIODIESEL NA BAHIA: POSICIONAMENTO DO GOVERNO *Versus* PERCEPÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Tecnologias Aplicáveis à Bioenergia, Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC, pela seguinte banca examinadora:

Data da defesa: ____/____/2010.

Ednildo Andrade Torres

Doutor em Energia, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.
Coordenador do Laboratório de Energia e Gás (LEN), da Escola Politécnica – UFBA

Valcineide Oliveira de Andrade Tanobe

Doutora em Engenharia de Materiais, Universidade Federal do Paraná, UFPA, Brasil.
Pesquisadora e Docente da Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC

Roberto Fortuna Carneiro

Mestre em Administração, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.
Diretor de Planejamento Econômico do Estado da Bahia - SEPLAN-BA/ Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC

AGRADECIMENTOS

Ao Grande Arquiteto do Universo.

À minha mãe.

Aos amigos e incentivadores Gov. Jaques Wagner, José Sergio Gabrielli de Azevedo, Mário de Paula Guimarães Gordilho, Gervásio Oliveira, José Carlos Cavalcanti e Gilberto Gil.

À Profa. Iracema Andrade Nascimento.

À minha avó Vazinha, ao meu avô Carneiro, e toda Família.

À Márcia, Elaine e André Portnoi.

A Willian Oliveira, Germano Tabacof, Reinaldo Borba e Fernando Castro.

A Renato Cabral, Leonardo Trindade e Ana Paula.

Aos Professores Dr. Nei Pereira Jr., Dr. Donato Aranda, Dra. Astria Gonzales, Dra. Valcineide Tanobe, Dra. Heiddy Alvarez e Dr. Ricardo Hernadez.

Ao Dr. Eduardo Argolo, Dr. Ricardo Mendonça, Sra. Diana Miranda, Sra. Conceição Queiroz, Sra. Helena Magalhães, Sr. Maurício Lins, e Sr. Álvaro Carvalho.

A Maicon, Sérgio, Junior, Igor e Diógenes (*in memorian*).

À Neila, Flávio, Humberto, Peixinho, Fred, Rolf, Denise e Loriana.

À Professora Dra. Telma Cortes.

Ao Professor MSc. Roberto Fortuna.

Foi com o apoio destas pessoas que consegui ultrapassar mais um, dos muitos degraus que tenho a conquistar.

*“O Brasil precisa explorar com urgência a sua riqueza,
porque a pobreza não agüenta mais ser explorada”.*

MAX NUNES

RESUMO

A presente pesquisa, no modelo de estudo de caso, visa identificar a percepção dos agricultores familiares perante o posicionamento adotado pelo Governo do Estado no tocante às políticas de fomento à cadeia produtiva do biodiesel da Bahia. Para sua realização, foi promovida uma análise do posicionamento adotado pelas políticas públicas e pelo conjunto dos programas que foram implementados no Estado, tendo um recorte nas ações estruturantes fomentadas pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, com a finalidade do desenvolvimento do biodiesel. Como processo metodológico, este estudo de caso foi subdividido em três etapas, a saber: pesquisa bibliográfica, a fim de verificar o referencial teórico do trabalho; pesquisa qualitativa como objetivo de verificar o posicionamento do governo; pesquisa exploratória primária qualitativa, visando à identificação da percepção do agricultor familiar, advinda dos integrantes das reuniões do Grupo de Trabalho do Pólo de Biodiesel de Irecê, Bahia. A pesquisa abrangeu o nível estadual em consonância com as políticas federais voltadas para o biodiesel, desde que o arcabouço regulatório, os programas, as normas e diretrizes do projeto de biodiesel são nacionais. E, portanto, estes mesmos projetos e políticas são adequados e aplicados às especificidades e às realidades regionais. A partir daí, foi verificado se as estratégias de posicionamento das políticas públicas utilizadas pelo Governo do Estado potencializavam o desenvolvimento da cadeia produtiva do biodiesel na Bahia, envolvendo as questões econômicas, culturais, tecnológicas e, principalmente, sociais e ambientais. A hipótese aplicada foi avaliada a partir da ótica do modelo de posicionamento e percepção, ambas ferramentas de gestão da comunicação e marketing. Com isso, buscou-se a compreensão e mensuração dos resultados das propostas feitas pelos projetos realizados pelo Governo do Estado em relação ao biodiesel. Concluindo-se que realmente os agricultores familiares estão inseridos no programa de biodiesel do estado, contudo, que diferentemente do posicionamento indicado pelo governo, as ações de fomento nos seus diversos elos da cadeia produtiva não chegam até os mesmos com uma percepção muito favorável.

Palavras-chave: Fomento. Políticas Públicas. Biodiesel. Governo da Bahia. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The current research on the type of case study to identify the perceptions of farmers to the position adopted by the State Government in relation to policies to promote the biodiesel productive chain of Bahia. For the program, was promoted a review of the policy stance adopted by the public and to all the programs that were implemented in the state, taking a cut in structuring actions promoted by the Department of Agriculture, Irrigation and Agrarian Reform - SEAGRI with the aim of developing biodiesel. As the methodology, this case study was divided into three stages, namely: literature, to verify the theoretical work, qualitative research aims to verify the placement of government; primary qualitative exploratory research, aimed at identifying the perception of the family farmer, come to the meetings of the members of the Working Group of the Area of biodiesel Irecê, Bahia. The survey covered the state level in line with federal policies aimed at biodiesel, since the regulatory framework, programs, standards and guidelines of the biodiesel project is a national. And so, these same projects and policies are appropriate and applied to specific and regional realities. From there, it was found that the positioning strategies of public policy used by the State Government to foster the development of the production of biodiesel in Bahia, issues involving economic, cultural, technological and, especially, social and environmental. The assumption applied was evaluated from the perspective of the vehicle positioning and perception, both management tools of communication and marketing. Thus, we sought to understand and measure the results of the proposals made by the projects undertaken by the State Government in relation to biodiesel. It was concluded that farmers really are entered into the biodiesel program in the state, however, that unlike the position indicated by the government, the actions of promotion in their various production chain wounds not even the same with a very favorable perception.

Keywords: Development. Public Policy. Biodiesel. Government of Bahia. Family Farming.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Os Três Pilares do PNPB

Figura 02 - Estrutura da Dissertação

Figura 03 - Matriz Energética Brasileira

Figura 04 - Logomarca do Selo Combustível Social

Figura 05 - O Processo de Comunicação

Figura 06 - Territórios de Identidade da Bahia

Figura 07 - Pólos de Biodiesel no Brasil

Figura 08 - Representatividade dos Pólos de Biodiesel no Brasil

Figura 09 - Organização dos GT dos Pólos de Biodiesel no Brasil

Figura 10 - Foco da Pesquisa do Governo

Figura 11 - Direcionadores da Cadeia Produtiva do Biodiesel na Bahia

Figura 12 - Classes de Enquadramento do Biodiesel na Bahia

Figura 13 - Resposta 1: Agricultor Familiar

Figura 14 - Resposta 1: Cooperativas

Figura 15 - Resposta 2: Agricultor Familiar

Figura 16 - Resposta 2: Cooperativas

Figura 17 - Resposta 3: Agricultor Familiar

Figura 18 - Resposta 3: Cooperativas

Figura 19 - Resposta 4: Agricultor Familiar

Figura 20 - Resposta 4: Cooperativas

Figura 21 - Resposta 5: Agricultor Familiar

Figura 22 - Resposta 5: Cooperativas

Figura 23 - Resposta 6: Agricultor Familiar

Figura 24 - Resposta 6: Cooperativas

- Figura 25 - Resposta 7: Agricultor Familiar
- Figura 26 - Resposta 7: Cooperativas
- Figura 27 - Resposta 8: Agricultor Familiar
- Figura 28 - Resposta 8: Cooperativas
- Figura 29 - Resposta 9: Cooperativas
- Figura 30 - Resposta 9: Agricultor Familiar
- Figura 31 - Resposta 10: Cooperativas
- Figura 32 - Resposta 10: Agricultor Familiar
- Figura 33 - Resposta 11: Cooperativas
- Figura 34 - Resposta 11: Agricultor Familiar
- Figura 35 - Resposta 12: Cooperativas
- Figura 36 - Resposta 12: Agricultor Familiar
- Figura 37 - Resposta 13: Cooperativas
- Figura 38 - Resposta 13: Cooperativas
- Figura 39 - Resposta 14: Cooperativas
- Figura 40 - Resposta 14: Agricultor Familiar
- Figura 41 - Resposta 15: Cooperativas
- Figura 42 - Resposta 15: Agricultor Familiar
- Figura 43 - Resposta 16: Cooperativas
- Figura 44 - Resposta 16: Agricultor Familiar
- Figura 45 - Resposta 17: Cooperativas
- Figura 46 - Resposta 17: Agricultor Familiar
- Figura 47 - Resposta 18: Cooperativas
- Figura 48 - Resposta 18: Cooperativas
- Figura 49 - Resposta 19: Cooperativas
- Figura 50 - Resposta 19: Agricultor Familiar

- Figura 51 - Resposta 20: Cooperativas
- Figura 52 - Resposta 20: Agricultor Familiar
- Figura 53 - Resposta 21: Cooperativas
- Figura 54 - Resposta 21: Agricultor Familiar
- Figura 55 - Resposta 22: Cooperativas
- Figura 56 - Resposta 22: Agricultor Familiar
- Figura 57 - Resposta 23: Cooperativas
- Figura 58 - Resposta 23: Cooperativas
- Figura 59 - Resposta 24: Cooperativas
- Figura 60 - Resposta 24: Agricultor Familiar
- Figura 61 - Resposta 25: Cooperativas
- Figura 62 - Resposta 25: Agricultor Familiar
- Figura 63 - Resposta 26: Cooperativas
- Figura 64 - Resposta 26: Agricultor Familiar
- Figura 65 - Resposta 27: Cooperativas
- Figura 66 - Resposta 27: Agricultor Familiar
- Figura 67 - Resposta 28: Cooperativas
- Figura 68 - Resposta 28: Cooperativas
- Figura 69 - Resposta 29: Cooperativas
- Figura 70 - Resposta 29: Agricultor Familiar

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Nota dos Direcionadores

Tabela 02 - Metas de Produção do BahiaBio

Tabela 03 - Potencial para Produção de Oleaginosas na Bahia

Tabela 04 - Posição dos Gastos com os Programas de Governo

Tabela 05 - Potencialidade das Matérias-primas Brasileiras

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01 - Áreas de Atuação do PRONAF
- Quadro 02 - Pólos de Biodiesel da Bahia
- Quadro 03 - Objetivos do Probi biodiesel Bahia
- Quadro 04 - Metas do Probi biodiesel Bahia
- Quadro 05 - Projetos Desenvolvidos pelo Probi biodiesel Bahia
- Quadro 06 - Objetivos do Sub-Programa de Biodiesel do BahiaBio
- Quadro 07 - Metas do Sub-Programa de Biodiesel do BahiaBio
- Quadro 08 - Parceria com a Petrobrás
- Quadro 09 - Parcerias Tecnológicas
- Quadro 10 - Parcerias para Produção Industrial
- Quadro 11 - Incentivos Fiscais, Financeiros e de Infra-estrutura
- Quadro 12 - Resultados Esperados
- Quadro 13 - Metas do Biosustentável
- Quadro 14 - Ações do Biosustentável
- Quadro 15 - Abrangência por Territórios de Identidade
- Quadro 16 - Instituições Parceiras do Biosustentável
- Quadro 17 - Critérios para Utilização do Desenvolve
- Quadro 18 - Critérios para Enquadramento do Desenvolve
- Quadro 19 - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI
- Quadro 20 - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA
- Quadro 21 - Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA
- Quadro 22 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI
- Quadro 23 - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB
- Quadro 24 - Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração - SICM

- Quadro 25 - Rede Baiana de Biocombustíveis - RBB
- Quadro 26 - Agência de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A. -
DESENBAHIA
- Quadro 27 - Restrições da Bahia para se tornar uma Potência Energética
- Quadro 28 - Gargalos Tecnológicos
- Quadro 29 - Gargalos de Infraestrutura
- Quadro 30 - Gargalos Agroeconômicos
- Quadro 31 - Ações de Governo para Fomentar a Agricultura Familiar
- Quadro 32 - Políticas Públicas Necessárias para o Desenvolvimento do Biodiesel
na Bahia
- Quadro 33 - Ações Necessárias para o Desenvolvimento do Biodiesel na Bahia
- Quadro 34 - Síntese das Ações de Fomento ao Biodiesel
- Quadro 35 - Relação de Atividades Desenvolvidas pelo Governo
- Quadro 36 - Cooperação de Órgãos Federais
- Quadro 37 - Cooperação de Órgãos Estaduais
- Quadro 38 - Cooperação com os Movimentos Sociais
- Quadro 39 - Eventos Realizados pela RBB
- Quadro 40 - Ações e Metas da Bahia no Programa de Bioenergia
- Quadro 41 - Avaliação Nacional do Segmento
- Quadro 42 - Avaliação Estadual do Segmento

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP - Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

ATERS - Assistência Técnica e Extensão Rural

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

BASA – Banco da Amazônia

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

CRM - *Customer Relationship Managment*

DESENBAHIA - Agência de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A

EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A

EMATERES - Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENAM - Instituto de Energia e Ambiente

FAPESB - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FTC - Faculdade de Tecnologia e Ciências

GEE - Gases de Efeito Estufa

GT - Grupos de Trabalho

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDIC - Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio

MI - Ministério da Integração Nacional

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MME - Ministério de Minas e Energia

OGR - Óleos e Gorduras Residuais

OIE - Oferta Interna de Energia

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

PETROBAHIA - Distribuidora de Petróleo da Bahia S/A

PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A

PIB - Produto Interno Bruto

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica Rural

RBB - Rede Baiana de Biocombustíveis

RNB - Rede Nordeste de Biodiesel

SEAGRI - Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia

SECOMP - Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais do Estado da Bahia

SECTI - Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia

SEINFRA - Secretaria de Infra-Estrutura do Estado da Bahia

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SICM - Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia

SIBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UNIFACS - Universidade Salvador

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE TABELAS.....	xi
LISTA DE QUADROS	xii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xiv
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Tema.....	1
1.2 Problema	1
1.3 Hipótese.....	1
1.4 Justificativa.....	2
1.5 Objetivos	6
1.5.1 Objetivo Geral	6
1.5.2 Objetivos Específicos.....	6
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	7
2.1 O Marco Regulatório do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB.....	10
2.1.1 Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB.....	10
2.1.2 Diretrizes e Marco Regulatório do Programa Brasileiro de Biodiesel.....	12
2.1.3 As Leis e o Selo Combustível Social.....	14
2.1.4 Leis que Garantem a Qualidade do Biodiesel	17
2.1.5 Fontes de Financiamento	19
2.1.6 Tratamento Tributário.....	21

2.1.7	Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel - RBTB	22
2.1.8	Rede Temática do Biodiesel - RTB	23
2.2	Análise dos Modelos de Gestão da Comunicação e Marketing.....	24
2.2.1	Breve Descrição de Governança Política.....	25
2.2.2	Breve Descrição de Comunicação e Marketing	26
2.2.3	Marketing Político e Governamental	28
2.2.4	Processo de Comunicação.....	29
2.2.5	Conceitos de Posicionamento.....	31
2.2.6	Conceitos de Percepção	32
2.3	Agricultura Familiar	33
2.3.1	A Legislação da Agricultura Familiar	34
2.3.2	O Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF	36
2.3.3	Política de Assistência Técnica, Extensão Rural e Capacitação.....	38
2.3.4	Conceito dos Territórios de Identidade	40
2.3.5	Conceito dos Pólos de Biodiesel.....	41
3	METODOLOGIA.....	45
3.1	Pesquisa Bibliográfica e de Dados Secundários.....	47
3.2	Pesquisa Qualitativa	47
3.3	Pesquisa Exploratória Primária Qualitativa	49
3.4	Abrangência da Pesquisa	49
3.5	Restrições da Pesquisa.....	50
3.6	Foco do Instrumento da Pesquisa.....	50
3.7	Logística da Aplicação do Questionário.....	52
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	54
4.1	Programas de Fomento ao Biodiesel na Bahia.....	54

4.1.1	Programa PROBIODIESEL BAHIA	54
4.1.2	Programa BAHIBIO.....	57
4.1.3	Programa BIOSUSTENTÁVEL.....	63
4.1.4	Programa DESENVOLVE	65
4.2	Governança Política e as Políticas Públicas para o Biodiesel na Bahia..	68
4.2.3	Estrutura de Governança do Biodiesel na Bahia.....	69
4.2.4	Ações de Fomento Desenvolvidas a partir das Políticas Públicas.....	73
4.2.5	Incentivos para a Produção de Biocombustíveis no Estado da Bahia	79
4.2.6	Restrições para o Desenvolvimento dos Biocombustíveis na Bahia.....	81
4.2.7	Principais Gargalos do Programa de Biodiesel na Bahia.....	83
4.2.8	Desafios para Atuação das Políticas Públicas na Bahia.....	84
4.2.9	Políticas para o Desenvolvimento dos Biocombustíveis na Bahia.....	87
4.2.10	Recomendações para Desenvolvimento do Biodiesel no Estado	90
4.3	Avaliação do Posicionamento do Estado da Bahia.....	91
4.3.3	Atividades Desenvolvidas para o Fomento do Biodiesel na Bahia	92
4.3.4	Atores Envolvidos com o Fomento do Biodiesel na Bahia	106
4.3.5	Ações Estruturantes para o Fomento do Biodiesel na Bahia	107
4.3.6	Realizações do Governo para o Fomento do Biodiesel na Bahia.....	109
4.3.7	Posicionamento do Governo para o Fomento do Biodiesel na Bahia ...	111
4.4	Avaliação da Percepção dos Agricultores Familiares	112
4.4.3	Resultados Encontrados	113
5	CONCLUSÕES.....	138
5.1	Cenário dos Resultados no Brasil	139
5.2	Cenário dos Resultados na Bahia.....	142
	REFERÊNCIAS.....	149

APÊNDICE 1	158
APÊNDICE 2	162
APÊNDICE 3	163
APÊNDICE 4	165
APÊNDICE 5	169

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visou avaliar a percepção dos agricultores familiares perante o posicionamento adotado pelo governo do estado da Bahia no tocante às políticas públicas e ao fomento para o desenvolvimento da cadeia produtiva do biodiesel no Estado, em consonância com os programas desenvolvidos.

Para sua realização, foi promovida uma análise do posicionamento adotado através dos programas que já foram implementados no Estado, a partir das ações estruturantes promovidas pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI com a finalidade do desenvolvimento do biodiesel.

A partir da ótica do modelo de posicionamento e percepção, ambas ferramentas de gestão da comunicação e marketing, foram indicadas estratégias que podem subsidiar possíveis melhorias para os programas e as políticas públicas que abordem os aspectos socioeconômicos e ambientais da cadeia produtiva e o próprio desenvolvimento do biodiesel no estado nos próximos anos.

1.1 Tema

Percepção dos agricultores familiares perante o posicionamento do Governo do Estado da Bahia, no tocante as políticas públicas e ao fomento da cadeia de biodiesel no Estado.

1.2 Problema

As estratégias de posicionamento adotadas pelo Governo da Bahia, através das suas políticas públicas, conseguiram inserir o agricultor familiar na cadeia produtiva do biodiesel no Estado?

1.3 Hipótese

A partir da análise da percepção dos agricultores familiares da Bahia, perante o posicionamento do Governo do Estado para o desenvolvimento e incentivo da cadeia produtiva do biodiesel, será possível indicar que os agricultores familiares

estão inseridos no programa de biodiesel na Bahia, contudo as ações do governo não chegam até os mesmos de um modo muito favorável.

1.4 Justificativa

O uso de energias alternativas e limpas poderia gerar externalidades positivas e eliminar as negativas, fazendo com que a qualidade de vida humana e do meio ambiente melhorem.

(BARROSO; ALVES, 2008)

O paradigma energético atual é uma das marcas da modernidade, e nesse sentido ele foi essencial para o surgimento da indústria, para a multiplicação de nossa capacidade de locomoção pelo planeta e para a definição de boa parte de nossos hábitos atuais de consumo.

A partir de meados do século passado, começou a ficar evidente que o atual paradigma era ambiental e socialmente insustentável. Para minimizar este panorama, uma ampla variedade de fontes e métodos está sendo pesquisada: a produção de álcool, a gaseificação (e posterior queima) da matéria orgânica e a geração de energia por meio de bioprocessos.

Para Urquiaga et al (2005), o que tem que ser observado no desenvolvimento do biodiesel é a relação entre o total de energia contida no biocombustível e o total de energia fóssil investida em todo o seu processo de produção, incluindo-se o processo agrícola e industrial, e, deste modo, será possível estabelecer o balanço energético do combustível.

Entretanto, para Herrera (2007), a questão a enfrentar não é a qualidade da energia (incomparavelmente mais limpa que a fóssil), mas o sentido social e ambiental das políticas públicas que serão adotadas para produzi-la.

Na atual conjuntura global, compreender o posicionamento e as estratégias utilizadas para o desenvolvimento da cadeia de produção do Biodiesel no Estado da Bahia facilita a compreensão sobre a mensuração dos resultados das propostas feitas pelos projetos realizados pelo Governo no âmbito do Biodiesel, e estes por sua vez, devem ser observados sob a ótica social e ambiental.

Com isso, é possível estabelecer estratégias que possibilitem o embasamento para possíveis projeções de políticas públicas que visem o desenvolvimento do biodiesel no Estado, de modo mais consolidado, evitando as fragilidades, mitigando as possibilidades de repetição de erros, além de potencializar as ações que deram certo no passado.

Apesar de que nem todo programa de governo melhora por conta de um bom processo de comunicação, e para que o sucesso das políticas públicas seja atingido, é necessária uma gestão eficiente e eficaz dos seus programas, contudo, este trabalho foca apenas no processo da comunicação como uma estratégia complementar de implementação de melhorias.

Então, independentemente do governo ou partido político vigente no futuro, a Bahia poderá ter desenvolvido estratégias voltadas para a consolidação do biodiesel a partir de uma forte atuação da agricultura familiar, desde que a mesma se caracterize com um dos principais elos da cadeia produtiva.

Este projeto indica interesse e viabilidade a partir do momento que dentre os seus objetivos estão à busca pelo desenvolvimento de estratégias de posicionamento voltadas para um negócio novo. Pois, apesar de se falar em biodiesel desde o fim do século XIX, com as experiências de Rudolf Diesel, somente agora é que a tecnologia para o desenvolvimento do biodiesel ganha escopo e as suas necessidades são ampliadas (MENANI, 2007). Do mesmo modo, é pertinente avaliar os diversos elos que envolvem a sua cadeia produtiva.

A avaliação da percepção do posicionamento do Governo pelo agricultor familiar rural, no que se refere às políticas públicas e ao fomento do biodiesel na Bahia envolve diversos aspectos, sendo eles: econômicos, ambientais e principalmente sociais para todo estado, e este por sua vez, deixa de ser observado exclusivamente pelo retorno financeiro que a introdução de um novo combustível poderá proporcionar na matriz energética, para identificar os fatores preponderantes que sinalizam as melhores estratégias de comunicação e marketing governamental de modo a resultar programas economicamente lucrativos, ambientalmente sustentáveis e socialmente justos (DORRESTEIJN, 2005).

Pesquisando o histórico do próprio estado da Bahia, através do levantamento das ações realizadas e resultados obtidos com a adoção de políticas públicas e da

comunicação que incentivaram o desenvolvimento do biodiesel, foi possível aferir o desempenho dos projetos, de modo a realizar uma análise da estrutura produtiva e do envolvimento dos agricultores rurais, bem como da estrutura da cadeia de marketing governamental adotada pelo Estado para o estabelecimento de sua governança.

Já que implantar um programa energético auto-sustentável, considerando preço, qualidade e garantia de abastecimento, propiciando geração de emprego e renda e com sustentabilidade ambiental é um desafio, e os três pilares do Programa de Produção e Uso do Biodiesel no Brasil – PNPB (figura 01) envolvem diversas áreas do conhecimento. Neste trabalho buscou-se avaliar a percepção e o posicionamento de dois atores diretamente envolvidos no cenário do biodiesel na Bahia a partir da ótica ambiental, mercadológica e principalmente social.

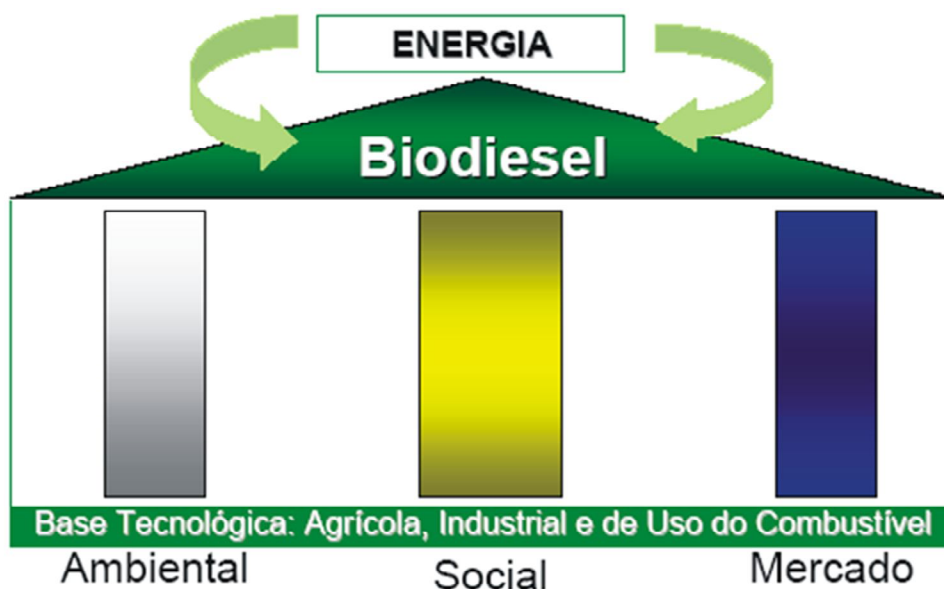


Figura 01: OS TRÊS PILARES DO PNPB

Fonte: MDA, 2006

As políticas públicas e os respectivos programas de governo adotados por estratégias de comunicação já utilizadas em situações anteriores no próprio estado da Bahia podem ser avaliadas, e quem sabe, re-utilizadas, com as devidas adequações nas suas características, assim como novos modelos e sugestões

poderão compor as propostas de apoio para implementação de um posicionamento que garanta a comunicação das políticas públicas.

Visando demonstrar o resumo do caminho que esta pesquisa trilhou, a seguir é identificado na figura 02: estrutura da dissertação, o fluxo que justifica o trabalho.

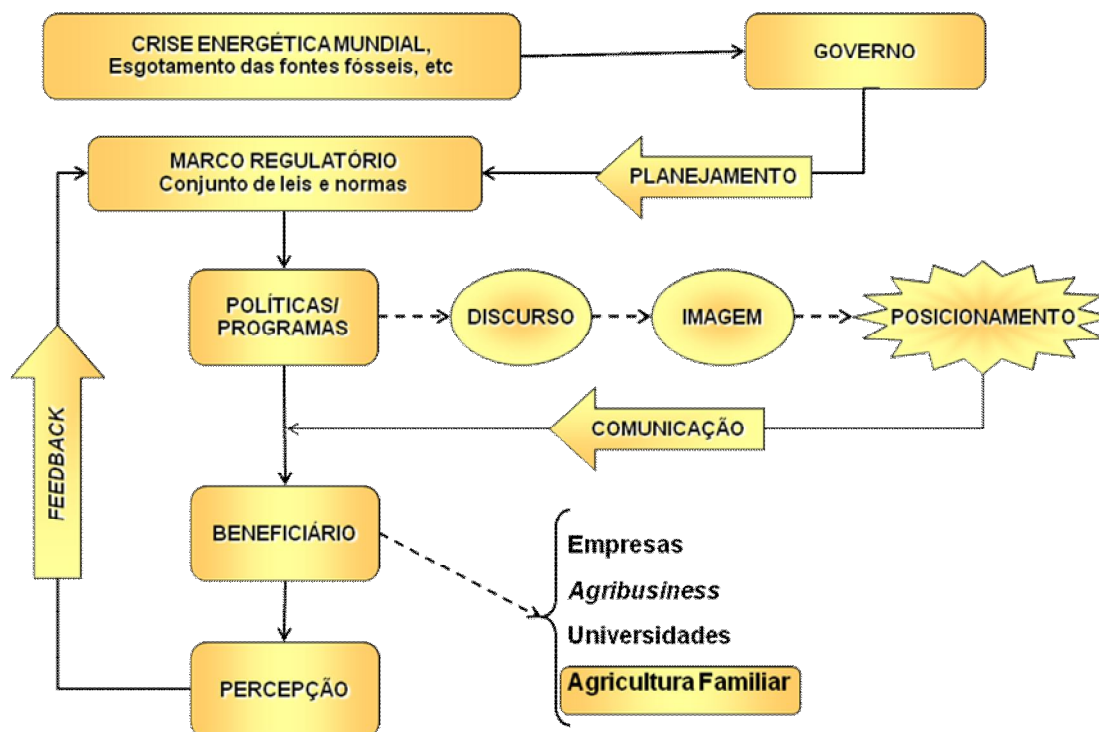


Figura 02: ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Fonte: CARNEIRO, 2009.

A crise energética mundial pressionou o governo federal a realizar um planejamento para ampliação das suas fontes de energias alternativas, este plano gerou um marco regulatório, formado pelo conjunto de normas e regras que chancelam a produção do biodiesel no Brasil.

O marco federal impulsiona a realização de programas e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do biodiesel nos estados. Estes, por sua vez, desenvolvem ações para os programas, que em seguida são comunicadas aos seus beneficiários por um discurso. Este discurso gera uma imagem e conseqüentemente um posicionamento sobre a atuação do governo.

Assim, é percebido que esta pesquisa pretende contribuir com os programas para o desenvolvimento do biodiesel a partir das respostas da percepção que o agricultor familiar rural possui sobre as ações desenvolvidas pelo governo, e com isso promover o *feedback* para a indicação de possíveis melhorias nos programas.

1.5 Objetivos

A presente pesquisa apresenta os seguintes objetivos:

1.5.1 Objetivo Geral

Avaliar a relação entre a percepção dos agricultores rurais familiares e o posicionamento do governo da Bahia em relação às políticas públicas de fomento ao biodiesel no estado, de modo a verificar a sustentabilidade da participação do agricultor familiar na cadeia de produção do biodiesel na Bahia.

1.5.2 Objetivos Específicos

- Avaliar as políticas públicas e as ações estruturantes de fomento ao biodiesel no Estado da Bahia;
- Identificar o posicionamento do Governo do Estado diante das ações de fomento ao biodiesel;
- Avaliar a percepção da agricultura familiar perante o posicionamento do Governo no fomento a produção de Biodiesel na Bahia;
- Gerar informações para apoiar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do Biodiesel no Estado, com o foco na agricultura familiar.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O petróleo é um recurso natural não renovável e o mundo hoje é extremamente dependente deste recurso. Os componentes plásticos, espumas, aditivos químicos, combustíveis lubrificantes, dentre outros muitos materiais são oriundos do petróleo extraído, principalmente hoje, do alto mar a profundidades superiores a 2.000 metros. Contudo, as estimativas prevêm que até 2030 será o combustível dominante e logo após este período, se iniciará a fase de declínio de sua produção.

Segundo Sarkis (2006), foram necessários 125 anos para que o mundo consumisse o primeiro trilhão de barris de petróleo, mas serão necessários apenas 30 anos para que se consuma o segundo, o que corresponde ao total das reservas comprovadas.

O advento da segunda guerra mundial fez com que as pesquisas e a utilização do diesel de origem vegetal voltassem à tona, mas ao final da guerra, o consumo de diesel de petróleo voltou a ser utilizado, paralisando mais uma vez as pesquisas. Apenas os Estados Unidos, Alemanha e Índia mantiveram algum tipo de pesquisa e hoje em dia possuem lugar de destaque no uso de óleos vegetais como fonte energética.

A primeira crise mundial do petróleo iniciou a pesquisa por fontes alternativas de energia, e no Brasil dois projetos foram iniciados em busca dessas fontes. Uma pesquisa foi sobre a utilização de álcool e outra sobre biodiesel. O processo de desenvolvimento do biodiesel iniciou-se juntamente com as pesquisas do álcool, porém, na época, o foco maior foi dado à produção de álcool etílico (OLIVEIRA, 2002).

As usinas de álcool surgiram basicamente na década de 70 com o programa pró-álcool que, na época, incentivou as montadoras de carro a produzirem carros movidos exclusivamente a álcool, diminuindo, assim, a dependência nacional do petróleo importado que estava com preços elevados. Para Anciães (1979), as pressões resultantes do aumento da dependência dos derivados de petróleo produziram o ambiente necessário para que o Governo vislumbrasse o uso do álcool como alternativa energética para o país.

Atualmente o Brasil possui uma experiência longa e diversificada no âmbito da produção e uso de biocombustíveis. O marco mais visível desse processo é sem dúvida o Proálcool, programa de desenvolvimento do bioetanol como substituto da gasolina, implantado com sucesso em 1975, sendo considerada a maior experiência mundial de exploração comercial de biomassa como fonte energética, e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, criado em 2005 (SILVA; SAKATSUME, 2008).

O biodiesel, combustível com características físico-químicas semelhantes à do diesel, obtido a partir da transesterificação de óleos vegetais, in natura ou residuais, com um álcool (etanol ou metanol) e na presença de um catalisador. Na associação entre busca por energias renováveis e por substitutos do diesel importado, o governo brasileiro lançou o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) que busca substituir parte do diesel mineral por biodiesel. Essa proporção obedece à Lei 11.097/2005 que autoriza a utilização de 2% (B2) em volume de biodiesel ao diesel comercializado no país e estabeleceu a obrigatoriedade de 2% a partir de 2008 e 5% (B5) a partir de 2013 (FAVARETO et al, 2007).

Entre as diversas definições do biodiesel, consideramos que ele é um óleo combustível vegetal alternativo ao diesel, renovável e biodegradável, obtido a partir da mistura de um óleo de origem vegetal com metanol ou etanol por um processo denominado transesterificação (GOLDEMBERG; VILLANUEVA, 2003).

Mais especificamente, para Fontana (2007):

o biodiesel é um neo-combustível, um mono-éster de álcoois mais simples do que a glicerina, tais como o etanol C-2 (alternativamente também metanol C-1 ou propanol C-3) quimicamente unido a ácidos graxos de uma cadeia longa (C-12 a C-22) oriundos de triglicerídios ou triacilgliceróis de sementes e frutos vegetais ou de tecidos animais oleaginosos saturados (babaçu e dendê; banha de porco e sebo bovino) ou insaturados (soja, algodão, amendoim, girassol, colza e nabo forrageiro) ou ainda insaturado-hidroxilado (mamona).

Apesar do Brasil possuir uma das matrizes energéticas (Figura 03) mais limpas do mundo, 44,7% é composto por energia renovável, enquanto que a média mundial é de apenas 13,5% (LUCENA, 2004), com isso, verifica-se que o Brasil pode ser considerado uma referência mundial na utilização de recursos renováveis.

Contudo, diante das pressões da sociedade diante dos fatores gerados pelo aquecimento global, é interessante que o Brasil continue a buscar estratégias que possibilitem o aumento da participação das energias limpas em sua matriz.

A ampliação das fontes renováveis é importante não só pela abordagem ambientalista, no que se refere à redução das emissões dos Gases de Efeito Estufa - GEE e das doenças causadas por esses gases, mas também pelo fato de que a inclusão do biodiesel irá ajudar a suprir o consumo de energia no Brasil, além de ser um fator estratégico, visto que a dependência por combustíveis importados diminuiria (BARROSO; ALVES, 2008).

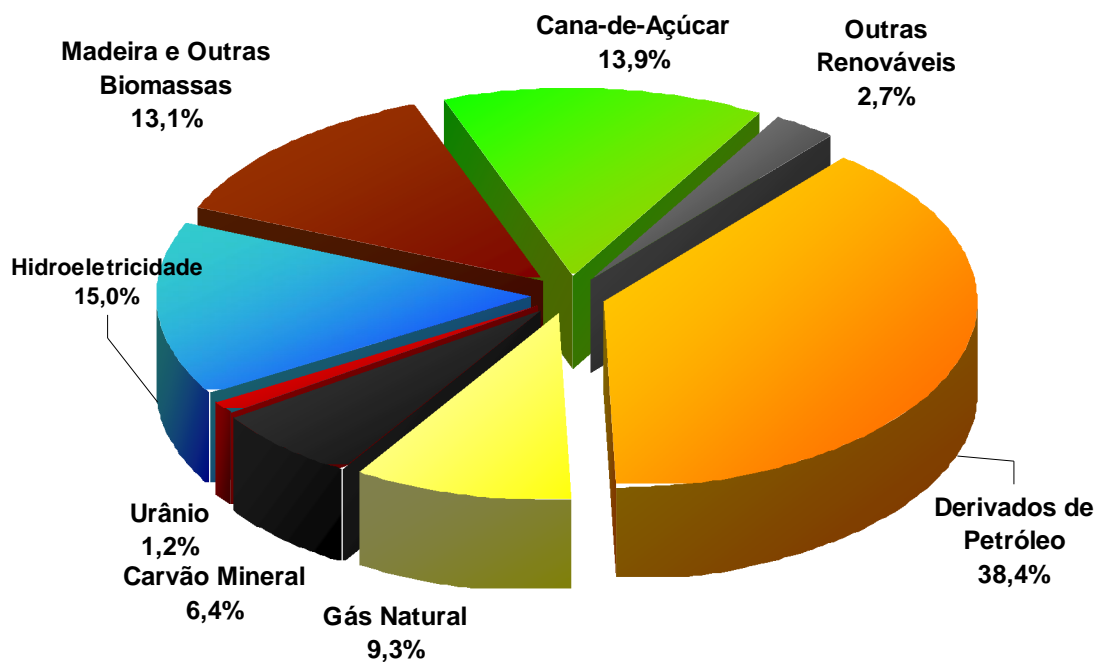


Figura 03: MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA

Fonte: MME, 2006

No Brasil, o debate e as ações de governos e sociedade sobre a produção de bioenergia trouxeram ao cenário nacional perspectivas e implicações de caráter social, ambiental, econômico e político de grande impacto.

Uma das principais vantagens competitivas para a produção de biodiesel em relação a outros países é a perspectiva de incorporação de áreas à agricultura de energia, sem “competição” com o plantio de alimentos, além da possibilidade de

múltiplos cultivos dentro do mesmo ano. No caso da União Européia, esta questão constitui-se num fator crítico, tendo em vista a pequena área disponível para o plantio de matérias-primas que podem ser utilizadas na produção de biocombustíveis, tendo em vista o crescimento da população e o consumo de alimentos (incluindo-se a carne), podendo a expansão da produção nestes países ficar comprometida (PAULILO et al, 2007).

Com a introdução de novo combustível na matriz energética brasileira, de fontes renováveis e não finitas, será possível reduzir a dependência do combustível de maior consumo no Brasil, e assim regiões isoladas e com difícil acesso poderão produzir localmente, e não depender da chegada do óleo diesel. Complementarmente, o biodiesel poderá fortalecer o agronegócio e promover um crescimento regional sustentado, desde que o início do seu processo produtivo possibilita a geração direta de grande número de empregos na área rural.

2.1 O Marco Regulatório do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB

Neste item são abordadas as principais diretrizes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, bem como o seu marco regulatório e o conjunto de projetos que compõem o arcabouço de propostas para sua implantação e desenvolvimento.

2.1.1 Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB, lançado oficialmente em dezembro de 2004, foi uma iniciativa do Governo Federal. O programa tem como núcleo deliberativo uma Comissão Executiva Interministerial, coordenada pela Casa Civil da Presidência da República e composta por 14 Ministérios, sendo que o Ministério de Minas e Energia é o coordenador do Grupo Gestor do PNPB, além de ser composto também pelos mesmos 14 Ministérios, mais ANP, Petrobras, Embrapa e BNDES.

A Lei nº 11.097/05, aprovada pelo Congresso Nacional, estabeleceu que, a partir de janeiro de 2008, a mistura B2 (98% de diesel + 2% de biodiesel) passou a

ser obrigatória no território nacional. Assim, todo o óleo diesel comercializado no País deveria conter, necessariamente, 2% de biodiesel.

Esta lei estabelece os percentuais mínimos de mistura de biodiesel ao diesel mineral, além do monitoramento da inserção desse novo combustível no mercado. O prazo poderá ser reduzido mediante Resolução do CNPE, desde que satisfeitas às condições estabelecidas na própria.

Do mesmo modo, foi estabelecido um Programa Nacional de Testes para misturas B5 – 5% de biodiesel adicionados a 95% de óleo diesel – que contempla apenas biodiesel de soja e mamona e que são de extrema importância tanto para a garantia da confiabilidade quanto da durabilidade da frota nacional circulante (MARQUES, 2006).

Em janeiro de 2010, este percentual passou para 5%, ou seja, B5. Vale ressaltar que, a depender da evolução da capacidade produtiva e da disponibilidade de matéria-prima, entre outros fatores, esses prazos podem ser antecipados, mediante Resolução do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, conforme estabelecido pela Lei 11.097/05.

Com a Resolução nº 03, de 23 de setembro de 2005, o CNPE vem antecipando o volume de litros da mistura pela capacidade de produção, cuja obrigatoriedade se restringia ao volume do biodiesel produzido por detentores do “Selo Combustível Social” (CAMPOS, 2006).

Desta forma, a partir de janeiro de 2010 o percentual de mistura obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado em todo país aumentou de 3% para 5%. A decisão foi tomada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a resolução foi publicada no Diário Oficial da União.

O governo já estuda aumentar o percentual de biodiesel adicionado ao diesel dos atuais 5 por cento (B5) para 6 por cento (B6) ainda este ano, informou o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Para ele, há disponibilidade de biodiesel no Brasil que permite trabalhar com a ideia de antecipar o B6. Pois, “o Ministério de Minas e Energia está discutindo conosco, a decisão agora é política” (BIODIESELBR, 2009).

A introdução do B5 no mercado brasileiro representa um consumo de 1,8 bilhão de litros de biodiesel. Com o B6, o consumo subiria para 2,0 bilhões de litros (BIODIESELBR, 2009).

2.1.2 Diretrizes e Marco Regulatório do Programa Brasileiro de Biodiesel

Para Rodrigues (2006), a introdução do biodiesel na matriz energética nacional de forma sustentável permite a diversificação das fontes de energia, o crescimento da participação das fontes renováveis e a segurança energética. Com o programa será possível a ampliação da geração de emprego e renda, especialmente no campo, para a agricultura familiar, na produção de matérias-primas oleaginosas.

Outro importante aspecto a ser considerado é a redução das disparidades regionais, pois o programa propicia o desenvolvimento das regiões mais carentes do País: Norte, Nordeste e Semi-Árido.

A diminuição das emissões de poluentes e dos gastos relacionados ao combate da poluição, especialmente nos grandes centros urbanos promove certa economia de divisas com a redução de importações de diesel. Além de que a concessão de incentivos fiscais e implementação de políticas públicas direcionadas a regiões e produtores carentes, possibilita a ampliação de financiamentos e assistência técnica, conferindo sustentabilidade econômica, social e ambiental à produção do biodiesel.

O PNPB apresenta-se com uma regulamentação flexível, permitindo uso de distintas matérias-primas oleaginosas e rotas tecnológicas (transesterificação etílica ou metílica, craqueamento etc.), fato que amplia as possibilidades de produção do biodiesel.

Implícita nessa listagem de diretrizes está a convicção sobre a viabilidade de se atingir objetivos econômicos, sociais, ambientais e estratégicos com a cadeia produtiva do biodiesel, uma vez que a demanda por fontes de energia renovável é crescente no Brasil e no mundo, e o País tem plenas condições de atender parte significativa dessa demanda. De fato, a vocação natural do Brasil é a agregação de valor à produção primária, sendo o biodiesel uma dessas possibilidades, talvez a melhor delas e a mais promissora, porque a demanda de energia vai durar enquanto o mundo estiver se desenvolvendo (RODRIGUES, 2006).

A Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005, define o modelo tributário aplicável ao biodiesel. Há isenção ou redução de impostos federais incidentes sobre os combustíveis, variável por região, por categoria de produtor e por matéria-prima oleaginosa. Atualmente, o incentivo máximo – redução de 100% dos impostos federais incidentes sobre combustíveis – é conferido à produção de biodiesel fabricado com palma (dendê), na Região Norte, ou com mamona, no Nordeste e no Semi-Árido, desde que fornecidas, em ambos os casos, por agricultores familiares. Para as mesmas matérias-primas e regiões, a redução máxima é de 32% dos tributos federais se os agricultores não forem familiares (VIEIRA, 2006).

A produção de biodiesel com matérias-primas cultivadas por agricultores familiares mereceu tratamento preferencial no modelo tributário. De fato, independentemente da oleaginosa ou da região, se a matéria-prima for adquirida desses agricultores, a redução dos tributos federais é de 68%. Outro aspecto importante do modelo tributário é o de que a tributação total do biodiesel nunca poderá suplantará a do diesel mineral.

Atos normativos da ANP (ANP, 2004) também regulamentam a produção e a comercialização de biodiesel. O Ministério do Desenvolvimento Agrário instituiu e regulamentou a concessão de um certificado, denominado Selo Combustível Social, que confere ao produtor de biodiesel o reconhecimento das condições requeridas para desfrutar dos incentivos fiscais. Para obter esse certificado, o produtor de biodiesel deve:

- Adquirir no mínimo 50% de matérias-primas oleaginosas produzidas por agricultores familiares na Região Nordeste e no Semi-Árido,
- No mínimo 30% nas Regiões Sul e Sudeste e,
- No mínimo 10% nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

Entretanto, para Andrade (2009), o governo federal já promoveu a revisão destes percentuais, considerando que para aderir ao Selo Combustível Social na região nordeste e no semi-árido, o produtor poderá adquirir o mínimo de 30% de matérias-primas oleaginosas.

Dentro desse ambiente em que vários países empenham esforços pelo aumento da participação dos biocombustíveis em suas matrizes energéticas, o PNPB atua diretamente nas vertentes energética, ambiental e social (VIEIRA, 2006).

Já os leilões da ANP fixam um preço de referência e as empresas vencedoras são as que oferecem biodiesel ao menor preço, desde que atendam os critérios de qualidade exigidos pela Agência. Os produtores e importadores de petróleo estão obrigados a adquirir o biodiesel de acordo com sua participação no mercado, no qual a Petrobras é a maior compradora, completando-se, assim, um ciclo que se inicia com a produção de matérias-primas oleaginosas cultivadas por agricultores familiares e se estende até os postos de distribuição de combustíveis (RODRIGUES, 2006).

Cabe ressaltar que o mecanismo dos leilões de compra foi concebido como instrumento de caráter transitório, enquanto a mistura não é obrigatória, para atingir os objetivos básicos antes realçados.

2.1.3 As Leis e o Selo Combustível Social

Com as medidas em vigor no âmbito do PNPB, todo agente econômico que se interessar em produzir e comercializar biodiesel pode fazê-lo, devendo, inicialmente, obter autorização da ANP, cujos requisitos estão expressos em sua Resolução nº 41, de 24 de novembro de 2004. Em seguida, é necessário que a pessoa jurídica beneficiária de autorização da ANP obtenha, junto à Secretaria da Receita Federal, um registro especial, como prevê a Lei nº 11.116/ 2005. As empresas em condições de usufruir benefícios tributários direcionados à inclusão social e ao desenvolvimento regional devem obter, adicionalmente, o Selo Combustível Social (RODRIGUES, 2006).

O Selo Combustível Social é um componente de identificação concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário aos produtores de biodiesel que promovam a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio da geração de emprego e de renda para os agricultores familiares enquadrados nos critérios do PRONAF.

Por meio dele o produtor de biodiesel tem os seguintes benefícios:

- Acesso a alíquotas de PIS/PASEP e COFINS com coeficientes de redução diferenciados;
- Acesso às melhores condições de financiamento junto ao BNDES e suas Instituições Financeiras Credenciadas, ao Banco da Amazônia - BASA, ao

BNB, ao Banco do Brasil S/A ou outras instituições financeiras que possuam condições especiais de financiamento para projetos com selo combustível social; e

- Possibilidade de participar dos leilões de biodiesel (CAMPOS, 2006).

Para a concessão do Selo é necessário que nos contratos firmados com os agricultores, as empresas atendam aos seguintes pressupostos:

- “Art. 6º Para concessão de uso do selo combustível social, o produtor de biodiesel deverá celebrar previamente contratos com todos os agricultores familiares ou suas cooperativas agropecuárias de quem adquira matérias-primas.
- § 1º As negociações contratuais terão participação de pelo menos uma representação dos agricultores familiares, que poderá ser feita por:
 - I Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ou de Trabalhadores na Agricultura Familiar, ou Federações filiadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;
 - II Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ou de Trabalhadores na Agricultura Familiar, ou Federações filiadas a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF;
 - III Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou de Agricultores Familiares ligados à Associação Nacional dos Pequenos Agricultores – ANPA;
 - IV Outras instituições credenciadas pelo MDA.
- § 2º Os contratos celebrados entre as partes deverão conter minimamente:
 - I O prazo contratual;
 - II O valor de compra da matéria-prima;
 - III Os critérios de reajustes do preço contratado;
 - IV As condições de entrega da matéria-prima;
 - V As salvaguardas previstas para cada parte;

VI A identificação e concordância com os termos contratuais da representação do agricultor familiar que participou das negociações comerciais” (BIODIESELBR, 2009).

Hoje, o Brasil conta com 54 usinas produtoras de biodiesel, com capacidade de 3,9 bilhões de litros/ano. Deste total de indústrias, 31 possuem o Selo Combustível Social e, juntas, têm uma capacidade de produção de 3,6 bilhões de litros/ano (RBB, 2009).

As empresas com Selo Combustível Social têm direito ao uso da marca do selo, para fins de promoção comercial e principalmente de se posicionarem como empresa que se preocupa com a inserção da agricultura familiar na sua cadeia de produção, conforme demonstra a figura 4.



Figura 04: Logomarca do Selo Combustível Social

Fonte: MDA, 2009.

Para Vedana (2009), a inclusão social no biodiesel não está funcionando como deveria, pois o Selo Combustível Social não consegue promover a distribuição de renda de modo mais adequado. Em um âmbito geral, por mais que o selo tenha o lado positivo no longo prazo, o seu único fator positivo é o fato do governo ter criado um programa baseado na inclusão social. Entretanto, o entrave que ocorre até hoje é justamente o apontado pela inclusão social, que só atende as metas do MDA para atuação do B5, sendo que o país já se encontra com o processo de tentativa de ampliação deste percentual.

O Selo Combustível Social está pelo menos três anos atrasado em relação ao PNPB. E se não fosse a Petrobras Biocombustíveis (PBio), os números oficiais seriam

ainda mais vergonhosos. Felizmente, agora as pessoas começam a perceber o fracasso do alcance das metas e a falta de ambição da agricultura familiar. E isso é fundamental para que haja alguma mudança dentro do MDA, pois os problemas existem há bastante tempo e as mudanças têm acontecido muito lentamente. Não é por acaso que o selo ainda está no período pré-B2 (VEDANA, 2009).

Pelas regras, as usinas que possuem o selo podem participar do maior lote do leilão, e isso é fundamental para as empresas produtoras. Contudo, as regras do selo permitem que ocorram distorções na prática, tais como a não obrigatoriedade de que as usinas efetivamente incluam as famílias na cadeia do biodiesel para continuarem com o benefício. Assim, uma vez que a empresa ganhou o selo, para perdê-lo precisa se esforçar muito (VEDANA, 2009).

As usinas de biodiesel possuem interesse em incluir a agricultura familiar na cadeia produtiva, pois muitas entraram nesse mercado acreditando nesse ideal. Contudo, elas sabem que esse apoio precisa de sustentabilidade econômica. Como a regra permite essa situação de não-inclusão e as unidades continuam participando dos leilões, a situação é de acomodação geral.

O MDA pode anunciar que 93% da capacidade de produção de biodiesel está com usinas que possuem o selo Combustível Social e, conseqüentemente, que a maior parte da produção vem das usinas com selo. Contudo, esses valores refletem o número de usinas que possuem interesse em participar do leilão, na mesma medida em que escondem o fracasso do selo (VEDANA, 2009).

Hoje o foco do governo não deve ser somente as mudanças nas regras, mas também a estruturação de uma avaliação (e execução) eficaz do cumprimento do selo. Assim, o MDA precisa de maior eficiência e agilidade na ampliação do fomento do biodiesel entre os agricultores.

2.1.4 Leis que Garantem a Qualidade do Biodiesel

O PNPB não é restritivo, pois permite a utilização de diversas oleaginosas ou matérias-primas animais. Esta flexibilidade possibilita a participação do agronegócio e da agricultura familiar e o melhor aproveitamento do solo disponível para a agricultura no País. Independente da matéria-prima e da rota tecnológica, o biodiesel é introduzido no mercado nacional de combustíveis com especificação única. Ainda

que cada oleaginosa tenha suas próprias características, tanto o biodiesel de mamona, soja, palma, sebo ou de girassol são passíveis de atender à qualidade definida nesta especificação definida pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

O biodiesel só será efetivamente vendido aos consumidores nos postos se atenderem às especificações técnicas exigidas pela norma brasileira (Resolução ANP N° 42/04). É essencial assegurar a qualidade do combustível para o perfeito funcionamento dos veículos e a satisfação do usuário.

Nesse aspecto, deve ser observado que a adição de 5% de biodiesel ao diesel de petróleo não exigirá alteração nos motores, assim como não exigiu nos países que já utilizam o combustível. Os motores que passarem a utilizar o biodiesel misturado ao diesel nesta proporção têm garantia de fábrica assegurada pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA, conforme manifestação formal desta entidade ao Governo Federal (CAMPOS, 2006).

A Medida Provisória nº 214 de 2004, atribui à Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis – ANP as seguintes atribuições:

- Regular a cadeia de produção e uso do biodiesel;
- Estabelecer os percentuais de mistura de 2% a 5%, e intensificar o monitoramento da inserção do biodiesel no mercado pelo Conselho Nacional de Política Energética;
- Determinar especificações e regras de comercialização.

Dado o novo arcabouço jurídico e institucional, o governo federal vem implementando uma série de políticas públicas para o desenvolvimento do biodiesel. Tais políticas estão sendo articulados por alguns ministérios, envolvendo o MDIC, MDA, MME e MCT, sob a coordenação da Casa Civil e ANP (AGUIAR, 2005).

As leis, programas e políticas públicas, no que tange a questão tributária e financeira e de incentivos serão apresentadas a seguir.

2.1.5 Fontes de Financiamento

Os custos realizados em todos os países envolvidos na simulação para o diesel de petróleo são praticamente os mesmos, pouca variação é observada. O que difere brutalmente é o imposto que é aplicado. Como o biodiesel é um combustível ecologicamente correto, esses tributos são reduzidos ou, na maioria dos casos isentados de tributação, o que faz com que o biodiesel possa entrar no mercado internacional com um valor acima dos custos de realização dos produtores/importadores estrangeiros que ainda serão economicamente competitivos, aumentando ainda os lucros do produtor. Esse lucro ainda é maior levando-se em consideração que não é cobrado imposto para os produtos exportados (PETROBIO, 2005).

Para promover investimentos no setor, a Resolução do BNDES nº 1.135/2004, instituiu o Programa de Apoio a Investimentos em Biodiesel. Este programa visa apoiar investimentos em todas as fases de produção do biodiesel, contemplando a fase agrícola, produção de óleo bruto, produção de biodiesel, armazenamento, logística e máquinas/equipamentos empregados no processo produtivo.

Outras iniciativas de apoio financeiro estão em curso. Destaca-se a possibilidade de parcerias do BNDES junto a outros agentes financeiros, tais como Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. O Banco do Nordeste, por exemplo, conta com uma gama de programas que podem dar suporte à produção de biodiesel, tais como:

- Programa de Desenvolvimento Rural do Nordeste (RURAL);
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (AGRIN);
- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Como estas fontes de financiamento fazem parte das estratégias de promoção do biodiesel no Brasil, principalmente por conta de uma política do Governo (posicionamento), que por sua vez incluem setor privado (no caso os bancos de financiamento) e agricultores familiares, a avaliação evidencia o BB e BNB, principalmente como o foco no PRONAF, como um dos principais atores no processo de financiamento da produção familiar rural.

Para o Banco do Brasil existe uma evolução na qualidade dos projetos de financiamentos apresentados na área de produção de biodiesel, com uma atenção maior quanto à localização X produção de matéria-prima na região escolhida.

O Programa BB Biodiesel apóia financeiramente toda a cadeia produtiva, abrangendo desde a produção de matéria-prima e a instalação de unidades de processamento até a comercialização do produto. A proposta é oferecer suporte ao produtor rural, empresarial ou familiar (BIODIESELBR, 2009).

O banco prioriza empreendedores que tenham a comercialização da produção garantida por meio de sistemas de integração ou contrato de venda junto a unidades de processamento de biodiesel. Vale ainda ter a destinação do produto pré-definida – venda em leilões promovidos pelo Governo Federal, fornecimento de biodiesel para frotas municipais ou contratos de exportação.

Já o Banco do Nordeste (BNB) apóia atividades produtivas implantadas na região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo. Como agente do Governo Federal, dá suporte ao Programa Nacional de Produção de Biodiesel, disponibilizando recursos do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) para financiar, por meio dos programas RURAL, PRONAF, AGRIN e FNE VERDE, a cadeia produtiva Mamona-Óleo- Biodiesel (BIODIESELBR, 2009).

O BNB atende toda a cadeia produtiva do biodiesel, financiando operações destinadas exclusivamente à produção da matéria- prima, operações destinadas à produção integrada de mamona e óleo de mamona, operações destinadas à produção apenas de óleo e, ainda, operações destinadas à produção de biodiesel.

A instituição atende a pequenos agricultores familiares, médios e grandes produtores, empresas privadas e agroindustriais, além de associações e cooperativas. Os prazos de financiamento dependem da finalidade do crédito e da capacidade de pagamento. Em geral, no caso de projetos de investimento, o prazo é de até 12 anos incluídos até quatro anos de carência. No caso de projetos de custeio agrícola o prazo é de até dois anos.

Os encargos financeiros dependem do programa de financiamento e do porte de quem toma o crédito, variando de 3,75% (menor encargo com rebate) a 11,5% ao ano (maior encargo sem rebate). Os agricultores familiares, enquadrados no

PRONAF têm taxas de juros diferenciadas dos demais produtores, variando de 0,5% a 5,5% ao ano (BIODIESELBR, 2009).

Em 2008, O BNB continuará atuando no apoio à inserção do agricultor familiar no mercado de bioenergéticos, financiando a produção de culturas adaptadas ao semi-árido, com ênfase no cultivo da mamona.

A instituição apoiará ainda a instalação de mini-usinas de extração de óleo, visando agregar valor ao produto, como forma de viabilizar a melhoria de renda no campo. Será também ampliado o apoio a pesquisas e estudos que envolvem oleaginosas adequadas à produção do biodiesel no Brasil.

2.1.6 Tratamento Tributário

Alguns especialistas da área apontam que o biodiesel, atualmente não é competitivo em relação ao diesel mineral, sem que haja vigorosos incentivos fiscais. Atualmente o biodiesel tem um custo muito elevado em relação ao óleo diesel. Para que este biocombustível se consolide na matriz energética brasileira os incentivos fiscais são essenciais para o desenvolvimento do setor (PEREIRA, 2006).

O governo brasileiro vem implementando algumas políticas, diferenciando o tratamento tributário em relação ao produtor de biodiesel. A Lei nº 11.116 de 18 de maio de 2005, dispõe do registro especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda de importador e produtor de biodiesel acerca da contribuição para o PIS/PASEP e da CONFINS sobre a receita decorrente da venda desse produto.

Já o IPI para o produtor de biodiesel é completamente isento, conforme Decreto nº 5.298 de 6 de dezembro de 2004, a seguir:

“Art.3º. A constituição para o PIS/PASEP e COFINS incidirá uma única vez sobre receita bruta auferida pelo produtor ou importador, com a venda de biodiesel, às alíquotas de 6,15% e 28,2% (...).

Art.4º. O Importador e produtor de biodiesel poderá optar por regime especial de apuração e pagamento da contribuição do PIS/PASEP e da CONFINS, no qual os valores das contribuições são fixados, respectivamente em R\$ 120,14 e R\$ 553,19 por metro cúbico” (PEREIRA, 2006).

A intenção do governo para a implantação do biodiesel no Brasil é que seja um programa social. Para isso, a forma encontrada para fazer com que os agricultores familiares possam concorrer com os grandes agricultores extensivos foi a diferenciação tributária, no qual pode chegar até a isenção dos impostos federais em algumas áreas.

Com o Decreto nº 5.298, de 6 de dezembro de 2004, se a matéria-prima para a produção do biodiesel fosse feita através da agricultura familiar, com mamona no semi-árido, a taxa de desconto é de 100%, ou seja, existe isenção total dos impostos. Já para o biodiesel feito a partir de soja, agricultura extensiva, no centro-oeste brasileiro, a taxa de desconto é de 67%, que resulta em um imposto de R\$ 0,22 por litro produzido (exatamente R\$ 218,00 por m³). Entretanto, tendo o Governo Federal percebido que estas condições necessitavam ser revistas, estas regras passaram a não ter mais valor.

Com o Decreto nº 6.458, de 14 de maio de 2008, o privilégio que era dado à mamona pelo governo já não é mais válido, pois a mamona não é mais a oleaginosa preferencial. O critério a ser utilizado passou a ser toda matéria-prima produzida nas regiões norte, nordeste e semi-árido, adquiridas de agricultor familiar enquadrado no PRONAF.

Do ponto de vista social, essa diferença na tributação faz com que os agricultores familiares possam competir com os grandes, mas existe nessa fórmula um erro grave que deverá ainda gerar muita polêmica nos próximos anos. O biodiesel feito da agricultura extensiva, apesar de todos os benefícios que trará para a sociedade, recebe a mesma tributação federal do que o diesel, que é poluente, derivado de petróleo e importado (PETROBIO, 2005).

2.1.7 Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel - RBTB

A Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel - RBTB, do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT entra no contexto como uma rede, que tem como principal objetivo a intenção em convergir esforços da comunidade científica nacional para o desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas à cadeia de produção do biodiesel.

A rede foi subdividida em cinco eixos temáticos que cobrem praticamente todos os pontos-chaves da cadeia do biodiesel: agricultura, produção, co-produtos, qualidade e armazenamento. Com base nessa divisão, os pesquisadores formaram grupos de trabalho, cada um dos quais com uma coordenadoria temática, capaz de acompanhar os projetos desenvolvidos internamente e dotados de interlocução facilitada com o MCT (RODRIGUES, 2008).

Com a orientação do MCT de que a agricultura é um dos principais eixos temáticos para o desenvolvimento da cadeia do biodiesel, esta pesquisa tomou a agricultura familiar rural como um eixo vital, pois as políticas direcionadas no sentido de sua construção formaram o posicionamento adotado pelo Governo.

Na opinião de RAMOS in: RODRIGUES (2008), a interface exercida na coordenação nacional da RBTB estava conseguindo dar voz aos pesquisadores na definição de políticas públicas mais efetivas para o desenvolvimento de pesquisas e na própria possibilidade de ajudar a definir como seriam empregados os recursos voltados as pesquisas em suas respectivas áreas.

2.1.8 Rede Temática do Biodiesel - RTB

O Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA possui atualmente 13 redes temáticas atuantes: Agroecologia, Agroindústria, Ater Indígena, Ater para Mulheres Rurais, Biodiesel, Comercialização, Diversificação na Agricultura Familiar, Fumicultora, Financiamento e Proteção da Produção, Formação de Agentes de ATER, Leite, Produtos e Mercados Diferenciados, Metodologias Participativas, e Turismo na Agricultura Familiar (ANDRADE; MICCOLIS, 2009).

Essas redes possuem mais de 500 articuladores nas agências técnicas de extensão e assistência rural por todo o Brasil e se orientam pelos eixos de ação definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar - SAF: a superação da pobreza rural, promoção da segurança e soberania alimentar, ecologização dos sistemas de produção, geração de renda e agregação de valor (ANDRADE; MICCOLIS, 2009).

A Rede Temática do Biodiesel tem como objetivo articular e apoiar a inserção da agricultura familiar na cadeia do biodiesel e potencializar as ações de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), promovendo o acesso às políticas públicas,

auxiliando a organização da base produtiva de oleaginosas da agricultura familiar (PORTAL DA CIDADANIA, 2009).

As principais ações da Rede são integrar as ações das empresas estaduais de Ater com as das empresas de biodiesel e com a base produtiva de oleaginosas da agricultura familiar nos Pólos de Biodiesel, de estimular a capacitação, a organização e a ação de cooperativas e associações de agricultores familiares na cadeia do biodiesel e promover troca de informações e experiências entre os articuladores das ações executadas nos estados (PORTAL DA CIDADANIA, 2009).

Já que a falta de regularidade fundiária e sustentabilidade ambiental são consideradas gargalos importantes para a implantação de programas de produção agrícola, foram criadas ações de regularização fundiária que irão facilitar o processo de cadastramento de agricultores familiares junto às ATERs e ao PRONAF.

Estima-se que hoje 100 mil agricultores familiares participam do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, organizados pelo MDA por meio do projeto Pólos de Biodiesel. A área de abrangência dos Pólos foi definida como prioritária para as ações da Rede (ANDRADE; MICCOLIS, 2009).

A organização dos agricultores familiares nos Pólos de Biodiesel da Bahia, a partir das definições do MDA, será importante para a composição da metodologia deste trabalho, bem como servirá de embasamento para a estratificação de representatividade dos agricultores familiares de determinada região do estado, a ser verificada como estudo de caso.

2.2 Análise dos Modelos de Gestão da Comunicação e Marketing

Neste item são abordados os aspectos teóricos relevantes ao processo de estruturação da governança política, com o foco nas estratégias de comunicação e marketing, bem como no processo de comunicação entre o emissor e receptor, que na relação prática com esta pesquisa apresenta a ligação com a teoria do posicionamento e da percepção.

2.2.1 Breve Descrição de Governança Política

A estrutura de governança de uma cadeia de produção determina consideravelmente a extensão e a forma como os recursos e os resultados são alocados. Em situações nos quais os preços não são suficientes para definir o que cada agente de um sistema de produção deve fazer, são tradicionalmente adotados mecanismos de controle através de sistemas de integração vertical de governança (ROSENAU, 2005).

Para Nascimento e Vianna (2007), as estruturas de governança têm como função principal permitir uma flexibilidade de adaptação frente a circunstâncias instáveis de mudança e essa adaptação em situações de incerteza depende, sobretudo, de como as conexões entre os atores estão organizadas.

Por isso, o aperfeiçoamento da estrutura de governança em direção a um critério ampliado de eficiência deve ser uma preocupação fundamental para articular o conjunto de ações, serviços e habilidades essenciais que devem ser mobilizadas para garantir a organização e a articulação da base produtiva da cadeia do biodiesel na Bahia.

É preciso, assim, estreitar relações com os poderes públicos municipais, órgãos dos governos estaduais, universidades e centros de pesquisa, indústria e a comunidade rural, pois a energia tornou-se, no cenário atual, um fator fundamental para o desenvolvimento dos países, haja vista a dependência no emprego de tecnologias promotoras do desenvolvimento socioeconômico local.

A identificação de alternativas que possam reduzir a dependência excessiva do Brasil sobre os derivados de petróleo, de modo particular, através da utilização de insumos largamente disponíveis no território nacional, como é o caso das matérias-primas do biodiesel, é necessário que ocorra o envolvimento e a articulação dos diversos atores para garantir o destaque das políticas nesse cenário (LOPES et al, 2005).

Buscando uma exposição mais abrangente sobre o marco que regula os órgãos e os programas que estão diretamente relacionados com os biocombustíveis, especialmente o biodiesel, é indicado como os modelos de comunicação (posicionamento e percepção) demonstram o modo em que as iniciativas políticas

promovem cenários, a partir das ações previstas nos marcos regulatório, nos investimentos, e nos incentivos fiscais no Brasil.

Pois, avaliar os entraves e as possibilidades que o arcabouço legal e as estratégias de fomento oferecem como opções para o desenvolvimento de energias alternativas, principalmente as produzidas no Brasil, é de grande importância, ao se considerar que as fontes energéticas mais utilizadas nessa região, de origem hídrica e fóssil, têm cada vez mais se apresentado como deficitárias e onerosas. Portanto, é percebido que, com facilidade, a impraticabilidade de se pensar em desenvolvimento econômico sustentável, convive com uma constante perspectiva de indefinições políticas (DÁLIA, 2006).

2.2.2 Breve Descrição de Comunicação e Marketing

Como a Bahia se constitui em um dos mais promissores estados para a produção de biodiesel do Brasil, este trabalho buscou identificar a percepção dos agricultores rurais em relação às principais variáveis de posicionamento e de fomento para a potencialização da promoção e do desenvolvimento da cadeia produtiva do biodiesel no Estado.

Devido ao foco do trabalho, a atuação da análise dos modelos de gestão da comunicação e marketing foi baseada especialmente em análises individuais das ferramentas que estão sob sua égide: o posicionamento e a percepção.

Inicialmente os estudos acerca do marketing remetem a necessidade dos mercados industriais em administrar a nova realidade oriunda da revolução industrial, que causou a transformação de um mercado de vendedores para um mercado de compradores. Neste período, os consumidores não tinham qualquer poder de barganha e a concorrência era praticamente inexistente.

Já Rego (1985), foca no progresso que as técnicas de comunicação passaram, e com isso, faz-se imperante a reestruturação dos pressupostos.

O extraordinário progresso experimentado pelas técnicas de comunicação de 1970 para cá, representa para humanidade uma conquista e um desafio. Conquista, na medida em que propicia possibilidades de difusão de conhecimentos e de informação numa escala antes inimaginável. Desafio, na medida em que o avanço tecnológico impõe uma séria revisão e reestruturação dos

pressupostos teóricos de tudo que se entende por comunicação (REGO,1985).

Contudo, atualmente o marketing é conceituado como uma função organizacional e um conjunto de processos que envolvem a criação, a comunicação e a entrega de valor para os clientes, bem como a administração do relacionamento com eles, de modo que beneficie a organização e seu público interessado (AMA, 2005).

A avaliação do governo do estado da Bahia, no quesito do fomento e do desenvolvimento de ações que beneficiariam o biodiesel no estado possui intrínseca relação com o marketing. Pois, existe o interesse na implementação dos programas de fomento ao biodiesel tanto por parte do Governo do estado, como por parte da população, aqui representada pelos agricultores familiares.

Além disto, como a fundamentação refere-se ao beneficiamento dos públicos interessados, nada mais justo do que ouvir as partes envolvidas no processo produtivo para que seja possível a criação de um relacionamento de duas vias.

Nesse sentido, o marketing engloba todo o conjunto de atividades de planejamento, concepção e concretização, que visam à satisfação das necessidades dos clientes, presentes e futuras, através de produtos/serviços existentes ou novos. E deste modo, o marketing identifica a necessidade dos públicos-alvo (agricultor familiar) e cria as oportunidades (possibilidade de melhorias nas políticas públicas).

Já para Richers (1986), marketing são as atividades sistemáticas de uma organização humana voltadas à busca e realização de trocas para com o seu meio ambiente, visando benefícios específicos.

Nesse contexto, os objetivos principais dos governantes é se perpetuar no poder, e manter a sua governança (MAQUIAVEL, 2007). Apesar de forte, esta colocação refere-se à vontade política que os governantes têm em se re-eleger e ou se promover para campanhas futuras. Como as políticas públicas carregam em seu âmago a intenção em ser bem-quista por seus públicos, os programas de fomento ao biodiesel no Brasil e na Bahia não são diferentes.

Devemos ter claro nas nossas mentes que o fornecimento de energia e de combustíveis é, e sempre será o centro de todo o poder político e a base de toda atividade econômica. Portanto, é mais do que evidente que a política energética é

uma questão política, maior do que qualquer questão tecnológica ou econômica. E com isso tratar dos Biocombustíveis com uma Política de Estado só poderá ser salutar quando abranger os interesses de todo País (DABDOUB, 2005).

Portanto, é válido dizer que o conceito contemporâneo de marketing engloba a construção de um satisfatório relacionamento entre indivíduos ou instituições, visando à manutenção desta relação por indivíduos e grupos através daquilo que desejam e necessitam.

Então, marketing é um processo ordenado e criativo de pensar e planejar para os mercados, pesquisar para identificar oportunidades, segmentar mercado e criar controles de avaliação de resultado (KOTLER, 2000). E nesse sentido é percebido que é possível fazer uma associação entre o posicionamento das políticas públicas de fomento ao biodiesel pelo estado da Bahia, com a ferramenta de avaliação de resultados do marketing.

2.2.3 Marketing Político e Governamental

A utilização das técnicas do marketing na política é decorrência da própria evolução social. O conflito de interesses, as pressões sociais, a quantidade de candidatos, a segmentação de mercado, as exigências de novos grupamentos de eleitores, o fortalecimento dos grupos de pressão, a competição desmesurada, a decadência da sociedade coronelista no país, a urbanização, a industrialização, os novos valores ditados pela indústria cultural e o crescimento vegetativo da população constituem, entre outros, os elementos determinantes da necessidade de utilização dos princípios do marketing à política (REGO, 1985).

Desenvolver um conceito de posicionamento é agregar a filosofia política, o estilo de conduta, as qualidades, os antecedentes, as características próprias, e as ações no tempo e no espaço (REGO, 1985).

Complementando, Rego (1985), indica que um grave erro é cometido quando os governos estruturam projetos sem conceito definido, sem propostas claras. Pois, o conjunto de valores estabelecidos, redundam numa identidade que será transmitida aos eleitores. E tal identidade formará um composto de imagem que precisa chegar aos eleitores com a máxima fidelidade.

Segundo Kotler (2002), Uma boa campanha (programas e políticas) não se faz apenas com idéias criativas, ela necessita de um escopo que demonstre a alta qualidade do produto ou serviço prestado, da distribuição e da comunicação proposta, e através da identificação da percepção, será possível obter as respostas do público-alvo.

A comunicação mercadológica tem por objetivo:

Promover a troca de serviços entre produtor e consumidor (Governo e Sociedade), atendendo aos objetivos traçados pelo plano das organizações, cujo escopo se orienta para a transferência de serviços destinados aos públicos finais, num determinado espaço de tempo (REGO, 1985).

Assim, a comunicação mercadológica tem uma grande amplitude e utiliza os meios e as técnicas para atingir os seus propósitos de diversas maneiras e estratégias. Portanto, a comunicação e o marketing se fundem para promover instrumentos de persuasão, a fim de atingir o público-alvo. Do mesmo modo, ajuda na formação de uma imagem e posiciona um conceito na percepção do consumidor.

2.2.4 Processo de Comunicação

Entendendo a comunicação como o processo de estabelecer sentido comum entre um emissor e um receptor, todas as atividades de comunicação envolvem, segundo Shimp (2002), seis elementos que podem ser observados a partir da figura 05.

A fonte ou emissor é a pessoa ou grupo de pessoas que compartilha com outros o seu pensamento, suas idéias. A fonte codifica a mensagem para atingir os objetivos da comunicação e do marketing. Ainda segundo Shimp (2002), esses desejos são os seguintes:

- Gerar um posicionamento;
- Criar consciência de uma marca;
- Melhorar atitudes e influenciar intenções;
- Facilitar relacionamento.

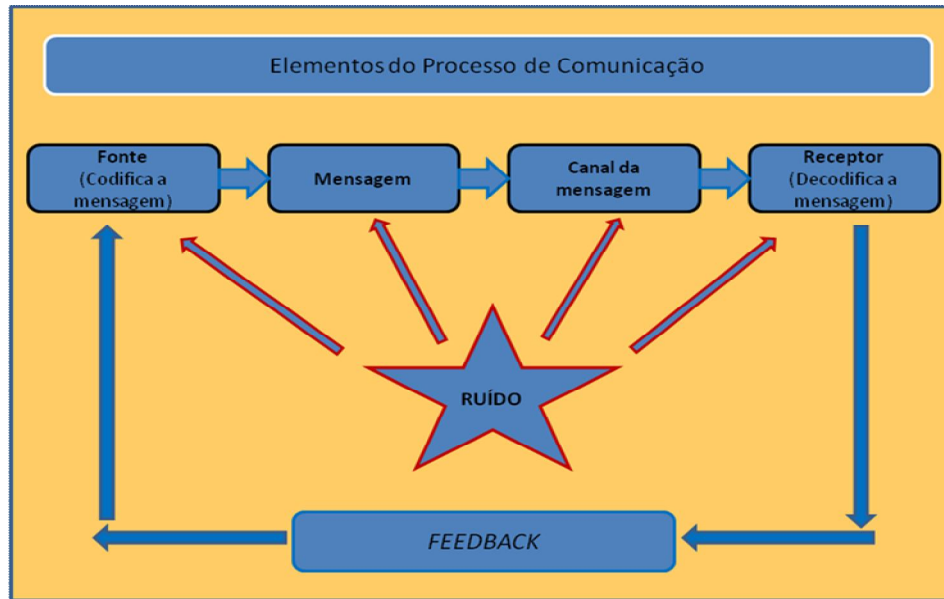


Figura 05: O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO

Fonte: KOTLER et al, 1994.

A codificação é o processo de traduzir o pensamento em uma forma simbólica. A fonte seleciona sinais específicos (palavras, frases, símbolos, elementos não-verbais), a fim de codificar uma mensagem e, assim, comunicar de forma eficiente.

A mensagem em si é uma expressão simbólica dos pensamentos do emissor. Já o canal da mensagem é o caminho através do qual a mensagem se move da fonte para o receptor.

O receptor é conhecido como a pessoa ou grupo de pessoas com quem o remetente tenta compartilhar idéias. E a decodificação envolve atividades exercidas pelos receptores para interpretar as mensagens ou encontrar um significado nelas. Deste modo, para Kotler et al (1994), a mensagem está sujeita à influência de estímulos estranhos e distrações, o “ruído”. Tais estímulos interferem na recepção na recepção da mensagem em sua forma original. Essa distorção é chamada de ruído, que por sua vez, pode acontecer em qualquer etapa do processo de comunicação.

O *feedback* permite monitorar a recepção da mensagem, ou seja, permite saber se a mensagem original atingiu o alvo de forma correta ou se é preciso algum

tipo de alteração, no sentido do receptor decodificar nítida e corretamente a mensagem.

Nesse sentido, o *feedback* torna-se um mecanismo de controle do efeito do processo de comunicação na fonte, de modo a verificar a forma que esta atinge o seu público-alvo.

2.2.5 Conceitos de Posicionamento

Para Aaker (1996), uma identidade e um posicionamento bem concebidos e implementados trazem uma série de vantagens à organização (Governo):

- (a) orientam e aperfeiçoam a estratégia;
- (b) proporcionam opções de expansão;
- (c) melhoram a memorização;
- (d) dão significado e concentração para a organização;
- (e) geram uma vantagem competitiva;
- (f) ocupam uma posição sólida contra a concorrência;
- (g) dão propriedade sobre um símbolo de comunicação;
- (h) provêm eficiências em termos de custos de execução.

Já Pinho (2001), ressalta a importância do fortalecimento do posicionamento/imagem da marca, como um fator de construção constante e de longa duração, uma vez que ela é constituída por vivências, lembranças e percepções passadas. Nesse sentido, deve ser levada em consideração a comunicação Institucional como mantenedora desta função.

Para efetivarmos um planejamento de comunicação e marketing, é preciso ressaltar a preocupação com o consumidor, pois este está cada vez mais exigente e consciente nas suas escolhas, fato que implica diretamente numa boa qualidade em todas as etapas do processo. Investir no posicionamento no qual a instituição deseja ser visto é o mais importante (LUPETTI, 2003).

Theodore Levitt (1960) revelou uma série de erros de percepções, mostrou a importância da satisfação dos públicos-alvo e transformou para sempre o mundo do posicionamento. A imagem a qualquer custo deu lugar à satisfação garantida advinda da percepção de quem a utiliza.

2.2.6 Conceitos de Percepção

A percepção é entendida como um processo interativo do indivíduo com o meio ambiente, em que se adquire conhecimento através dos sentidos.

O conceito de percepção, no sentido mais amplo, é caracterizado por um processo de cognição em que os procedimentos mentais se realizam mediante o interesse ou a necessidade de estruturar a nossa interface com a realidade e o mundo, selecionando as informações percebidas, armazenando-as e conferindo-lhes significado (OLIVEIRA; RIO,1999).

A percepção pode ser considerada como um dos principais comportamentos recorrentes através do qual construímos nossa realidade. O termo percepção designa o ato pelo qual tomamos conhecimento de um objeto do meio exterior. A maior parte de nossas percepções conscientes provém do meio externo, pois as sensações dos órgãos internos não são conscientes na maioria das vezes e desempenham papel limitado na elaboração do conhecimento do mundo. Trata-se a percepção como uma situação objetiva baseada em sensações, acompanhada de avaliação e freqüentemente de juízos (FILHO et al, 2009).

Para isso, é necessário um estímulo nas sensações que promovem o embasamento da percepção, pois as mesmas carregam as provocações advindas de algo externo, que por sua vez é o posicionamento de algo. Nessa visão, para que o conjunto do posicionamento seja percebido é necessário que este seja associado a um conjunto de estratégias.

Complementando, Sant'Anna (2002) preconiza que para a realização de um efetivo planejamento de comunicação e ou de plano de marketing, é necessário que se tenha uma visão das prioridades nas estratégias, já que nele estarão as dimensões do mercado e a análise dos produtos. Então, somente com a identificação da percepção do público-alvo é que se devem tomar as medidas necessárias para aplicação dessas estratégias.

O conjunto de estratégias geralmente montados a partir de planos de comunicação e marketing, são fundamentados nos programas, nas políticas e no caso do biodiesel na Bahia e no Brasil devem também atender ao marco regulamentar e seus desafios.

De acordo com Mattar (2000), as pesquisas de mercado consistem em conhecer as condições relacionadas à variação de fatores que estejam condicionados ao produto, aos canais de distribuição, e ao mercado consumidor. Assim, para que possamos entender a percepção dos agricultores rurais será necessário compreender o arcabouço de fatores que condicionam a formação de sua opinião.

Para complementar o fechamento deste ciclo de imagem como o posicionamento e a percepção, a visão dos envolvidos devem ser avaliadas por meios de pesquisas que demonstrem o retorno da aplicação das ações impostas pelas políticas, e esta avaliação será feita a partir da percepção dos agricultores familiares do estado da Bahia.

2.3 Agricultura Familiar

Para compreender a percepção do agricultor familiar rural faz-se necessário a identificação dos critérios destinados à definição dos mesmos. Entretanto, para Panzutti (2005), como não existe um padrão universal para definir o agricultor familiar, identificando de forma clara o qual estamos nos referindo.

À referência da expressão “agricultura familiar” pode ser caracterizada pela concepção utilizada pela política setorial brasileira, à destinação do crédito, a alguns indicadores de escala de empreendimentos, à exploração pessoal do imóvel pelo agricultor e sua família, ao tamanho das lavouras, à renda bruta anual obtida, à quantidade produzida, à produtividade da terra, à intensidade do uso da terra e do trabalho, aos contingentes beneficiários dos programas de financiamento dirigido (PANZUTTI, 2005).

Historicamente, o conceito de agricultura familiar remonta aos séculos XVIII e XIX, como uma forma de agricultura que evoluiu gradualmente na Europa. Inicialmente, foi estruturada por poucos proprietários e grande contingente de trabalhadores assalariados e, posteriormente, em sua maioria por pequenos proprietários. Pouco a pouco os camponeses foram se adaptando a uma nova estrutura onde predominavam estabelecimentos com dimensões adequadas à exploração pelo trabalho da família (PANZUTTI, 2005).

Já para a Lei Nº 11.326/2006, responsável pelo estabelecimento dos conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, em seu Art. 3º considera a caracterização do agricultor familiar e empreendedor familiar rural como aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais¹;
- II utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Para Accarini (2009), Apesar da legislação em vigor sobre o selo combustível social não preveja a consulta pública, o MDA promoveu, durante vários meses, discussões com representantes da agricultura familiar e dos produtores. E estes por sua vez, são os segmentos mais diretamente envolvidos na cadeia produtiva do biodiesel. Deste modo, o foco do posicionamento do Governo é retratado a partir da percepção de um dos seus principais envolvidos, que é o agricultor familiar.

2.3.1 A Legislação da Agricultura Familiar

A Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006) estabelece as diretrizes para formulação de Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares. Em 2003, o valor gerado pelas cadeias produtivas de agricultura familiar correspondeu a 10% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Traduzindo-se em números absolutos, uma participação de R\$ 156 bilhões (CAMPOS, 2006).

¹ Módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares, que serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629/1993. O mesmo também serve para definir os beneficiários do PRONAF (pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até quatro módulos fiscais) (FAEC, 2009).

Quando se fala de agricultura familiar no Brasil, fala-se na integração dos policultivos – manejando, além de diversas espécies agrícolas, muitas variedades de cada uma delas – com a criação de diversas espécies animais e com o uso múltiplo das plantas nativas.

Alguns fatores determinam essa opção pela diversificação. Primeiro, a unidade agrícola familiar é um sistema econômico de produção e de consumo. A preservação e a valorização de subsistemas voltados para o mercado e para o autoconsumo da família e a manutenção do equilíbrio de suas inter-relações são condições fundamentais para a reprodução socioeconômica do sistema em seu conjunto.

Em seu Art. 4º, a Lei nº 11.326/2006, indica que a política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

- I descentralização;
- II sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- III equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;
- IV participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais (BRASIL, 2006).

Já a definição de cooperativa da agricultura familiar possui o seguinte conceito: Cap I – Das definições. Art. 1º “V – Cooperativa Agropecuária do Agricultor Familiar: cooperativa em que 70% (setenta por cento) da matéria-prima a beneficiar ou industrializar, no mínimo, seja originária da produção própria ou de associados/participantes e que no mínimo 90% (noventa por cento) dos participantes ativos de seu quadro social seja composto por agricultores familiares, que seja possuidora da DAP, conforme estabelecido na Portaria Nº 75, de 17 de setembro de 2004, em seu art. 2º, §1º, inciso V, e no Manual de Crédito Rural – MCR, capítulo 10” (BODIESELBR, 2009).

2.3.2 O Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa que tem por missão promover o desenvolvimento local sustentável, por meio da valorização humana e dos recursos naturais. Cabe à Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA orientar a aplicação do crédito rural da agricultura familiar para projetos produtivos adequados às potencialidades regionais e às especificidades de cada bioma, de modo a obter maior eficiência e eficácia na aplicação dos recursos financiados, inclusive com redução do risco nas atividades.

O PRONAF foi criado em 1995, com a finalidade de dar crédito rural para os agricultores familiares. Atualmente, o Programa possui dois milhões de contratos, mas o sistema de agricultores familiares no país engloba quatro milhões. Então, o mesmo consegue cobrir 50% dos estabelecimentos familiares. E a meta para os próximos três anos de governo de alcançar 80% destes estabelecimentos (ENVOLVERDE/INCRA, 2008).

O Programa fornece créditos de investimento, ou seja, financiamento da implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, na propriedade rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. Além disso, fornece crédito de custeio (despesas feitas em cada plantio, em cada safra ou ciclo de produção) e crédito para cota-parte (crédito destinado aos agricultores familiares cooperativados, sendo que este último pode ser aplicado em capital de giro, custeio e investimento na cooperativa). Por último, o crédito de comercialização do PRONAF são recursos financeiros destinados ao armazenamento e à conservação dos produtos agrícolas, para venda futura em melhores condições de mercado (INCRA, 2007).

Os agricultores familiares dispõem, também, de uma linha de crédito específica para a produção de biodiesel pelo PRONAF. Os beneficiários podem requisitar crédito adicional para o custeio da produção de oleaginosas, aquisição de máquinas, dentre outros. Agricultores familiares do grupo C, D e E (ver apêndice 02) que já possuem financiamento do PRONAF para culturas tradicionais como o arroz, feijão e milho podem requisitar crédito adicional para o custeio de oleaginosas utilizadas para produção de biodiesel em todo o País (INCRA, 2007).

Atualmente o programa possui cerca de dois milhões de contratos, dos quais 14% têm problema de atrasos e regularidade de pagamentos. Estes 14% do universo de dois milhões de agricultores familiares com contratos do PRONAF representam 280 mil famílias. Tendo uma concentração maior nas operações de menor valor (grupo B Norte e Nordeste) e nas operações do grupo A (ENVOLVERDE/INCRA, 2008).

Nos últimos anos, o PRONAF obteve um importante aperfeiçoamento, resultando em melhor integração das políticas que ampliam o alcance do programa e que o ajustam às especificidades regionais da agricultura familiar brasileira. A participação ativa dos agricultores familiares e de suas organizações como protagonistas dos processos de mudança e do diálogo e ação conjunta de governo e sociedade estão possibilitando novas oportunidades de trabalho para homens e mulheres do campo e a melhoria das condições de vida, fortalecendo a cidadania desta população (CAMPOS, 2006).

Complementarmente, o Art. 5º a Lei do PRONAF manifesta que para atingir seus objetivos, a mesma deverá promover o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as áreas demonstradas no quadro 01: áreas de atuação do PRONAF.

QUADRO 01: ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PRONAF

1.	Crédito e fundo de aval
2.	Infra-estrutura e serviços
3.	Assistência técnica e extensão rural
4.	Pesquisa
5.	Comercialização
6.	Seguro
7.	Habitação
8.	Legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária
9.	Cooperativismo e associativismo
10.	Educação, capacitação e profissionalização
11.	Negócios e serviços rurais não agrícolas
12.	Agroindustrialização

Fonte: (BRASIL, 2006).

2.3.3 Política de Assistência Técnica, Extensão Rural e Capacitação

Ações de apoio às Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATERES e às organizações não-governamentais vêm ampliando e reforçando, a partir de 2003, os trabalhos de assistência técnica e extensão rural no Brasil por meio de convênios e da criação de uma rede para fortalecer princípios como a agricultura agroecológica, a inclusão social e possibilitar uma vida digna no campo.

Lançada em 2003, a Política Nacional de ATER - PNATER orienta as ações de assistência técnica e de capacitação. A construção de um Sistema Nacional de Ater alcançou seu primeiro objetivo, no início de 2006, com a assinatura da portaria que cria o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIBRATER, composto por organizações diversas, que vão desde os serviços oficiais, passando por cooperativas de técnicos até as escolas que adotam o regime de alternância.

O SIBRATER vai possibilitar a gestão, estruturação e atuação por meio de redes, articulando instituições em diferentes regiões do país e fortalecendo institucionalmente os órgãos oficiais de ATER em todos os estados (CAMPOS, 2006).

A prestação de assistência técnica atualmente é definida como:

- Art. 7º Para concessão de uso do selo Combustível Social, o produtor de biodiesel assegurará a assistência e capacitação técnica a todos os agricultores familiares de quem adquira matérias-primas.
 - § 1º A prestação dos serviços de assistência técnica e de capacitação dos agricultores familiares poderá ser desenvolvida diretamente pela equipe técnica do produtor de biodiesel ou por instituições por ele contratadas.
 - § 2º O produtor de biodiesel deverá apresentar um plano de prestação dos serviços de assistência técnica e capacitação dos agricultores familiares, compatível com as aquisições feitas da agricultura familiar e com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA, que deve conter, pelo menos:
 - I A descrição do quadro de profissionais da assistência técnica, com seus respectivos currículos e funções;

- II Quando terceirizada, apresentar também cópia dos contratos com a instituição que prestará este serviço;
- III A identificação da área de abrangência da assistência técnica, indicando o(s) Estado(s), município(s), comunidades, vilas ou assentamentos, se for o caso;
- IV Identificação do número de agricultores assistidos;
- V Descrição da metodologia a ser empregada e as atividades a serem desenvolvidas junto aos agricultores familiares (BIODIESELBR, 2009).

Entre as condições apresentadas pelas políticas é a manutenção da aquisição de grãos de pequenos agricultores, mas principalmente para que esta aquisição seja garantida faz-se necessária a prestação de assistência técnica agrícola. A empresa firma contratos com prazo de cinco anos, visando garantir o fornecimento de sementes certificadas e logística para o transporte da produção. Os contratos são negociados junto às entidades de classes dos agricultores familiares e asseguram compra da produção por preço de mercado ou pelos valores estabelecidos no Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar - PGPAF, caso se apresentem mais vantajosos ao produtor.

A partir da verificação da atuação da política de assistência técnica e extensão rural, foi percebido que existe certa fragilidade na comunicação entre os promotores das políticas e os agricultores familiares. Do mesmo modo, ocorrem com as usinas, distribuidoras, instituições financeiras, instituições de pesquisa, governo nas esferas federal e regional.

A comunicação deficiente motivou outros problemas no suprimento e na produção, como a falta de acesso a sementes selecionadas provocando baixa produtividade, a assistência técnica inadequada, com insuficiência de informações técnicas sobre tratamentos culturais na adequação de culturas não tradicionais, prejudicando o desenvolvimento das culturas para a produção (OKADA; DE SOUZA, 2008).

2.3.4 Conceito dos Territórios de Identidade

Diante da falta de integração com as políticas nacionais o estado da Bahia vem emergir como um dos primeiros estados a promover a sua política de planejamento territorial. Para isso, foram adotadas diferentes regionalizações que culminaram, para efeito de análise, nos atuais Territórios de Identidade (Figura 06).

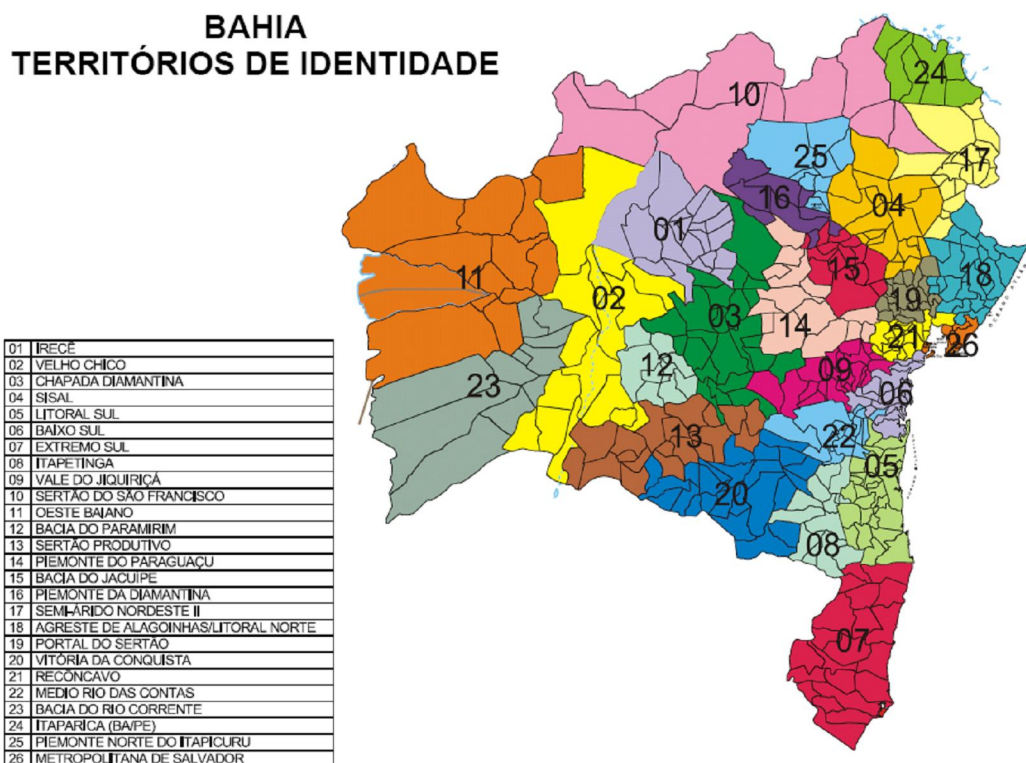


FIGURA 06: TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA

Fonte: (SEAGRI, 2009).

Estas áreas promoveram o embasamento para estratificação dos membros da agricultura familiar. Então, como forma de avaliar a representatividade de seus pertencentes, foram entrevistados membros dos territórios de identidade do Estado da Bahia, conforme identificação das regiões.

Cada território de Identidade é composto por diversos municípios do Estado da Bahia (ver apêndice 02). Estes municípios por sua vez, foram aglutinados a partir das identificações de suas características e potencialidades locais, compondo um total de 26 territórios.

2.3.5 Conceito dos Pólos de Biodiesel

Em alguns territórios de identidade, com características para o efetivo desenvolvimento das matérias-primas para o biodiesel foram denominadas por pólos de biodiesel pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA. A caracterização destas regiões foi gerada a partir de um projeto nacional denominado Pólos de Biodiesel (ver figura 07).

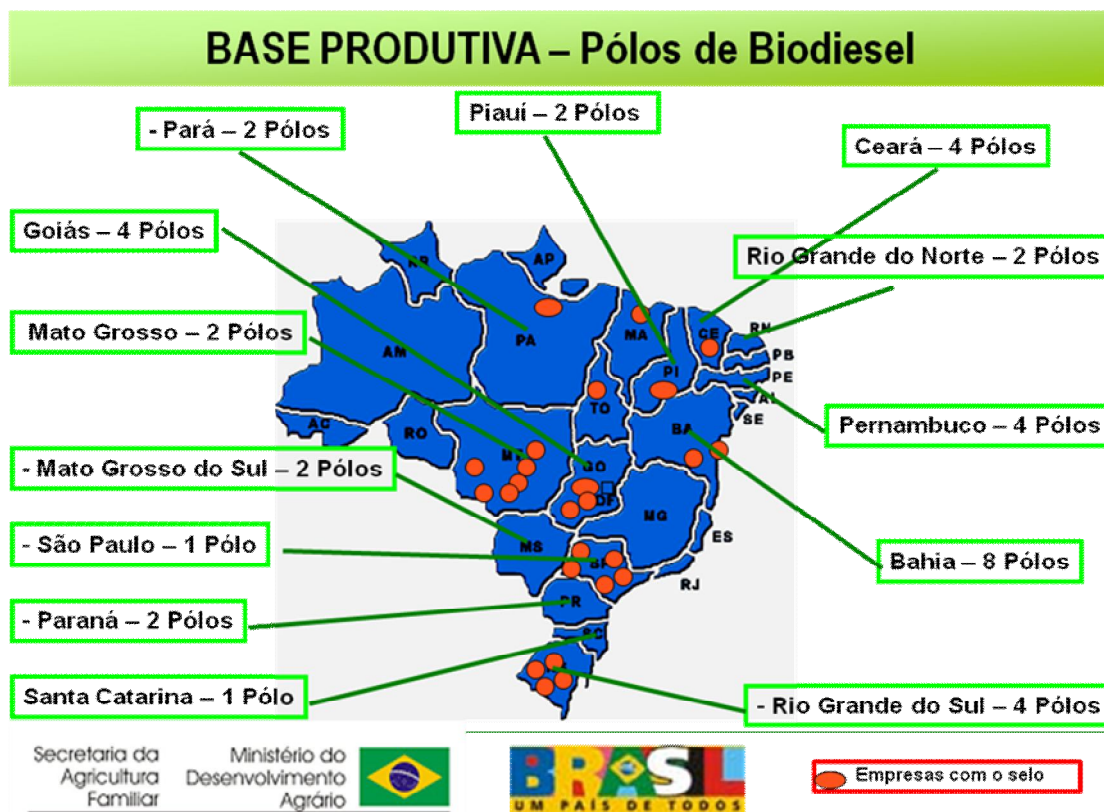


FIGURA 07: PÓLOS DE BIODIESEL NO BRASIL

Fonte: PORTAL DA CIDADANIA, 2009.

O projeto Pólos de Biodiesel foi criado em 2006, e implantado através de parcerias com a OBRA KOLPING DO BRASIL atuando na região Nordeste e PLURAL nas regiões Sudeste, Sul, Centro Oeste e atualmente no Norte, com objetivo de organização e articulação da base produtiva de oleaginosas dos agricultores familiares na cadeia do Biodiesel, por meio da instalação e acompanhamento de Grupos de Trabalho e apoio aos Núcleos de Produção (PORTAL DA CIDADANIA, 2009).

A estrutura organizacional dos pólos é composta por:

1. Câmara Técnica Estadual do Biodiesel: composta pela Coordenação Estadual de Biodiesel, Consultor Estadual MDA, Secretarias e Órgãos públicos estaduais e federais, organizações, empresas;
2. Grupo de Trabalho Territorial – GT: composto de Articulador MDA/Kolping ou Plural, Representantes do Programa estadual, Consultor Territorial, ATER Oficial, Municípios, Bancos, Organizações, Produtores de Biodiesel, Representantes de Núcleos de produção e agricultores familiares, conforme representação da figura 08.

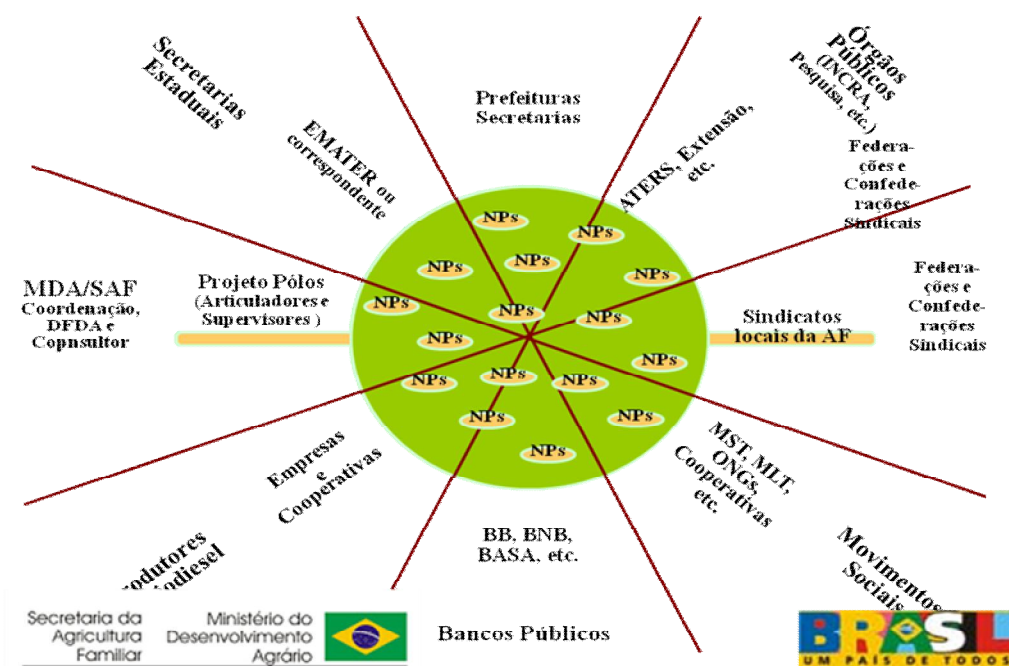


FIGURA 08: REPRESENTATIVIDADE DOS PÓLOS DE BIODIESEL NO BRASIL

Fonte: PORTAL DA CIDADANIA, 2009.

3. Núcleo de produção – NP: composto de produtores por núcleo (ver figura 09), organizados ou não em associações ou cooperativas (PORTAL DA CIDADANIA, 2009).

As atividades desenvolvidas nos pólos são:

- Auxiliar na criação e organização dos pólos;
- Acompanhamento do trabalho (Articuladores e consultores);
- Reuniões mensais dos GTs;

- Reuniões de nivelamento para os articuladores;
- Seminários de formação para os agricultores;
- Divulgação do projeto (folder, rádio local etc.);
- Participação nas reuniões com a equipe de biodiesel do MDA;
- Intercâmbios com outras localidades, fora dos pólos, repassando a experiência acumulada;
- Articulação com o Banco do Brasil;
- Articulação com as coordenações do Desenvolvimento Territorial (PORTAL DA CIDADANIA, 2009).

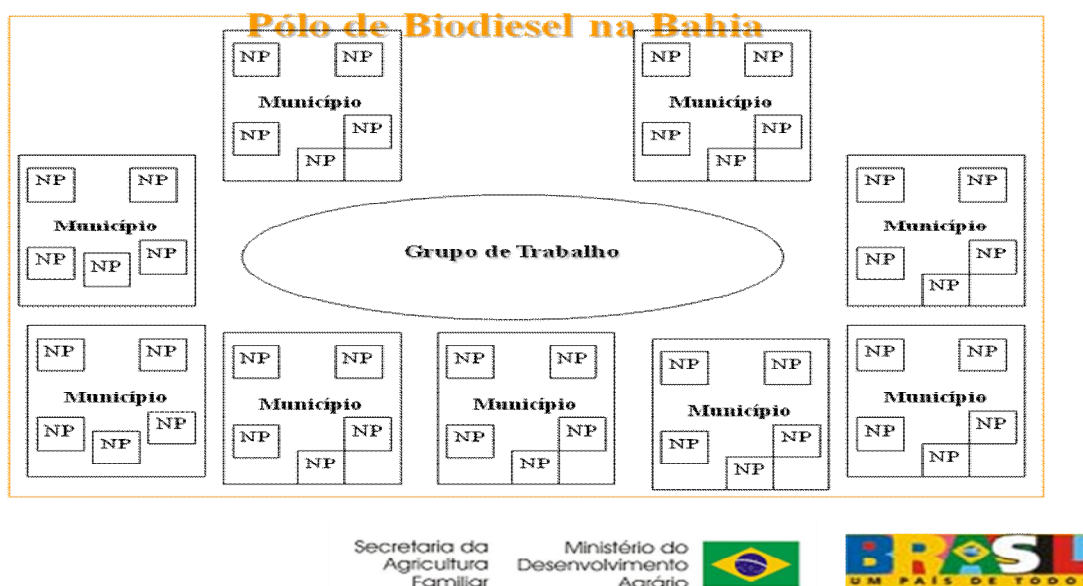


FIGURA 09: ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO DOS PÓLOS DE BODIESEL

Fonte: PORTAL DA CIDADANIA, 2009.

Atualmente no Brasil existem 37 (trinta e sete) pólos, sendo 20 (vinte) na região Nordeste, e destes 8 (oito) são na Bahia, 7 (sete) no Sul, 8 (oito) no Centro Oeste e 1 (um) no Norte. Os GTs dos pólos são referência para o assunto Biodiesel, nos municípios de sua abrangência.

Estes Pólos de Biodiesel da Bahia (ver quadro 02) representam as regiões (Territórios de Identidade) do estado que possuem condições para a imediata produção das oleaginosas numa escala industrial, gerada pela agricultura familiar.

Quadro 02: PÓLOS DE BIODIESEL DA BAHIA

01.	Agreste de Alagoinhas
02.	Baixo Sul
03.	Chapada Diamantina
04.	Irecê
05.	Sertão Produtivo
06.	Portal do Sertão
07.	Velho Chico
08.	Semi-árido Nordeste II

Fonte: (SEAGRI, 2009).

3 METODOLOGIA

Como processo metodológico, a presente pesquisa foi subdividida em três etapas, a saber:

- I Pesquisa bibliográfica e de dados secundários, a fim de verificar o referencial teórico do trabalho;
- II Pesquisa qualitativa, com o objetivo de verificar o posicionamento do Governo do Estado da Bahia;
- III Pesquisa exploratória primária qualitativa, visando à identificação da percepção do agricultor familiar quanto às ações de fomento do biodiesel desenvolvidas pelo Estado, bem como a sua inserção na cadeia de produção.

O Trabalho foi desenvolvido através de pesquisa aplicada, com a proposta de gerar conhecimento através da investigação de um estudo de caso, a fim de servir como um instrumento de mensuração dos resultados das ações do Governo do Estado voltadas para o fomento ao biodiesel na Bahia. Sua observância busca representar a visão que a população tem diante do arcabouço de propostas desenvolvidas.

Para evidenciar a cadeia de estruturação do biodiesel do Governo Federal junto aos agricultores familiares, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA desenvolveu os Pólos de Biodiesel do Brasil. No caso específico da Bahia, estas regiões foram caracterizadas dentro do conceito dos Territórios de Identidade.

Na Bahia, existem 26 Territórios de Identidade, e destes 08 são considerados Pólos de Biodiesel. Então, a partir da metodologia de “amostragem probabilística”², com a categoria de amostra “aleatória simples”³, foi escolhido 01 Pólo entre os demais, a fim de que o mesmo pudesse representar uma amostragem satisfatória e representativa dos outros Pólos.

2 Por amostra probabilística entende-se um plano de amostragem em que cada elemento da população tem uma probabilidade conhecida de ser incluído na amostra (UFU, 2009).

3 Quando todos os elementos da amostra têm a mesma probabilidade de ser incluído na amostra se denomina amostra aleatória simples (UFU, 2009).

Como forma de estratificar a percepção da população deste Pólo de Biodiesel, foi utilizada a metodologia do estudo de caso para a avaliação dos agricultores familiares rurais e representantes de cooperativas e associações que fazem parte do grupo de trabalho, do Pólo de biodiesel da região de Irecê, Bahia.

Por orientação do MDA, os Estados devem promover articulação entre os Pólos, e desenvolver neles uma proposta de organização, composta por Grupos de Trabalho – GT, na qual cada Pólo deve realizar eventos com os seus representantes, a fim de que possam ser deliberadas ações para a região.

O Método do Estudo de Caso "... não é um meio específico. É uma técnica de organizar dados preservando o caráter unitário do objeto social estudado" (GOODE & HATT, 1969). De outra forma, TULL (1976) afirma que "um estudo de caso refere-se a uma análise intensiva de uma situação particular" e BONOMA (1985) coloca que o "estudo de caso é uma descrição de uma situação gerencial".

De acordo com YIN (1989), a preferência pelo uso do Estudo de Caso deve ser dada quando do estudo de eventos contemporâneos, em situações onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas onde é possível se fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas. Apesar de ter pontos em comum com o método histórico, o Estudo de Caso se caracteriza pela "... capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações".

Este método (e os outros métodos qualitativos) é útil, segundo BONOMA (1985), "...quando um fenômeno é amplo e complexo, onde o corpo de conhecimentos existente é insuficiente para permitir a proposição de questões causais e quando um fenômeno não pode ser estudado fora do contexto no qual ele naturalmente ocorre".

Os objetivos do método de Estudo de Caso, segundo BONOMA (1985), "... são: (1) capturar o esquema de referência e a definição da situação de um dado participante... (2) permitir um exame detalhado do processo organizacional e (3) esclarecer aqueles fatores particulares ao caso que podem levar a um maior entendimento da causalidade".

BONOMA (1985), ao tratar dos objetivos da coleta de dados, coloca como objetivos do Método do Estudo de Caso não a quantificação ou a enumeração, "... mas, ao invés disto (1) descrição, (2) classificação (desenvolvimento de tipologia),

(3) desenvolvimento teórico e (4) o teste limitado da teoria. Em uma palavra, o objetivo é compreensão".

Para isso, a seguir são demonstrados os métodos que formaram a composição das avaliações para indicação dos resultados.

3.1 Pesquisa Bibliográfica e de Dados Secundários

Os objetivos são de caráter exploratório e descritivo, pois inicialmente foi necessária a realização de pesquisas bibliográficas de dados secundários, com a metodologia de natureza qualitativa, a fim de descobrir informações complementares para a obtenção de embasamento teórico sobre os seguintes temas: estratégia, gestão, fomento, desenvolvimento, políticas públicas, comunicação, marketing, posicionamento, percepção, meio ambiente e sustentabilidade, sendo que todas as fontes foram observadas sob o prisma do biodiesel, tema central da proposta.

A observação foi focada no biodiesel como arranjo produtivo, através das suas variáveis de mercado e suas relações como diversas áreas de influência. Contudo, para que fosse possível avaliar as políticas públicas voltadas para o fomento ao biodiesel na Bahia, foi necessário o levantamento sobre o marco regulatório, as diretrizes e as principais leis que garantem a promoção do biodiesel no Brasil.

Como os macro-programas para o desenvolvimento do biodiesel são promovidos no nível federal, a partir da compreensão do planejamento nacional é que é possível verificar as particularidades das estâncias regionais. Que neste caso visou à verificação das ações realizadas no estado da Bahia.

3.2 Pesquisa Qualitativa

A *posteriori*, foi necessária a realização de pesquisas qualitativas, visando à recuperação de informações disponíveis através das ações desenvolvidas pelo Governo do Estado, voltados para o desenvolvimento do Biodiesel. Esta avaliação teve como foco a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, por ser a principal secretaria de Estado envolvida com o fomento ao Biodiesel diante da agricultura familiar.

Para promover as ações necessárias ao desenvolvimento do biodiesel a SEAGRI possui o apoio de duas superintendências, a saber: Superintendência de Agricultura Familiar – SUAF, e a Superintendência de Política do Agronegócio – SPA, além de uma empresa voltada para o desenvolvimento agrícola, chamada de Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. – EBDA. As mesmas são o foco principal da investigação sobre o governo, conforme a figura 10.

Entretanto, fez-se necessário a avaliação transversal sobre as instituições que direta ou indiretamente complementam as ações desenvolvidas pelo Governo no sentido de implementar programas com a finalidade de fomentar o biodiesel no Estado.

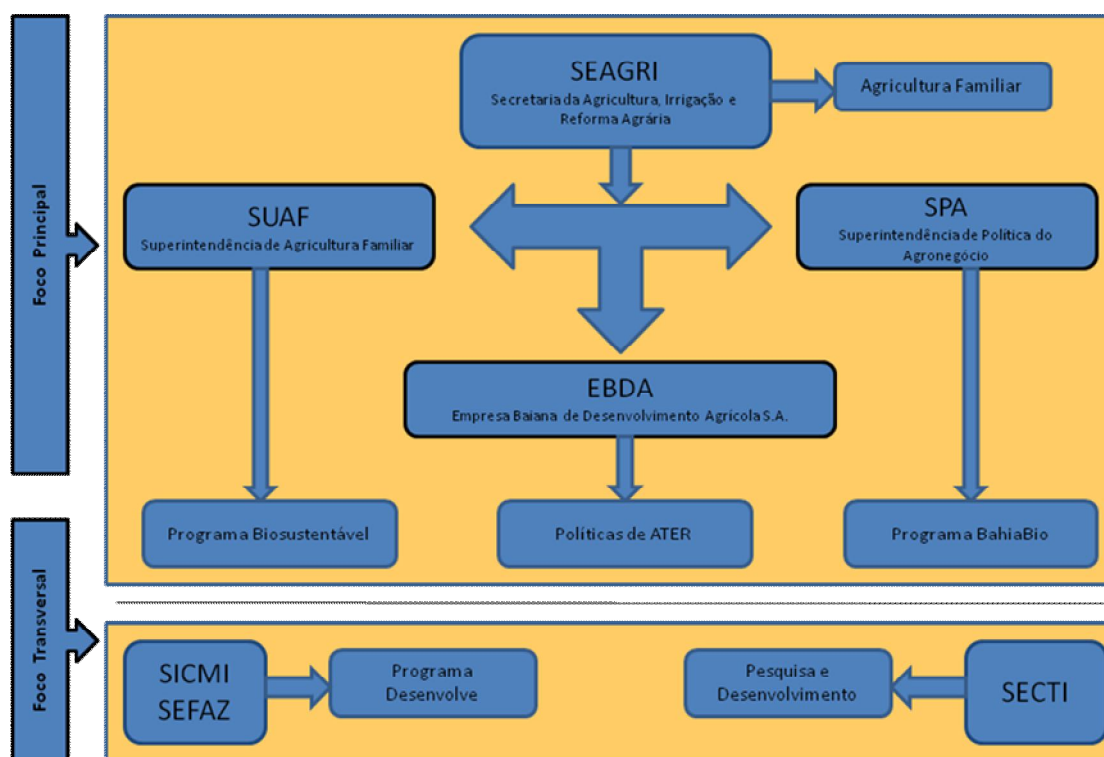


Figura 10: FOCO DA PESQUISA DO GOVERNO

Fonte: Elaboração própria.

Na pesquisa foi observado o posicionamento do Governo, ou seja, a forma, o conteúdo, a quantidade, a qualidade e o público para o qual a informação é transmitida nas ações, campanhas, projetos e políticas públicas voltadas para o biodiesel.

3.3 Pesquisa Exploratória Primária Qualitativa

Em seguida, fez-se necessária a realização de pesquisa exploratória primária, de cunho qualitativo, objetivando a identificação da percepção dos públicos-alvos envolvidos na área, desejando a verificação da existência de um processo de consonância ou dissonância entre o que foi transmitido pelo Governo e o que foi percebido pelo público, que por sua vez é o agricultor familiar da Bahia. Pois o *feedback* permite monitorar a recepção da mensagem, ou seja, permite saber se a mensagem original atingiu o alvo de forma correta ou se é preciso algum tipo de alteração, no sentido do receptor decodificar nítida e corretamente a mensagem.

A estratificação do agricultor familiar foi advinda dos integrantes das reuniões do Grupo de Trabalho do Pólo de Biodiesel de Irecê, Bahia, organizado pelo MDA, a partir das cooperativas, associações e agricultores familiares representando o Pólo de biodiesel e por consequência o Território de Identidade do estado da Bahia.

3.4 Abrangência da Pesquisa

A pesquisa abrangeu o estado da Bahia, contudo, foram observadas as políticas federais voltadas para o biodiesel, desde que o arcabouço regulatório, os programas, as normas e diretrizes do projeto de biodiesel são nacionais. E, portanto, estes mesmos projetos e políticas são adequados e aplicados às especificidades e as realidades regionais. Para tanto, na revisão bibliográfica foi esperada a obtenção dos marcos sobre a origem do biodiesel no Brasil e na Bahia, considerando as políticas públicas federais e estaduais.

Já o levantamento de informações do posicionamento do governo do estado foi verificado junto a Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI, desde que a mesma possui intensa ligação e articulação com o foco do trabalho, pois o agricultor familiar é um dos principais elos da cadeia do biodiesel.

No caso do biodiesel, atualmente a SEAGRI atua no desenvolvimento dos programas que possuem ligação com o meio ambiente, desenvolvimento, agricultura, promoção social, administração e planejamento, bem como participa de parcerias com outros órgãos e Secretárias que estejam envolvidos com projetos e programas de fomento ao biodiesel no Estado.

3.5 Restrições da Pesquisa

Dado o recorte escolhido no tema, às outras secretarias de governo envolvidas não foram averiguadas com profundidade. Também não foram avaliados os demais atores da cadeia produtiva do biodiesel no Estado, a saber: indústria, academia/pesquisadores. O foco foi apenas no Governo e no Agricultor Familiar.

Após o levantamento das informações, os dados serão sistematizados em um quadro síntese, indicando hierarquicamente as ações que mais se destacaram, e por fim foi realizada a verificação comparativa entre o que foi proposto como estratégia através do posicionamento do governo e o que foi efetivamente percebido pelo público-alvo envolvido, por sua vez: o agricultor familiar.

Para Buschinelli et al (2007), uma forma de avaliar a percepção dos impactos ambientais de uma atividade rural é através do entendimento do conhecimento dos atores sociais envolvidos em determinado plano, projeto, ou atividade. Nesse sentido, painéis de avaliação com esses atores permitem verificar os impactos socioambientais ao longo dos diferentes elos da cadeia produtiva focada na avaliação, considerando os pontos de vista e a expressão dos múltiplos interesses sociais existentes, desde que o mesmo garanta representatividade, segundo a extensão, o alcance e a organização do projeto ou atividade avaliada. Portanto, o levantamento das informações é realizado junto aos atores sociais.

Essas avaliações provêm às bases para a proposição de políticas públicas de fomento e controle para os projetos e atividades avaliadas, contribuindo para a gestão ambiental em escala territorial. De forma complementar, os impactos são verificados, empregando-se sistema de indicadores, dirigidos à gestão ambiental da atividade produtiva (RODRIGUES; CAMPANHOLA, 2003).

3.6 Foco do Instrumento da Pesquisa

Para realização do questionário foi avaliado o posicionamento gerado pelas ações de fomento nos diversos elos das cadeias produtivas do biodiesel que possuem atuação direta com os agricultores familiares, juntamente com os direcionadores da cadeia produtiva de oleaginosas da Bahia. Estes itens por sua vez, fomentaram a realização dos temas para as perguntas do questionário (anexo

01). Conforme demonstra a figura 11: direcionadores da cadeia produtiva do biodiesel na Bahia.

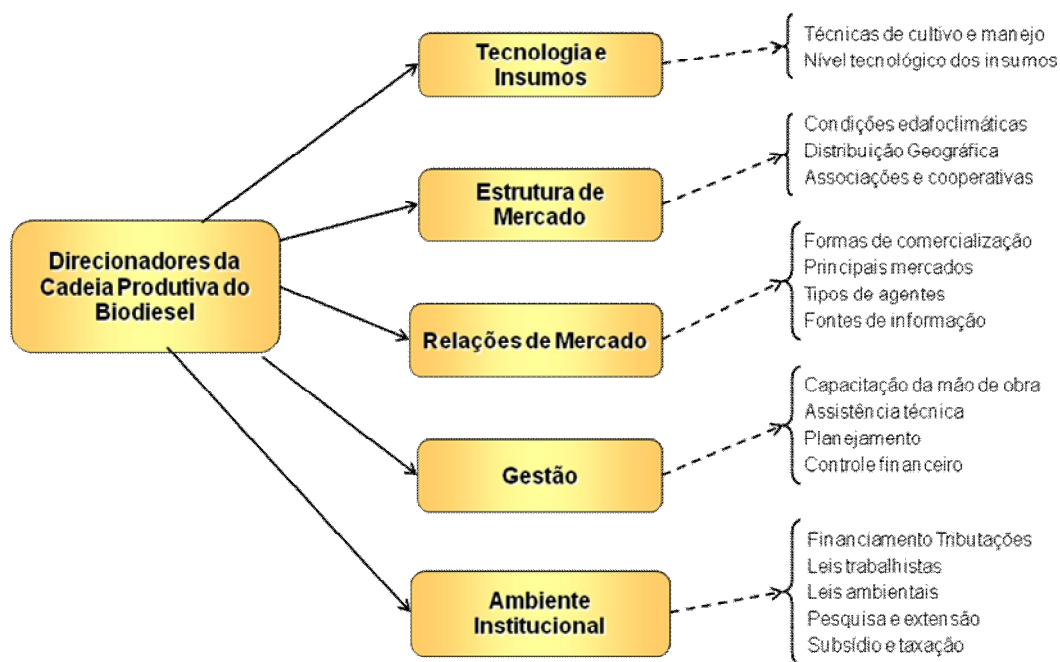


Figura 11: DIRECIONADORES DA CADEIA PRODUTIVA DO BIODIESEL NA BAHIA

Fonte: CAMPOS, M.B.N. et al, 2009.

Deste modo, a pesquisa buscou identificar a percepção dos agricultores rurais quanto ao posicionamento adotado pelo governo do estado em relação ao desenvolvimento do biodiesel na Bahia.

Com as respostas do agricultor familiar, foi possível avaliar o nível de consonância ou dissonância do que é indicado pelo governo e o que é percebido pelo agricultor. Assim, a verificação da avaliação que o agricultor tem do governo, possibilitou a indicação de ações que corrijam estas distorções.

Para demonstrar os resultados desta pesquisa foram utilizados critérios descritivos e qualitativos. Os critérios descritivos apresentam, de forma detalhada os direcionadores, analisando-os como pontos fortes e pontos fracos, e, portanto, se eles contribuem ou prejudicam o desenvolvimento da cadeia do biodiesel na Bahia.

Os critérios qualitativos apresentam de modo explícito a consonância ou dissonância da percepção dos entrevistados, indicando em uma escala que varia desde muito favorável a muito desfavorável as ações desenvolvidas pelo governo do estado. Assim, a verificação final da relação entre a percepção e o posicionamento

de cada direcionador, apresentado na forma de quadro ao longo do texto, a partir da utilização do critério descritivo, é transformado em índices qualitativos (PEREZ, 2003; in: CAMPOS, M.B.N. et al, 2009).

Os direcionadores são avaliados segundo a intensidade do seu impacto e segundo a sua contribuição para o fomento da cadeia de produção do biodiesel, o que se entende na metodologia como relevância (CAMPOS, M.B.N. et al, 2009).

Para responder ao questionário foi necessário apenas que o entrevistado, ao seu critério e de acordo com a sua percepção, indicasse um dos indicadores de resposta apresentado a cada questão. Estes indicadores já foram utilizados para avaliar representantes da agricultura familiar inseridos na produção do biodiesel no próprio estado da Bahia.

Para isso, foram atribuídos conceitos como “muito favorável” a aqueles que contribuem positivamente para o fomento do biodiesel, “muito desfavorável” para aqueles que representam entraves ou impedimentos ao desenvolvimento do biodiesel e valores intermediários foram avaliados como “desfavorável”, “favorável” e “neutro”. Assim, uma avaliação quantitativa significa atribuir notas que podem variar em uma escala de (-2) a (2), como se pode observar na tabela 01: Nota de direcionadores (PEREZ, 2003; in: CAMPOS, M.B.N. et al, 2009).

TABELA 01: NOTAS DOS DIRECIONADORES

Índice	Abreviatura	Notas
Muito favorável	MF	2
Favorável	F	1
Neutro	N	0
Desfavorável	D	-1
Muito desfavorável	MD	-2

Fonte: CAMPOS, M.B.N. et al, 2009.

3.7 Logística da Aplicação do Questionário

A aplicação do questionário foi realizada em primeiro momento através da metodologia de pré-teste. Assim, como modelo aleatório simples, foi estratificado um integrante cadastrado na relação de participantes do Grupo de Trabalho do Pólo de Biodiesel de Irecê, composto por cooperativas e pelos próprios agricultores familiares dos pólos, para que o mesmo promovesse as respostas ao questionário.

Este pré-teste visou à identificação de uma análise do próprio instrumento, quanto às suas características, pontos fracos, pontos fortes, dificuldades e facilidades da aplicação. Isto tudo em função da verificação da necessidade de aperfeiçoar o processo. Além de evitar que com a identificação de uma ocorrência ou falha no processo tivesse que aplicar novamente o questionário com todos os entrevistados.

Com a verificação do pré-teste, as próximas entrevistas seguiram o seguinte roteiro:

1. Visita a reunião do Grupo de Trabalho agendada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, no Pólo de Biodiesel de Irecê, Bahia, nos dias 08 e 09 de dezembro de 2009.
2. Na reunião, o pesquisador verificou entre os participantes se os mesmos se enquadravam como agricultor familiar, com o objetivo de sensibilizá-los a responderem à pesquisa, explicando os objetivos e vantagens da mesma.
3. Em seguida, com a aceitação do possível entrevistado, iniciou-se a entrevista e as respostas foram anotadas no questionário padrão, que por sua vez passou a ser identificado com os dados do respondente.

As respostas dos questionários foram tabuladas e a partir daí, os dados foram analisados e criticados verificando-se o grau de retorno da percepção dos agricultores diante do posicionamento do governo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão abordados os resultados obtidos a partir das pesquisas realizadas junto aos programas de fomento para o biodiesel na Bahia, demonstrando os seus objetivos e metas, as relações dos programas como políticas públicas, as restrições verificadas, bem como são indicadas recomendações para as políticas relacionadas ao biodiesel.

Em seguida foram avaliadas as ações estruturantes e atividades desenvolvidas pelo governo estadual. Estas ações demonstraram o posicionamento do Estado perante o fomento ao biodiesel. Só então, foi possível promover a verificação da percepção dos agricultores familiares diante do que foi indicado pelo governo.

4.1 Programas de Fomento ao Biodiesel na Bahia

Neste item foram avaliados os programas de fomento realizados pelo governo do estado para o desenvolvimento do biodiesel. Inicialmente o primeiro programa foi o Probiodiesel Bahia, com o foco apenas no biodiesel. Com o governo atual este programa deu lugar ao programa BahiaBio, entretanto, com uma amplitude maior, devido a sua abrangência na utilização de outras matrizes energéticas.

A seguir é apresentado o programa Biosustentável, que se complementa ao biosustentável na medida em que foca no biodiesel com a inserção da agricultura familiar. Por fim é apresentado o programa Desenvolve, programa com finalidade de desenvolver o Estado, mas que contempla o incentivo ao fomento dos biocombustíveis na Bahia.

4.1.1 Programa PROBIODIESEL BAHIA

O programa Probiodiesel Bahia iniciado em 2003, foi o primeiro programa implementado na Bahia com a finalidade de diversificar a matriz energética do estado a partir da introdução do biodiesel. O mesmo foi gerado e coordenado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado – SECTI.

O Probiodiesel Bahia foi concebido no Governo Paulo Souto (2003 a 2006), tendo como objetivo estratégico produzir um combustível proveniente de matéria-prima 100% renovável e sua posterior introdução na matriz energética estadual e nacional.

Assim, conforme o Quadro 3, o programa visava os seguintes objetivos:

QUADRO 03: OBJETIVOS DO PROBIODIESEL BAHIA

01.	Ampliar e consolidar a produção e o processamento de oleaginosas no estado da Bahia
02.	Fomentar a implantação de plantas em escala comercial (produção contínua)
03.	Tornar a Bahia um exportador de biodiesel aproveitando suas vantagens logísticas para distribuição de combustíveis
04.	Fomentar o surgimento de micro e mini-usinas (fixas ou móveis) distribuídas pelo espaço regional para atender as necessidades energéticas e de combustível de empreendimentos agroindustriais e de frotas de veículos privadas e públicas
05.	Promover a produção e uso local do biodiesel para geração sustentável de eletricidade, fomentando o plantio de oleaginosas, em projetos de agricultura familiar em pequenas comunidades rurais, para fornecer matéria-prima às micro-usinas que produzirão o biodiesel

Fonte: PROBIODIESEL BAHIA, 2006.

As metas do programa são apresentadas no Quadro 4:

QUADRO 04: METAS DO PROBIODIESEL BAHIA

01.	Produzir, até 2008, 2% do consumo de diesel do Estado da Bahia
02.	Ampliar a área plantada com mamona em ha para atender a meta do B2 na Bahia
03.	Realizar, a partir de 2004, dois testes com o biodiesel em frotas públicas e privadas de Salvador e Ilhéus
04.	Gerar energia, a partir do biodiesel, em quatro comunidades rurais até 2007

Fonte: PROBIODIESEL BAHIA, 2006.

A partir dos objetivos e metas, foram desenvolvidos alguns projetos especiais para o fomento do programa, conforme o Quadro 5:

QUADRO 05: PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO PROBIODIESEL BAHIA

01.	Estudo da Cadeia Produtiva de Biodiesel no Estado da Bahia
02	Projeto para Implantação de Unidade Industrial de Processo Contínuo na Região Metropolitana de Salvador
03.	Laboratório de Referência para a Avaliação de Desempenho e das Emissões Atmosféricas de Motores Ciclo Diesel (UFBA)
04.	Laboratório de Referência em Análise de Qualidade em Biocombustíveis (UESC)
05.	Avaliação do Biodiesel em Frotas Cativas em Salvador/BA
06.	Geração de Energia na Comunidade Rural de Angical/BA a partir do Biodiesel
07.	Geração de Renda em Comunidades Remanescentes de Quilombos a partir do Biodiesel
08.	Centro Integrado de Produção de Oleaginosas, Biodiesel e Geração de Co-Produtos em Irecê/BA
09.	Projeto para o Desenvolvimento da Lavoura Familiar de Mamona para Viabilização do Probiodiesel Bahia
10.	Elaboração do Planejamento Estratégico e da Website da Rede Baiana de Biocombustíveis
11.	Planta Móvel Demonstrativa da Produção do Biodiesel (Unidade Containerizada)

Fonte: PROBIODIESEL BAHIA, 2006.

Uma grande vantagem para o desenvolvimento do Probiodiesel no Brasil reside no fato de que o país é o maior produtor de álcool do mundo, com nove bilhões de litros/ano, e com capacidade de produzir até 15 bilhões, o que lhe garantiria uma vantagem estratégica na produção de um biodiesel totalmente renovável (CARNEIRO, 2003). Contudo, o programa não teve continuidade com a mudança de governo, que por sua vez foi substituído por um programa com outro foco.

Como o primeiro passo já havia sido dado, com o processo de estruturação da cadeia de produção na Bahia, a criação das redes de relacionamento, a criação de novos laboratórios, atração de empresas, e principalmente após a instalação de 03 empresas que se tornaram indústrias já implantadas, o atual Governo buscou modificar o viés para a sensibilização e mobilização do produtor familiar.

4.1.2 Programa BAHIABIO

Em 5 de dezembro de 2007, o Governador do Estado instituiu o decreto nº 10.650 que designa e dá providência ao Programa Estadual de Produção de Bioenergia – BahiaBio, objetivando o incentivo ao desenvolvimento da produção de bioenergia na Bahia, visando atender demandas de energia dos mercados interno e externo.

Este programa, de âmbito estadual, tem a finalidade de gerir e fomentar ações, desenvolvimento, aplicações e uso de biomassa, bem como indica a implantação do biodiesel no estado, como um biocombustível adicional à matriz energética, além de estimular pesquisas relacionadas ao programa.

As metas do programa visam intensificar esforços na promoção do agronegócio baiano visando estimular investimentos privados e/ou públicos para a produção de energia limpa e renovável, tendo como meta as produções apresentadas na Tabela 02:

TABELA 02: METAS DE PRODUÇÃO DO BAHIABIO

FONTE	QUANTIDADE
ETANOL	7,48 milhões de m ³
BIODIESEL	773 mil m ³
CO-GERAÇÃO DE ENERGIA	2.501 mw
CRÉDITO INTERNACIONAL DE CARBONO	3,13 milhões t

Fonte: BAHIABIO, 2008.

Portanto, o programa BahiaBio subdivide-se em outros 4 sub-programas, sendo eles:

- ETANOL
- BIODIESEL
- CO-GERAÇÃO DE ENERGIA
- CRÉDITO INTERNACIONAL DE CARBONO

Devido ao foco deste trabalho ser as políticas públicas voltadas para o biodiesel na Bahia, a avaliação do programa BahiaBio se concentrará apenas no item biodiesel, excluindo-se assim a avaliação do etanol, co-geração de energia, e o crédito internacional de carbono.

O biodiesel surgiu como uma opção altamente desejável para substituir o diesel de origem fóssil, principalmente por ser um combustível renovável, menos poluente e por ensejar forte inclusão social no seu processo de produção.

Nesse contexto, o Estado da Bahia apresenta-se como forte competidor no mercado de biodiesel, tendo em vista a grande disponibilidade de áreas adequadas, do ponto de vista edafo-climático, para o cultivo de oleaginosas e a sua experiência na produção de óleos vegetais, especialmente de mamona, dendê, algodão e soja, assim como por contar com várias indústrias de biodiesel já instaladas ou em fase de instalação.

A justificativa para o investimento neste segmento é que o Estado da Bahia, com sua diversidade agro-socio-econômica apresenta uma extraordinária vocação para a produção de culturas oleaginosas (ver apêndice 03), dispondo, para tal, de área superior a 10 milhões de hectares.

Dentro do subprograma do biodiesel, existem projetos focados na produção de oleaginosas de acordo com as potencialidades das características regionais, conforme demonstra a Tabela 03.

TABELA 03: POTENCIAL PARA PRODUÇÃO DE OLEAGINOSAS NA BAHIA

REGIÃO	OLEAGINOSA	PRODUÇÃO
Todo semi-árido e cerrados do Oeste baiano	Mamoneira e girassol	–
Cerrados	Algodão	Superior a 3.500 kg/ha
Litoral Sul, Baixo-Sul, Recôncavo Sul e Extremo Sul	Dendezeiro	Grande potencial
Todas as regiões do Estado	Pinhão-manso	8.000 kg/há
Cerrados do oeste baiano	Soja	–

Fonte: BAHIABIO, 2008.

A demanda por biodiesel é notavelmente elevada, especialmente na Europa, Estados Unidos e Ásia. Os europeus estão dessulfurando o óleo diesel e colocando biodiesel para suprir a lubricidade conferida pelo enxofre, elemento poluente responsável pela chamada chuva ácida. A oportunidade para o Brasil, e, em particular para a Bahia, não poderia ser melhor, pois, além de ter mercado garantido no país para todo o biodiesel que produzir, pode, ainda, exportar o excedente em condições competitivas (BAHIABIO, 2008).

Os objetivos do sub-programa de biodiesel são apresentados no Quadro 06.

QUADRO 06: OBJETIVOS DO SUB-PROGRAMA DE BIODIESEL DO BAHIABIO

01.	Apoiar e ampliar a produção e o processamento de oleaginosas no Estado da Bahia para fornecer matéria-prima às indústrias de biodiesel
02	Diversificar a matriz energética no Estado da Bahia com a utilização de biodiesel em motores automotivos e estacionários
03.	Atrair investimentos para implantação de usinas processadoras de biodiesel
04.	Atender a demanda estadual de biodiesel e exportar o excedente desse biocombustível

Fonte: BAHIABIO, 2008.

Já as metas de produção de biodiesel são apresentadas no Quadro 07.

QUADRO 07: METAS DO SUB-PROGRAMA DE BIODIESEL DO BAHIABIO

01.	Produção de 197 mil m ³ de biodiesel a partir de 2008, 517 mil m ³ a partir de 2010 e 773 mil m ³ a partir de 2012
02	Atender as demandas de biodiesel no Estado, correspondentes a 40 mil m ³ em 2008 (B2), 100 mil m ³ a partir de 2013 (B5) e gerar receitas com a venda do excedente nos mercados nacional e internacional
03.	Atender a demanda futura da indústria oleoquímica, de aproximadamente 80 mil m ³ de óleo de palmiste

Fonte: BAHIABIO, 2008.

4.1.2.1 Avaliação das Estratégias de Implementação dos Programas de Governo

Como forma de estimular a atração de empreendimentos para o programa de bioenergia, o Governo do estado e a Petrobrás estabeleceram uma parceria para que os investimentos realizados no Estado possam ajudar o desenvolvimento da cadeia de biodiesel.

Quanto ao biodiesel, a parceria Estado/Petrobrás está voltada para o fomento da produção de matéria-prima, visando o aumento da produção de óleo, tanto pelos agricultores familiares quanto pelas empresas. No que tange a produção em grande escala, caberá ao Estado a indicação das áreas zoneadas para cada cultura, intermediando o escoamento da produção junto a Petrobrás, conforme demonstra o Quadro 08.

QUADRO 08: PARCERIA COM A PETROBRÁS

a.	Constitua-se em CEBIO – Complexo de Exportação de Bioenergia, modelo de empreendimento que a estatal está implementando com vistas à exportação de combustíveis renováveis;
b.	Supram as plantas industriais de biocombustíveis destinados ao mercado interno. Desta forma, serão selecionados, por meio de trabalho conjunto e integrado das Secretarias de Agricultura; Planejamento; e da Indústria, Comércio e Mineração, os projetos privados viáveis, os quais, poderão participar da modelagem da PETROBRÁS para atuar na produção de biocombustíveis.

Fonte: BAHIABIO, 2008.

Na linha de melhoramento genético dos cultivos e produção de sementes, visando à obtenção de maior produtividade e resistência às pragas, buscou-se parcerias tecnológicas com as instituições listadas no Quadro 09.

QUADRO 09: PARCERIAS TECNOLÓGICAS

a.	EBDA (Produção de semente básica, assistência técnica e organização dos produtores)
b.	CEPLAC (produção de sementes de dendê, pesquisa e desenvolvimento de novos híbridos)
c.	EMBRAPA (pesquisa na área de melhoramento genético e produção de sementes genética e básica)
d.	Fundação Bahia (introdução e adaptação de cultivares e assistência técnica)

Fonte: BAHIABIO, 2008.

No campo da tecnologia de produção industrial, foram estabelecidas formas de aplicação de pesquisas desenvolvidas nos respectivos centros tecnológicos das entidades constantes do Quadro 10:

QUADRO 10: PARCERIAS PARA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

a.	FIEB/SIMATEC
b.	UESC
c.	UFBA
d.	Organismos internacionais

Fonte: BAHIABIO, 2008.

Conforme o Quadro 11, o governo do estado promoveu incentivos fiscais, financeiros e de infra-estrutura.

QUADRO 11: INCENTIVOS FISCAIS, FINANCEIROS E DE INFRA-ESTRUTURA

a.	Diferimento do ICMS incidente sobre as aquisições do exterior de máquinas e equipamentos necessários à produção e destinados a integrar o ativo fixo da Empresa, devendo ser pago quando da desincorporação do bem. O diferimento prevalecerá mesmo que tais importações sejam desembaraçadas fora do Estado da Bahia, desde que esses bens, na sua totalidade, sejam destinados à unidade industrial da Empresa localizada no Estado da Bahia
b.	Diferimento do ICMS nas operações internas relativas às aquisições de bens destinados ao ativo fixo produzidos neste Estado
c.	Diferimento do ICMS nas aquisições de bens destinados ao ativo fixo em outra unidade da federação, relativamente ao diferencial de alíquotas
d.	A infra-estrutura básica às Unidades Industriais

Fonte: BAHIABIO, 2008.

Logística de escoamento

A Bahia possui uma diversificada e articulada rede de meios de transportes, compreendendo cerca de 24.939 km de rodovias federais e estaduais, na qual sobressaem os trajetos, de forma longitudinal, das duas maiores estradas do País (BR 101 e 116) e, transversalmente, de outras duas (BR 030 e 242); 1.582 km de ferrovias que percorrem longitudinalmente o território baiano; a hidrovía do São Francisco, incluindo os afluentes Grande e Corrente, navegáveis em pequeno calado; e diversos portos ao longo da sua extensa costa marítima (BAHIABIO, 2008).

Investimentos Necessários ao Desenvolvimento do Programa

Os investimentos necessários ao desenvolvimento do programa estão estimados em R\$ 12,3 bilhões. Os cálculos para os custos e rendimentos estimados à implantação das culturas do sub-programa biodiesel foram fornecidas pela EBDA.

Já os cálculos dos custos de investimentos do setor industrial foram baseados no documento Estudo da Viabilidade Econômico da Cadeia Produtiva do Biodiesel realizado pela SECTI (HAMACHER et al, 2006).

Os resultados esperados pelo desenvolvimento do Bahiabio são apresentados no Quadro 12.

QUADRO 12: RESULTADOS ESPERADOS

a.	Implantação de mais de 800 mil hectares de lavouras de cana-de-açúcar nos diversos Pólos de Produção do Estado
b.	Auto-suficiência baiana na produção de etanol, podendo, inclusive, exportar o excedente
c.	Atendimento, a curto prazo, da demanda baiana de 5% de incorporação de biodiesel ao diesel comum (B-5), correspondente a 100 mil m ³ e de até 25% nos próximos 10 anos, podendo contribuir para o abastecimento de outros Estados da Federação
d.	Geração de 90 mil empregos
e.	Desenvolvimento de novas tecnologias nos processos agrícolas e industriais na produção de biocombustíveis
f.	Geração de divisas com a exportação dos excedentes de etanol e biodiesel
g.	Aumento da renda média e melhoria das condições de vida dos produtores rurais, especialmente no segmento da agricultura familiar
h.	Desenvolvimento de sistemas sustentáveis de produção, do ponto de vista ambiental, social e econômico
i.	Produção de energia elétrica através do processo de co-geração
j.	Melhoria da logística de transporte
l.	Melhor aproveitamento das matérias-primas produzidas nas propriedades rurais

Fonte: BAHIABIO, 2008.

4.1.3 Programa BIOSUSTENTÁVEL

O objetivo geral do programa biosustentável é inserir os agricultores familiares na base de produção e de beneficiamento das culturas fornecedoras de óleos para fins de biodiesel. Para isso, o programa estipulou metas que são apresentadas no Quadro 13.

Apesar de ser um programa complementar ao Programa BahiaBio no tocante a produção de biodiesel, o Biosustentável está diretamente ligado a agricultura familiar, pois visa proporcionar a aplicação de uma política de assistência técnica rural.

QUADRO 13: METAS DO BIOSUSTENTÁVEL

a.	Ampliação da renda de 100 mil agricultores familiares
b.	01 nova matriz energética instalada em bases sustentáveis
c.	600 mil hectares cultivados com oleaginosas

Fonte: SEAGRI, 2009.

As ações previstas para o desenvolvimento do programa biosustentável são demonstradas no Quadro 14.

QUADRO 14: AÇÕES DO BIOSUSTENTÁVEL

a.	Adquirir, produzir e distribuir sementes de culturas oleaginosas
b.	Estimular o surgimento e o fortalecimento de empreendimentos de agregação de valor com a extração do óleo
c.	Gerar e transferir tecnologias de sistemas de produção da cultura de oleaginosas, adquirindo e distribuindo insumos, máquinas e equipamentos necessários ao cultivo
d.	Ordenar e supervisionar o serviço de ATER proporcionado pelas Integradoras de Biodiesel
e.	Divulgar os benefícios do Selo Combustível Social
f.	Promover eventos de estímulo ao plantio das oleaginosas em sistema de consórcio
g.	Qualificar o quadro técnico que atua na ATER em sistemas de produção integrados por culturas oleaginosas

Fonte: SEAGRI, 2009.

O programa biosustentável busca a atuação e abrangência pelos Territórios de Identidade ligados aos Pólos de Biodiesel da Bahia, conforme o verificado no Quadro 15.

QUADRO 15: ABRANGÊNCIA POR TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

a.	Irecê
b.	Chapada Diamantina
c.	Recôncavo
d.	Litoral Norte-Agreste de Alagoinhas
e.	Nordeste II
f.	Portal do Sertão
g.	Baixo-Sul
h.	Sul

Fonte: SEAGRI, 2009.

16. As instituições parceiras do programa Biosustentável aparecem no Quadro

QUADRO 16: INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DO BIOSUSTENTÁVEL

a.	Petrobras
b.	Brasil Ecodiesel
c.	IBR
d.	Bom Brasil
e.	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
f.	CODEVASF

Fonte: SEAGRI, 2009.

4.1.4 Programa DESENVOLVE

O Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE tem por objetivo fomentar e diversificar a matriz industrial e agro industrial do Estado, com formação de adensamentos industriais nas regiões econômicas e integração das cadeias produtivas essenciais ao desenvolvimento econômico e social e à geração de emprego e renda no Estado.

Este é um programa voltado para os grandes produtores industriais. Para os efeitos de aplicação deste programa, considera-se os critérios apresentados no Quadro 17.

QUADRO 17: CRITÉRIOS PARA UTILIZAÇÃO DO DESENVOLVE

I	Nova indústria, a que não resulte de transferência de ativos de outro estabelecimento da mesma empresa ou de terceiros, situado na Região Nordeste;
II	Expansão industrial, o aumento resultante de investimentos permanentes de, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) na produção física em relação à produção obtida nos 12 meses anteriores ao pedido;
III	Reativação, a retomada de produção de estabelecimento industrial cujas atividades estejam paralisadas há mais de 12 meses;
IV	Modernização, a incorporação de novos métodos e processos de produção ou inovação tecnológica dos quais resultem aumento significativo da competitividade do produto final e melhoria da relação insumo/produto ou menor impacto ambiental.

Fonte: SEAGRI, 2009.

Como o cultivo de oleaginosas para a produção de biodiesel tem demonstrado viabilidade a partir do cultivo em áreas extensas, há demanda para atender os mercados (externo e interno), com competitividade. O Governo do estado promoveu a alteração do programa Desenvolve, com o objetivo de inserir o programa de biodiesel no programa de desenvolvimento econômico e industrial da Bahia (SEAGRI, 2009).

Através da Lei nº 10.988, de 31 de março de 2008, o governo do Estado, altera o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE, aprovado pelo Decreto nº 8.205, de 03 de abril de 2002.

O programa passou a sinalizar o art. 10-B, que relata sobre as empresas que fazem parte da cadeia de produção do biodiesel, indicando os tipos de oleaginosas que fazem parte do processo e o tipo de incentivo que o governo ofertará, de acordo com a relação de localização da empresa com o semi-árido.

“Art. 10-B. Tratando-se de empresas que se dediquem à atividade de produção de biodiesel, o enquadramento em uma das classes (Figura 12), fica condicionado a que a sua produção seja obtida exclusivamente a partir da palma, do girassol, do pinhão manso, da mamona, do sebo bovino, do caroço de algodão, bem

como do óleo bruto extraído destes produtos, devendo, ainda, ser observados os seguintes requisitos:

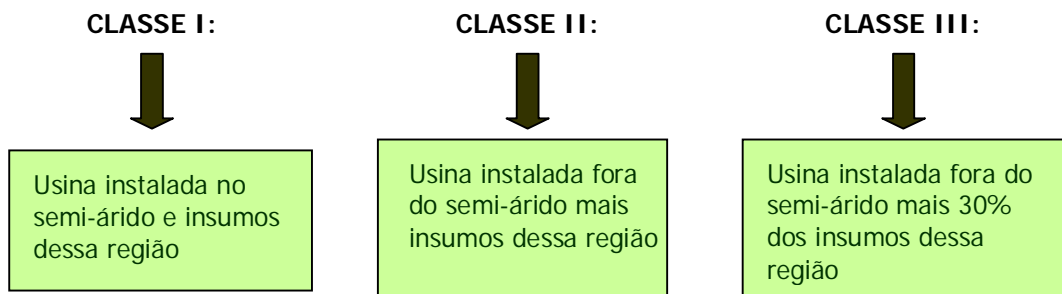


FIGURA 12: CLASSES DE ENQUADRAMENTO DAS EMPRESAS DE BIODIESEL NA BAHIA

Fonte: SEAGRI/EBDA, 2007.

I – para enquadramento na Classe I: empresas localizadas no semi-árido e que adquiram nesta região 100% (cem por cento) dos insumos acima referidos;

II – para enquadramento na Classe II: empresas localizadas fora do semi-árido, mas que adquiram na região do semi-árido 100% (cem por cento) dos insumos acima referidos;

III – para enquadramento na Classe III: empresas localizadas fora da região do semi-árido, admitindo-se que até 70% (setenta por cento) dos insumos acima referidos possam ser adquiridos fora da região do semi-árido.

§ 1º - Para a fruição do benefício de que trata este Decreto, as empresas produtoras de biodiesel deverão atender, ainda, às seguintes condições:

I - instalar medidores eletrônicos de vazão para controle da produção;

II - emitir Nota Fiscal Eletrônica nas operações que realizar;

III - possuir selo social concedido nos termos do Decreto Federal nº 5.297/04 (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA, 2008).

Em linhas gerais, o Desenvolve propõe-se a fomentar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial, com formação de adensamentos industriais e integração de cadeias produtivas consideradas relevantes à economia do estado, particularmente em função da geração de emprego e renda.

Com a alteração no Desenvolve e a imposição das classes de enquadramento ficou instituída que no que tange a produção de biodiesel, o mesmo se caracteriza como um programa dirigido especialmente para a região do semi-árido, procurando priorizar oleaginosas específicas, para determinados espaços do território baiano.

Diante desse cenário, o que se avalia não são os efeitos específicos do Desenvolve, mas a eficácia da política de atração de investimentos com vistas à formação de um aglomerado de empresas do setor de energia na região, numa área que certamente carece de investimentos, contudo, num contexto de busca por uma economia de escala, as indústrias de biodiesel podem ser prejudicadas.

A concessão de incentivos financeiros pelo Governo da Bahia obedece a uma matriz de aderência que observa, para efeito de enquadramento, os méritos do projeto em relação aos itens indicados no Quadro 18.

QUADRO 18: CRITÉRIOS PARA ENQUADRAMENTO DO DESENVOLVE

1.	À atividade econômica desenvolvida
2.	À geração de novos empregos
3.	À interação de cadeias produtivas
4.	Ao percentual da produção exportada
5.	Ao desenvolvimento tecnológico
6.	Ao impacto ambiental
7.	À desconcentração espacial em relação à Região Metropolitana de Salvador

Fonte: SEAGRI, 2009.

4.2 Governança Política e as Políticas Públicas para o Biodiesel na Bahia

Neste item foram avaliadas as estruturas de governança promovida pelo Governo do Estado com a finalidade de criar condições favoráveis à organização e

gestão dos programas, bem como da geração de ações para o fomento do biodiesel a partir da atuação das suas instituições governamentais.

4.2.3 Estrutura de Governança do Biodiesel na Bahia

Visando permitir a interligação e estruturação dos diferentes elos da cadeia de produção de biodiesel no Estado, de forma a conferir-lhe competitividade e tornar a Bahia um importante produtor e exportador de Biodiesel, o Governo do Estado criou um conjunto de mecanismos governamentais de fomento. Esses mecanismos possuíam o suporte de Secretárias de Estado que formam o Comitê Executivo responsável pela governança dos programas de biodiesel no Estado (BAHIA, 2006).

As reuniões das Secretarias de Estado sob forma de um comitê garantem a integração e em rede, dá maior agilidade na implantação das ações de interesse do programa. Para destacar o papel dos órgãos envolvidos, nos Quadros de nº 19 a 26, são indicadas as instituições que atuam diretamente no fomento ao biodiesel na Bahia.

QUADRO 19: SEAGRI – SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

FUNÇÃO	OBJETIVO	ATUAÇÃO
Cabe à SEAGRI a promoção, coordenação e estímulo a programas de pesquisa, estudos, levantamentos e análise de interesse para o desenvolvimento das principais oleaginosas do Estado.	Promover a assistência técnica ao produtor rural, executar a política de financiamento e aquisição de insumos necessários às atividades de produção de oleaginosas.	Estimula a organização dos segmentos sociais em entidades cooperativas ou associativas, executa projetos e ações voltadas para o desenvolvimento de produtores rurais.

Fonte: BAHIA, 2006.

QUADRO 20: EBDA – EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA

FUNÇÃO	OBJETIVO	ATUAÇÃO
A EBDA, vinculada à SEAGRI, tem como missão contribuir para o desenvolvimento agropecuário do Estado da Bahia através da geração, promoção e transferência de conhecimentos e tecnologias competitivas, considerando princípios de sustentabilidade.	Apoiar o biodiesel através da geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos através de: linhas de pesquisa em melhoramento genético vegetal, manejo de culturas, manejo do sistema solo-água-plantas, fitossanidade, biotecnologia, fisiologia vegetal, modelagem e simulação, socioeconômica e transferência de tecnologia.	Atua na assistência técnica e extensão rural: as equipes de assistência técnica e extensão rural da EBDA apóiam os produtores na aplicação de técnicas agrônômicas e gerenciais, mantendo-os bem informados e melhor capacitados.

Fonte: BAHIA, 2006.

QUADRO 21: SEINFRA – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

FUNÇÃO	OBJETIVO	ATUAÇÃO
Cabe à SEINFRA executar as políticas públicas relativas à energia, transporte e comunicação, bem como regular, controlar, fiscalizar a qualidade dos serviços públicos concedidos, permitidos e autorizados.	Seu apoio ao programa de biodiesel deve-se à sua competência para formular, implementar e avaliar a política de energia e transporte do governo.	As ações de implementação e manutenção de uma adequada infra-estrutura rodoviária e hidroviária são de vital importância para a construção de uma logística eficiente para a cadeia de produção de biodiesel.

Fonte: BAHIA, 2006.

QUADRO 22: SECTI – SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

FUNÇÃO	OBJETIVO	ATUAÇÃO
Cabe à SECTI fortalecer a base científica e tecnológica para produzir respostas efetivas às demandas tecnológicas do Estado em diferentes temas, sejam eles econômicos, sociais, ambientais, institucionais, entre outros.	Atuar promovendo a articulação empresarial e a integração das instituições produtoras de Ciência e Tecnologia, e disseminar o conhecimento entre os envolvidos no programa de biodiesel.	A SECTI foi a coordenadora do programa PROBIODIESEL BAHIA, e atualmente exerce o papel de Secretária Executiva da Rede Baiana de Bicomcombustíveis – RBB.

Fonte: BAHIA, 2006.

QUADRO 23: FAPESB – FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA

FUNÇÃO	OBJETIVO	ATUAÇÃO
A FAPESB atua através do financiamento de projetos de pesquisa, da concessão de bolsas, da melhoria da base laboratorial, do apoio aos eventos ligados à Ciência e Tecnologia.	Garantir o fortalecimento da base científica que atua como o biodiesel, capacitando-a a atender às suas demandas estratégicas e prover suporte às demandas empresariais.	Permitir a aceleração do processo de desenvolvimento e ampliação da qualidade de vida da população.

Fonte: BAHIA, 2006.

QUADRO 24: SICM – SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO

FUNÇÃO	OBJETIVO	ATUAÇÃO
Cabe à SICM formular e executar a política de desenvolvimento e apoio à indústria, ao comércio e à mineração no Estado.	Promover a articulação com os demais órgãos competentes do Estado, além do fomento às exportações dos produtos baianos.	No programa de Biodiesel atua através do apoio à macro e micro localização dos equipamentos, enquadramento dos projetos nos benefícios fiscais concedidos pelo Estado e promoção e divulgação das oportunidades de investimento na cadeia industrial do biodiesel.

Fonte: BAHIA, 2006.

QUADRO 25: RBB - REDE BAIANA DE BIOCOMBUSTÍVEIS

FUNÇÃO	OBJETIVO	ATUAÇÃO
<p>A rede visa organizar as ações desempenhadas pelos diversos atores que possuem aderência com a temática biodiesel. A coordenação executiva dos trabalhos da rede é de responsabilidade da Secretaria de Ciência e Tecnologia - SECTI, a quem cabe promover a integração das ações dos participantes e dos demais interessados no Programa, coordenar a definição de metas e a avaliação dos resultados obtidos e propor medidas de correção de rumo quando necessárias.</p>	<p>Os instrumentos utilizados são os Protocolos de Intenções e Convênios de Cooperação Técnica e Financeira entre todos os membros.</p>	<p>São atribuições dessa rede:</p> <p>I – Validar o modelo de gestão para a implantação do Programa de Biodiesel da Bahia.</p> <p>II – Coordenar, conduzir e avaliar as ações de implantação do referido programa.</p> <p>III - Orientar a aplicação dos recursos destinados ao Programa, próprios do estado e aqueles captados junto a outras agências públicas ou privadas, no financiamento de atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico para a produção de biodiesel e para a implantação das unidades produtivas.</p> <p>IV – Elaborar projetos cooperativos no âmbito dos Grupos de Trabalho temáticos da Rede.</p>

Fonte: BAHIA, 2006.

QUADRO 26: DESENBAHIA - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

FUNÇÃO	OBJETIVO	ATUAÇÃO
A função da DESENBAHIA é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado através da articulação e promoção de políticas e ações de fomento.	Assegurar recursos técnicos e financeiros capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável, visado à melhoria da qualidade de vida da população baiana.	A DESENBAHIA atua através da assistência técnica e financeira, prospecção e articulação da demanda e assistência na captação de recursos junto a outros agentes e opera linhas do BNDS e do BNB para financiar a implantação de empreendimentos agroindustriais no Estado.

Fonte: BAHIA, 2006.

Diante da estrutura de governança promovida pelo Governo do Estado foi possível verificar que o modelo propiciou a criação de condições favoráveis à organização e a gestão dos programas, do mesmo modo que facilitou a geração de ações para o fomento do biodiesel.

Os mecanismos de atuação da governança permitiram a integração de envolvidos das diversas áreas da cadeia do biodiesel, a partir da participação das suas instituições governamentais, principalmente pelo fato de haver um líder, gestor dos programas e da formação dos comitês de representação, o que permite uma maior integração em rede.

Este modelo gerou bons resultados na formulação de ações de atração de novas indústrias, na formação de novos centros de pesquisa, no apoio as redes tecnológicas e na disseminação do programa de biodiesel na Bahia.

4.2.4 Ações de Fomento Desenvolvidas a partir das Políticas Públicas

Quando se pensa na substituição de combustíveis fósseis por alternativas renováveis e menos poluentes, a grandiosidade da missão acaba criando dificuldades para analisar suas limitações, principalmente quando as ações estaduais devem ser balizadas por iniciativas tomadas previamente pela Nação.

A partir da necessidade do desenvolvimento da cadeia do biodiesel no estado da Bahia foi buscada a avaliação das estruturas e das bases políticas, de fomento e de iniciativas dos programas para o fomento ao biodiesel no estado. Contudo, as

ações propriamente ditas, são oriundas dos resultados das ações das instituições envolvidas com o projeto do biodiesel na Bahia.

A partir de projetos apoiados pela SECTI o biodiesel passou a ser produzido na planta piloto da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, a partir de Óleos e Gorduras Residuais - OGR, com material coletado em restaurantes e barracas de praias nos municípios de Ilhéus e Itabuna, fato esse que impede o impacto negativo no meio ambiente, uma vez que, sendo que reaproveitado não é descartado sem maiores cuidados no ambiente (DUTRA, 2003).

Com participação ativa na Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel - RTB e na Rede Baiana de Biocombustíveis - RBB, o grupo Bioenergia e Meio Ambiente da UESC desenvolve-se na área de biodiesel, atuando em linhas de pesquisas como: tecnologia de produção (em laboratório e escala piloto), controle de qualidade de óleos vegetais e biodiesel, desenvolvimento e/ou avaliação de catalisadores homogêneos e heterogêneos (ácidos, básicos e enzimáticos), avaliação ambiental, economicidade e biodegradação, sendo referência regional no desenvolvimento de pesquisas nesta área do conhecimento.

Nesta busca por fontes renováveis, o Brasil, está em vantagem em relação ao resto do mundo, pelas altas taxas de luminosidades e pelas grandes dimensões territoriais, e o estado da Bahia desponta na produção de energia via fontes alternativas, destacando-se a geração de energia por meio do biodiesel (ALMEIDA NETO, 2004).

A FAPESB tem apoiado projetos de pesquisas na área de produção de biogás a partir de diferentes substratos, especialmente os sub e co-produtos da cadeia de produção do biodiesel, com destaque para a glicerina, a torta e a borra oriunda do processamento das oleaginosas: mamona, dendê, soja e pinhão-mansão (ALMEIDA NETO, 2005).

A Bahia tem concentrado mais investimentos pelo fato de ser o maior estado produtor de mamona e pela oferta disponível de soja, algodão e palma. Outro fator que favorece o estado é a possibilidade de escoar parte da produção para o Sudeste, devido à proximidade (DUTRA, 2003). Entretanto, apenas 1% do biodiesel produzido até 2007 na Bahia foi feito a partir da mamona, desde então, mais nenhum litro foi feito comercialmente a partir da mamona (ANP, 2009).

Particularmente para a Bahia, a produção de biodiesel é fundamental para modificar a matriz energética, na qual a Oferta Interna de Energia - OIE é preponderantemente de energias não renováveis, representando 72,2%, enquanto a parcela relativa à energia renovável teve redução de 45,4% para 27,8% entre 1980 e 2004 (BAHIA, 2006).

A participação da Bahia na produção de energia primária do país apresentou tendência decrescente no período 1980-2004, passando de 14,7% para 5,9%, embora em termos absolutos houvesse incremento na produção de energia primária (BAHIA, 2006).

Apesar da Bahia ser a maior produtora de mamona, a produção tem sofrido um grande declínio. A safra de mamona no país em 1986 foi de 393 mil toneladas, enquanto que em 2006 foi reduzida a 80 mil toneladas. Além de sementes e insumos é necessário oferecer assistência técnica de qualidade para aumentar a produtividade desses cultivares (ANDRADE, 2008).

Como estratégia de desenvolvimento de programas, aliado a concepção de governança do governo, o governo do estado busca fomentar o BahiaBio, programa que está inserido num novo sistema de produção agrícola, a agroenergia, responsável pela produção de matérias-primas energéticas renováveis que deverão gradativamente substituir a energia oriunda do petróleo e do carvão. Em oito anos, a expectativa é que o Estado possa atingir a marca de 7,8 milhões de metros cúbicos de etanol e 773 mil metros cúbicos de biodiesel, além de gerar energia e créditos internacionais de carbono (BAHIA, 2008).

Diante destas questões, o Governo da Bahia, em consonância com o Governo Federal, busca organizar a cadeia produtiva do biodiesel, vencer os gargalos tecnológicos, fortalecer a agricultura familiar e consolidar o estado na produção de biocombustíveis, aumentando a diversificação da sua matriz energética (AGÊNCIA BRASIL, 2009).

Além do BahiaBio, existem mais dois programas voltados para a produção de biodiesel na Bahia, que é o Biosustentável, que tem como meta inserir os agricultores familiares na base de produção e de beneficiamento das culturas fornecedoras de óleos para fins de biodiesel.

Os programas anteriormente citados, são incentivados e geridos pelo governo, e em alguns casos em parceria com empresas privadas, como por exemplo o Biosustentável, que em 2007 teve apoio de vários órgãos como o Banco do Brasil e Petrobrás, além da parceria com o Programa Semeando, que distribuiu toneladas de sementes de mamona.

Estas iniciativas têm o apoio e incentivo fiscal do governo, no qual a redução nos impostos faz com que a produção seja mais lucrativa.

No estado, as iniciativas desenvolvidas para estimular ações e pesquisas na área de energias alternativas, principalmente voltadas para o biodiesel, partiram da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. Como exemplo desta atuação, destaca-se o apoio dado pela FAPESB ao Instituto de Energia e Ambiente – ENAM, que a partir da participação de projeto aprovado em edital público, recebeu recursos para criar e executar uma rede virtual de conhecimento em 2004, que tem como objetivo integrar e disseminar informação entre pesquisadores da área.

Para aqueles que pretendiam instalar usinas processadoras no estado, o governo deu a isenção de 5% para as usinas se instalarem nas regiões do semi-árido e oeste e de 7,5% para as demais regiões do estado (AGENCIA BRASIL, 2007).

Existem quatro empresas com intenção de investir na instalação de plantas de biodiesel no estado, o que o leva a Bahia a ser um dos estados mais adiantados na criação do parque fabril para atender ao segmento (AGENCIA BRASIL, 2007).

A primeira empresa a anunciar investimento foi à francesa Dagrís, que previa um investimento de R\$ 160 milhões para produzir, inicialmente, 13 milhões de litros de combustível, a partir do caroço de algodão plantado na região oeste do estado. A planta ficaria no município de Luís Eduardo Magalhães (AGENCIA BRASIL, 2007). Entretanto, o projeto não foi concluído, pois a empresa desistiu do investimento.

A Petrobras é uma das grandes investidoras, pois inaugurou em julho de 2008 a usina produtora de biodiesel em Candeias, com capacidade de produção de 54 milhões de litros por ano e um investimento de R\$ 74 milhões. O município de Candeias foi escolhido pela proximidade com as bases das distribuidoras de combustível e mercado consumidor e a localização privilegiada em relação aos

meios de transporte rodoviário, ferroviário e marítimo (NAE, 2008). Entretanto, a ampliação da capacidade de produção da empresa (e não da fábrica) foi autorizada somente agora e nas três unidades: Candeias (BA), Quixadá (CE) e Montes Claros (MG), a partir de um projeto de otimização da planta.

O projeto de aumento de capacidade envolveu a parceria com o Centro de Pesquisa da Companhia (CENPES) que avaliou a capacidade dos equipamentos instalados e revisou os processos industriais. Com o projeto, as usinas tiveram sua capacidade de produção anual aumentada em 90%. As unidades passaram dos atuais 57 milhões para 108 milhões de litros. E com este acréscimo, a capacidade instalada da Petrobras Biocombustível atinge 324 milhões de litros de biodiesel por ano (PETROBRAS, 2009).

Além dos planos para o setor industrial, a Petrobras pretende contribuir para o fortalecimento dos agricultores e suas cooperativas, estimulando o aumento da produção e da produtividade de mamona, algodão, dendê e, futuramente, outras oleaginosas como o girassol, o amendoim e o pinhão manso.

A empresa já articulou com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e a Secretaria de Agricultura - SEAGRI para o desenvolvimento da cadeia produtiva de oleaginosas nas proximidades das usinas. Esta ação, a priori, parece bastante interessante do ponto de vista do fomento ao desenvolvimento da matéria-prima, contudo, é importante ressaltar que a empresa está exercendo um papel que deveria ser do Estado, pois a Petrobrás é uma empresa de energia e não uma fundação de apoio ao agricultor familiar.

O Banco do Brasil - BB e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB estão participando deste processo para garantir o financiamento. Já a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e outros órgãos de desenvolvimento, como a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC da Bahia, estão buscando contribuições para a tecnologia agrícola (NAE, 2008).

A Brasil Ecodiesel já investiu R\$ 15 milhões na usina e ainda indica que serão empregados mais R\$ 8 milhões na instalação da unidade esmagadora de sementes para produção de biodiesel na Bahia (BRASIL ECODIESEL, 2009).

Para o desenvolvimento do projeto, metade da matéria-prima será adquirida de aproximadamente 30 mil agricultores familiares, para os quais a Ecodiesel

destinará cerca de R\$ 25 milhões. Segundo a empresa, este é o forte do projeto e também a parte mais complexa. Para isso, a mesma está capacitando um corpo técnico já instalado no estado, formado por 25 profissionais, que atuará nos municípios de Morro do Chapéu, Senhor do Bonfim e Euclides da Cunha, sem contar que a empresa também irá instalar escritórios em Bom Jesus da Lapa e Vitória da Conquista e, provavelmente, também em Ibititá (BRASIL ECODIESEL, 2009).

Por fim, a empresa Orbitrade, entraria com um investimento de R\$ 40,5 milhões na instalação de uma usina de biodiesel em Feira de Santana, com capacidade prevista para a produção de 90 milhões de litros por ano. Porém, diante da atual conjuntura econômica, a empresa desistiu do investimento. Assim, a empresa também deixou de montar uma unidade de extração de óleo de mamona e uma planta piloto de produção de biodiesel que seria localizada no município de Ourolândia (BAHIA, 2008).

Para Florêncio (2008), até o presente momento, as ações de fomento para a cadeia de biodiesel têm sido feitas apenas para o setor industrial, tanto ao nível da Legislação Federal, que avança um pouco na questão de assistência técnica, como ao nível do Estado. Entretanto, para os agricultores indica-se que os mesmos devem solicitar um crédito bancário para o financiamento da produção.

A partir desta reflexão, percebemos a carência no fomento das ações que fortaleçam a estrutura da cadeia primária de produção do Biodiesel.

No caso do Governo do Estado da Bahia estão sendo realizadas algumas ações, como a distribuição de sementes para o produtor, porém isto só não é suficiente, dado o volume de questões nessa área e a complexidade dos arranjos produtivos territoriais, haja vista a oferta de matéria-prima insatisfatória para a demanda das plantas industriais hoje instaladas na Bahia e as perspectivas de novas plantas.

O Governo teve a iniciativa de aprovar a lei de fomento a produção de biodiesel no Estado, a partir da agricultura familiar. Esta ação visa impactar diretamente a ampliação da produção de oleaginosas e de alimentos. No entanto, existe a questão relacionada de quando a lei, com recursos definidos pela SEFAZ, irá ser posta em prática. A cada adiamento no início das ações, menos safra é

colhida, menos riqueza é produzida, menos áreas de alimentos são trabalhadas em consórcio (FLORÊNCIO, 2008).

Há um risco econômico, ambiental e social em curso que não se pode desconhecer, principalmente a respeito dos investimentos industriais instalados na Bahia e no Brasil que ao contrário de serem perdidos, devem ser potencializados, pois a indústria necessitará de mais matéria-prima, porém já sente a dificuldade da oferta, devido ao atual ajuste institucional, que as obriga a comprar 50% de origem da agricultura familiar. Assim, certamente será necessário pressionar o Governo Federal para mudar a legislação e deste modo às ações no nível estadual irão se adequar.

A mudança de legislação será uma consequência, se o ajuste voltado para o incentivo da produção ao nível da agricultura familiar não for dado. Os efeitos disso serão:

- Produção baseada nas grandes propriedades, com novos ciclos de migração campo - cidade e suas consequências em um ambiente urbano já sem vagas de qualquer natureza;
- Impactos ambientais substantivos, provocados pelo modelo de exploração que exige a supressão de vegetação em grandes áreas contíguas, colocando-se uma só variedade de espécie vegetal;
- Novo ciclo de concentração de terras e riqueza no ambiente rural.

Com a Lei de Agroenergia Familiar, a Bahia passou a exercer um papel chave no país, sendo uma possível referência para desbancar as perspectivas reais, a partir da instalação de um ciclo efetivo de desenvolvimento em bases sustentáveis, com a agricultura familiar e a inclusão de milhões de famílias no processo produtivo (FLORÊNCIO, 2008).

4.2.5 Incentivos para a Produção de Biocombustíveis no Estado da Bahia

De modo geral no Brasil, os impostos estaduais ainda não estão definidos como serão aplicados. A tendência é que o biodiesel seja isentado de ICMS ou que a cobrança desse imposto seja cobrada com redução em seu valor, como feito para o álcool no estado de São Paulo. Para os estados com maior probabilidade de

conseguir um incentivo fiscal, como os do norte e nordeste, um outro cálculo pode ser feito para determinar a viabilidade do biodiesel frente ao diesel de petróleo (PETROBIO, 2005).

No caso da Bahia, visando à auto-suficiência da produção dos biocombustíveis, os incentivos fiscais foram implantados com a função de atrair novos investimentos para o Estado. Os mesmos são concedidos conforme as condições abaixo.

- Redução do ICMS:
 - Usinas instaladas no oeste e semi-árido: redução para 5%;
 - Usinas instaladas nas demais regiões: redução para 7,5%;
- Diferimento nas vendas mais crédito presumido de ICMS:
 - Concessão de tratamento tributário diferenciado para empresas que vierem a se localizar no semi-árido;
 - Redução de carga tributária;
 - Usinas instaladas no oeste e semi-árido: crédito de 18%;
 - Usinas instaladas nas demais regiões: crédito de 12%;

As condições para os benefícios são:

- Destinação de no mínimo 75% da produção para o mercado interno;
- Emissão de nota fiscal eletrônica;
- Instalação de medidores de vazão;

A partir de 01/07/2009, as usinas já instaladas também já adquiriram o direito aos benefícios, desde que atendam às condições estipuladas pelo Governo (SEAGRI/EBDA, 2009).

O governo do estado promoveu o diferimento do ICMS incidente sobre as aquisições do exterior de máquinas e equipamentos necessários à produção e destinados a integrar o ativo fixo da empresa, devendo ser pago quando da desincorporação do bem.

O diferimento prevalecerá mesmo que tais importações sejam desembaraçadas fora do Estado da Bahia, desde que esses bens, na sua totalidade, sejam destinados à unidade industrial da empresa localizada no estado da Bahia.

Haverá diferimento do ICMS nas operações internas relativas às aquisições de bens destinados ao ativo fixo produzidos neste Estado. Também haverá diferimento do ICMS nas aquisições de bens destinados ao ativo fixo em outra unidade da federação, relativamente ao diferencial de alíquotas (SEAGRI/EBDA, 2007).

4.2.6 Restrições para o Desenvolvimento dos Biocombustíveis na Bahia

A agricultura familiar, que está aliada na produção de biodiesel por incentivo de uma política governamental, tornou-se um entrave na equação dos custos do produto, pois, fazendo um comparativo entre matéria-prima do agronegócio e matéria-prima da agricultura familiar (mesmo com os benefícios disponibilizados pelo governo), a matéria-prima originada do agronegócio torna-se mais vantajosa.

A política de inclusão social do governo federal promove a atuação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel, porém a mesma não é obrigatória, pois o Marco Regulatório não as obriga a atuar com a agricultura familiar, apenas restringe a participação das empresas não possuem este vínculo, nos leilões, além de não obter o desconto do PIS/COFINS.

Outro entrave existente é o mau aparelhamento dos órgãos de gestão da atividade agrícola e extensão rural, que por atuar com verbas limitadas, não conseguem cumprir sua função de incentivar as novas culturas para a produção de matéria-prima.

A necessidade de zoneamento agrícola de algumas oleaginosas se tornou um empecilho para a obtenção do crédito disponibilizado pelos programas governamentais. A questão do crédito foi ressaltado pelos agricultores como outro obstáculo, a dificuldade de acesso às linhas de financiamento, ocasionada pela insuficiência, inadequação e excesso de burocracia na implementação das políticas de crédito para o setor.

A produção de biodiesel na Bahia é baseada no processo de metanólise, pois nesta rota existe a utilização de metanol, que no caso da Bahia é advindo do pólo petroquímico de Camaçari.

Apesar das facilidades de logística, o metanol é uma “*commodity*” tendo seu preço regido pelo mercado internacional, que aliado ao aumento de consumo de gás natural e a pouca disponibilidade local, não fossem os problemas técnicos do uso do etanol, torna essa rota pouco competitiva em relação aos produtores que utilizam a etanolise, rota que utiliza o etanol.

Mesmo com o amplo potencial para o desenvolvimento da tecnologia de cultivo, a Bahia ainda carece de investimentos na área de pesquisa, principalmente no que diz respeito aplicação da tecnologia na prática, o que dificulta o aumento da produtividade, a aplicação da biomassa restante da extração do óleo e a agregação de valor à cadeia de produção.

Diante destes temas observam-se algumas restrições do Estado para que a Bahia se torne uma potência energética, tais como apresentados no Quadro 27: restrições da Bahia para se tornar uma potencia energética.

QUADRO 27: RESTRIÇÕES DA BAHIA PARA SE TORNAR UMA POTENCIA ENERGÉTICA

01.	Falta de estrutura e inadequação dos sistemas de produção vigentes, devido à reduzida oferta de sementes de cultivares melhorada geneticamente
02	Utilização de sementes impróprias para o plantio (de baixo rendimento médio, baixa qualidade e de alta susceptibilidade às doenças e pragas)
03.	Utilização de práticas culturais inadequadas (como espaçamento, época de plantio e consorciação)
04.	Desorganização do mercado interno para o produtor e para o consumidor final
05.	Baixos preços pagos ao produtor agrícola
06.	Reduzida oferta de crédito e de assistência técnica ao produtor agrícola
07.	Utilização da mesma área para sucessivos plantios

Fonte: ANDRADE, 2008.

De acordo com o site do governo do estado (Transparência Bahia) responsável por divulgar o resultado dos gastos e investimentos realizados pelo

próprio Estado, os programas relacionados com a agricultura familiar possuem a seguinte realidade, conforme Tabela 04. Na qual é constatado que um grande entrave para o desenvolvimento da cadeia do biodiesel é a efetiva aplicação dos recursos pré-estabelecidos, pois não há aplicação efetiva dos recursos orçados pelos programas. Tendo como resultado operacional a efetivação de menos de 10% dos recursos.

TABELA 04: POSIÇÃO DOS GASTOS COM OS PROGRAMAS DE GOVERNO

Programa 2009 (até setembro)	Orçado	Liquidado	% Realizado
QUALIFICAR: Assistência para a Agricultura Familiar	47.516.000	3.798.000	7,99
BIOSSUSTENTÁVEL: Produção e Uso de Biocombustíveis da Bahia	12.392.000	141.000	1,14

Fonte: SEFAZ, 2009.

4.2.7 Principais Gargalos do Programa de Biodiesel na Bahia

Apesar do potencial verificado, existem fatores restritivos à implantação e consolidação de uma economia do biodiesel no Estado. Na análise realizada foram considerados os principais gargalos de ordem tecnológica, de infra-estrutura e de agroeconomia, respectivamente apresentados conforme os Quadros 28, 29 e 30.

QUADRO 28: GARGALOS TECNOLÓGICOS

01.	Necessidade de desenvolver novos processos de produção
02.	Necessidade de maiores recursos para pesquisas
03.	Existem poucas pesquisas de melhoramento genético das oleaginosas, visando especificamente aumentar a produtividade e o rendimento do óleo para biodiesel
04.	Com o aumento de produção do biodiesel, serão necessários maiores estudos e pesquisas para encontrar novos usos para a glicerina (um subproduto, 10% do peso)
05.	O custo de produção do biodiesel ainda é maior do que o diesel
06.	Desenvolvimento de tecnologias para detoxificação da torta da mamona para uso como ração animal
07.	Desenvolvimento de tecnologias de aproveitamento da haste do mamoneiro para produção de celulose

Fonte: CARNEIRO, 2003.

QUADRO 29: GARGALOS DE INFRA-ESTRUTURA

01.	Torna-se necessário promover maiores estudos de logística para melhorar o timing entre o plantio / produção de biodiesel / consumidor
02	Precária infra-estrutura viária dificultando a articulação entre os elos da cadeia
03.	Definir uma sistemática de coleta dos óleos e gorduras residuais nas grandes cidades para produção de biodiesel
04.	Falta uma ação governamental específica para atração desse tipo de empreendimento

Fonte: CARNEIRO, 2003.

QUADRO 30: GARGALOS AGROECONÔMICOS

01.	Necessidade de liberar o Zoneamento Agroecológico (Projeto EMBRAPA-Algodão) da mamona. Este zoneamento (que afeta as linhas de crédito) já foi feito, mas encontra-se parado no Ministério da Agricultura, necessitando de algumas ações junto ao governo federal por parte do governo baiano
02	Faltam contratos de garantia de compra ao produtor (garantias de preços mínimos)
03.	Carência de linhas de financiamento para ampliar os plantios das oleaginosas; Torna-se necessário desenvolver maiores pesquisas para seleção de variedades e sistemas de cultivo de baixo impacto ambiental
04.	A área plantada com oleaginosas no estado é insuficiente para atender a demanda adicional gerada pelo biodiesel. Um exemplo disso é que os 104 mil hectares, hoje plantados com mamona, são suficientes apenas para abastecer as indústrias atualmente instaladas na Bahia. Os volumes requeridos pelo mercado energético são da ordem de dezenas de bilhões de toneladas anuais (para uma escala nacional e industrial de porte)
05.	Competição por outros usos da matéria-prima (fator preço)
06.	Dificuldade de acesso ao crédito por conta de pequenos produtores rurais

Fonte: CARNEIRO, 2003.

4.2.8 Desafios para Atuação das Políticas Públicas na Bahia

Além das áreas de proteção ambiental, o estado da Bahia ainda possui unidades de conservação, como parques estaduais, monumentos naturais, estações ecológicas e as chamadas áreas de relevante interesse ecológico - ARIEs. Contudo, com a enorme disponibilidade de terras em todo território do estado, estas áreas não se constituem em empecilhos para o desenvolvimento das culturas que geram as matérias-primas para o biodiesel.

Mesmo com uma grande diversidade de áreas impedidas de atuar na agricultura, a Bahia possui condições de ser uma potência nacional na produção de biocombustíveis e de participar do mercado energético por causa da geografia e da produção agrícola composta por várias oleaginosas, por exemplo, dendê, soja, mamona, pinhão manso, algodão (2º maior produtor) e girassol (potencial para maior produtor) (WWF, 2009).

O estado da Bahia ainda possui 1200 km de costa litorânea, portos com ligações internacionais que favorecem a exportação e aquisição de insumos importados, porém residem nesse contexto problemas estruturais, burocráticos e tributários. A rede ferroviária e a malha rodoviária precisa de investimentos em recuperação e expansão o que certamente facilitaria e estimularia a circulação de produtos agrícolas e os insumos necessários à produção. Contudo, o oeste baiano e a região metropolitana da Salvador são as áreas de destaque do estado na cadeia de produção de oleaginosas e biodiesel (SEAGRI, 2005).

Além desses, a região semi-árida se destaca no cultivo de mamona e o sul/sudeste do estado produzindo dendê possuem condições suficientes para ser a força motriz de desenvolvimento de um programa de produção de biodiesel em bases sólidas (QUEIROZ JUNIOR, 2007).

A Bahia, por apresentar regiões com perfil adequado para alguns grupos de matérias primas, como por exemplo, o semi-árido, propicia ao cultivo da mamona, o sul com dendê e o oeste com soja, permite que a implantação de centros de pesquisas nessas localidades possa oferecer um acompanhamento de todas as etapas de produção com seu aparato tecnológico (QUEIROZ JUNIOR, 2007).

Para exemplificar, segue abaixo Tabela 05 com a potencialidade das matérias-primas brasileiras para a produção de biodiesel.

TABELA 05: POTENCIALIDADE DAS MATÉRIAS-PRIMAS BRASILEIRAS

MATÉRIA-PRIMA	TEOR DE ÓLEO (%M)	PRODUTIVIDADE (Kg/ha.ANO)	PRODUÇÃO DE ÓLEO (Kg/ha.ANO)
Gorduras Animais	95	-	-
Mamona	45 a 55	680	340
Girassol	45 a 55	1.425	713
Amendoim	40 a 50	2.353	1.060
Gergelim	48 a 55	600	306
Canola	39 a 45	1.100	462
Dendê	20 a 22	15.000	3.000
Soja	18 a 21	2.400	468
Algodão	11 a 12	1.950	215
Babaçu	6 a 7	25.000	1.625
Milho	4 a 5	3.300	149

Fonte: CONAB et al, 2004.

Sobre a implantação de biodiesel na Bahia, há condições favoráveis para se implantar um modelo de produção robusto e de grande relevância nacional, sendo um estado com perfil industrial, infra-estrutura para escoamento da produção e diversidade de oleaginosas, com plena possibilidade de expansão da sua fronteira agrícola (QUEIROZ JUNIOR, 2007).

O estado possui também áreas regionais localizadas em um mesmo território, apresentando especialização produtiva e mantendo algum veículo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si, e com outros fatores como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

O número de empreendimentos do gênero tende a aumentar em função do crescente interesse de investidores estrangeiros em ter unidades de biodiesel no estado (NAE, 2008). Mas, de acordo com Carneiro (2009), segundo as evoluções do mercado, há uma forte tendência da migração de investimentos industriais para estados como Goiás, Mato Grosso e São Paulo.

Para promover a governança dos programas e projetos de biodiesel e atingir as metas estabelecidas no PNPB, torna-se necessária a realização de análises

econômicas como forma de identificar as potencialidades do biodiesel produzido, especificamente na Bahia. Esta ação poderá auxiliar na definição de estratégias mais adequadas na tomada de decisão por parte de empresários e investidores do setor, assim como uma maior isenção de impostos poderá ser avaliada por parte do governo.

A Bahia possui uma diversidade edafo-climática adequada para o plantio da mamona e dendê, girassol e amendoim, sendo necessária estimular a agricultura familiar para o plantio das oleaginosas em sistema de consórcio. Constata-se, também, a necessidade de gerar e transferir tecnologias de sistemas de produção das culturas oleaginosas tanto para o fornecimento de óleos para indústria de biodiesel quanto para indústria da culinária, cosméticos, alimentícios, dentre outros (ANDRADE, 2008).

A inovação tecnológica também é um dos principais obstáculos para o pleno desenvolvimento do setor de biocombustíveis no Brasil, e na Bahia não seria diferente. Tem-se muito ainda a fazer do ponto de vista tecnológico para tornar a produção de biodiesel competitiva.

Dotada de amplos recursos naturais para a produção de biocombustíveis, a Bahia ocupa posição privilegiada em relação ao Biodiesel. Ciente dessa oportunidade e da possibilidade de desenvolvimento regional com inclusão social, o governo da Bahia considera a questão dos biocombustíveis como uma estratégia política, econômica, social e ambiental, portanto, um eixo de atuação de políticas públicas (SEI, 2009).

4.2.9 Políticas para o Desenvolvimento dos Biocombustíveis na Bahia

O Estado da Bahia possui 6,8 mil hectares disponíveis para a expansão agrícola voltada para a produção de biodiesel. A área representa quase 10% das áreas disponíveis no Brasil. Neste contexto, a Bahia também se destaca pelo volume de investimentos em infra-estrutura logística anunciados pelo governo federal, cerca de R\$ 12,5 bilhões até 2010, o terceiro maior do País. Além disso, o estado se destaca por que ainda é considerada uma região de fronteira agrícola, e para isto há investimentos importantes neste sentido, como a construção da ferrovia de integração Oeste-Leste, além do anúncio de diversas obras de construção de

rodovias, a exemplo da via expressa de acesso da BR-324 ao Porto de Salvador (WWF, 2009). Fato que possibilitaria o aumento e a qualificação do escoamento da produção.

Nesse sentido, por ser um dos estados com maior diversidade, a Bahia possui desde a aptidão para o cultivo de oleaginosas (utilizadas como matéria-prima para a produção de biodiesel), à diversidade climática, facilitando um grande número de cultivos a serem implementados nas diversas regiões que compõem o estado, e farta mão-de-obra agrícola.

A agricultura familiar representa parte expressiva das propriedades rurais do estado, constituída na sua maioria de minifúndios pouco produtivos, mas aptos para o plantio das oleaginosas, como mamona ou até mesmo a palma, ambas já bastante cultivadas, porém ainda sem escala para a produção industrial.

Para o dendê e a mamona, os números de empregos diretos, e somente na produção agrícola (sem envolver toda a cadeia produtiva), são os seguintes: um exemplo para dendê, com 33 mil hectares plantados e 25 mil em produção, utiliza 3 mil empregos diretos. Na agricultura familiar “assistida”, o dendê conta com uma família para 10 hectares. Já os assentamentos previstos para mamona consideram um trabalhador para cada 10-15 há, também apenas para a produção agrícola (BIODIESELBR, 2009).

No semi-árido, por exemplo, a renda anual líquida de uma família a partir do cultivo de cinco hectares com mamona e uma produção média entre 700 e 1,2 mil quilos por hectare, pode variar entre R\$ 2,5 mil e R\$ 3,5 mil. Além disso, a área pode ser consorciada com outras culturas, como o feijão e o milho (BIODIESELBR, 2009).

A despeito das condições para a implantação de uma indústria de biodiesel no estado, as dificuldades de planejamento, logística, qualificação de mão-de-obra e política governamental definida faz com que o desenvolvimento da cadeia produtiva de biodiesel seja tímida, face outros estados da federação como é o caso de Mato Grosso (BIODIESELBR, 2009).

Algumas ações devem ser realizadas com mais ênfase para garantir que os agricultores familiares consigam superar esses entraves, e com isso produza mais a

matéria-prima para a produção do biodiesel, além de contribuir mais para a efetivação de projetos, tais como as ações apresentadas no Quadro 31.

QUADRO 31: AÇÕES DE GOVERNO PARA FOMENTAR AGRICULTURA FAMILIAR

01.	Facilitar acesso aos créditos do PRONAF
02.	Garantir o fornecimento de sementes de qualidade
03.	Qualificar os agricultores familiares na produção de sementes de qualidade
04.	Garantir assistência técnica

Fonte: ANDRADE, 2008.

A partir da constatação desses entraves o governo do estado da Bahia deve buscar estabelecer mais articulações junto a instituições governamentais, empresariais e sociedade, para superar esses desafios e consolidar a cadeia produtiva do biodiesel, fortalecendo sistemas integrados de produção de energia alternativas renováveis e alimentos em um contexto sustentável e incluyente, priorizando políticas com foco no desenvolvimento tecnológico e na agricultura familiar (ANDRADE, 2008).

Contudo, para que as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do biodiesel no estado da Bahia possam configurar-se como, de fato, programas de energias renováveis pautados na inclusão social e na regionalização do desenvolvimento, é necessário contemplar pontos destacados no Quadro 32.

QUADRO 32: POLITICAS PÚBLICAS NECESSÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO BODIESEL NA BAHIA

a.	Trabalhar o conceito-ação do biodiesel de modo a possibilitar a inserção gradativa de várias tecnologias de geração de energia a partir da biomassa (Transesterificação etanólica, metanólica, craqueamento, dentre outras)
b.	Ser precedido de uma estratégia de descentralização da produção, da industrialização e da distribuição
c.	Garantir o acesso da agricultura familiar ao mercado do biodiesel
d.	É importante propiciar mecanismos de compra direta à indústria e também relações de permuta, bem como possibilitar a regionalização da produção e do consumo, independente da política das distribuidoras
e.	Possibilitar a utilização de quaisquer rotas tecnológicas que conduzam a produtos

	dentro de padrões de qualidade aceitáveis (inclusive, considerar os padrões a serem estabelecidos para o combustível vegetal obtido por craqueamento)
f.	Trabalhar os padrões de identidade e qualidade de maneira a não excluir quaisquer matérias-primas
g.	Priorização do conjunto de políticas públicas (financiamento, assistência técnica e extensão rural – ATER, de uso da terra e de apoio à comercialização) voltadas à produção de biodiesel a partir da agricultura familiar e dos assentados da Reforma Agrária
h.	Desenvolver mercado institucional (abastecimento de órgãos públicos e transporte coletivo) priorizado à Agricultura Familiar

Fonte: BIODIESELBR, 2009.

Deste modo, este arcabouço de ações ajuda a promoção de políticas públicas que fomentam a utilização de energias renováveis, de modo a contribuir para a preservação ambiental, com pressupostos no desenvolvimento sustentável aliado ao fortalecimento da agricultura familiar.

Entretanto, para que se possam atingir resultados mais concretos, ainda há grandes desafios científicos, tecnológicos e políticos a serem enfrentados. Novas tecnologias em energias renováveis devem ser integradas às circunstâncias econômicas, políticas e culturais em cada território, sendo necessário construir um modelo sistêmico e integrado de gestão da produção de energia.

O sucesso na difusão dessas tecnologias requer o envolvimento e qualificação das comunidades locais, alicerçados por diversas ações estruturantes, principalmente para o agricultor familiar.

4.2.10 Recomendações para Desenvolvimento do Biodiesel no Estado

Para que sejam alcançadas as metas dos programas de desenvolvimento do biodiesel, torna-se premente que as atividades inerentes aos órgãos do Governo do Estado sejam realizadas com presteza de forma articulada e integrada.

Neste contexto, considera-se vital a máxima prioridade para a realização das ações listadas no Quadro 33, para o que os projetos executivos possam ser concretizados.

QUADRO 33: AÇÕES NECESSÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO BIODIESEL NA BAHIA

a.	Concessão dos incentivos estabelecidos nos Termos de Parceria firmados entre o Estado e o empreendedor
b.	Concessão das licenças ambientais necessárias à implementação dos diversos projetos executivos
c.	Concessão das outorgas de utilização de água nos processos agrícolas e industriais
d.	Implantação da infra-estrutura necessária ao pleno funcionamento dos projetos
e.	Implantação da infra-estrutura necessária à logística de escoamento da produção
f.	Capacitação de pessoal para manuseio de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais
g.	Adequação das estruturas urbanas para atender ao processo de crescimento demográfico decorrente da nova atividade
h.	Implementação de sistema de acompanhamento de emissão de gases poluentes no âmbito estadual visando à habilitação, junto aos gestores do Tratado de Kyoto, para efeito de obtenção de créditos internacionais de carbono

Fonte: SEAGRI; EBDA, 2007.

4.3 Avaliação do Posicionamento do Estado da Bahia

Com a finalidade de estratificar a avaliação do posicionamento do Governo da Bahia diante do fomento ao biodiesel no estado, este trabalho observou as ações implementadas (capitaneadas e ou geradas) pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, bem como das instituições que se subordinam ou estão diretamente ligados a este órgão.

O Governo tem o papel de fortalecer a base científica e tecnológica para produzir respostas efetivas às demandas do estado em diferentes temas, sejam eles econômicos, sociais, ambientais, institucionais, entre outros. Para isso, atua promovendo a articulação empresarial, a integração das instituições e entre os diversos segmentos (BAHIA, 2008).

A deterioração da relação *sociedade x natureza* é um problema com o qual todos devem se preocupar. Desde que, somente a partir da compreensão desta relação é que a sociedade e os governos poderão atuar de modo a buscar a minimização dos efeitos contrários à natureza e à potencialização das benesses para a sociedade. Assim, a implementação de programas voltados para o

desenvolvimento de um biocombustível mais limpo, a partir da atuação de agricultores familiares faz-se importante a sua diante desta relação.

Dentro desse conceito, o Governo do Estado da Bahia indica que tem buscado compreender o funcionamento dos Territórios de Identidade, com o objetivo de fundamentar as prioridades dos investimentos e, conseqüentemente, estabelecer um balanço geral para o desenvolvimento das diferentes regiões do estado, de modo a respeitar as suas vocações.

As características de cada região do estado são representadas pela *natureza*. Já a cultura do povo que nela vive, além de suas expectativas, destaca-se como *sociedade*. E deste modo, é percebido que o Governo pretende espacializar e democratizar o desenvolvimento nos diferentes Territórios de Identidade do estado.

Para possibilitar a apresentação das principais realizações do Governo do Estado na área da relação *sociedade x natureza*, esta avaliação foi concentrada na análise das ações desenvolvidas para fomentar o biodiesel na Bahia.

4.3.3 Atividades Desenvolvidas para o Fomento do Biodiesel na Bahia

As atividades desenvolvidas no âmbito do fomento ao biodiesel são apresentadas no Quadro 34:

QUADRO 34: SÍNTESE DAS AÇÕES DE FOMENTO AO BIODIESEL

1.	Apoio a Implantação de Sistemas Integrados de Produção de Energia e Alimentos
2.	Realização de Estudos do Potencial de Recursos Integrados de Produção de Energia e Alimentos
3.	Implantação de Sistemas de Energias Renováveis
4.	Implementação de Modelos e Sistemas de Eficiência Energética para os Agro-ecossistemas de Produção de Bioenergia
5.	Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas e Limpas de Energia
6.	Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Biodiesel
7.	Fortalecimento da Base Laboratorial e Tecnológica para Produção de Biocombustíveis
8.	Geração de Tecnologia para o Desenvolvimento de Sistemas de Produção de Oleaginosas
9.	Apoio a Constituição e Fortalecimento de Cooperativas de Agricultores Produtores de Oleaginosas

10.	Desenvolvimento da Rede Baiana de Biocombustíveis
11.	Fortalecimento da Base Científica para Produção de Oleaginosas e Biocombustíveis
12.	Apoio à implantação de unidades do CEFET no interior da Bahia

Fonte: ANDRADE, 2009.

A seguir são demonstradas as ações no âmbito do fortalecimento das tecnologias inerentes aos programas de energia renovável, principalmente o biodiesel, e o fortalecimento do cooperativismo entre os produtores da Bahia.

No início do Governo atual, em janeiro de 2007, foram realizadas diversas atividades de mobilização e sensibilização que tiveram como objetivo final o trabalho de controle social da política pública de bioenergia no Estado da Bahia.

Com o Lançamento do programa BahiaBio, o Governo assumiu o compromisso e a preocupação com a diversificação da matriz energética do Estado, com a finalidade de torná-lo auto-suficiente em energia a partir de um planejamento que contemplasse a sua inserção nos mercados nacional e internacional.

Este programa baseia-se no fortalecimento de sistemas integrados de produção de energia e alimentos em um contexto sustentável e incluyente, priorizando políticas para consolidação da cadeia produtiva dos biocombustíveis, com foco no desenvolvimento tecnológico e na agricultura familiar.

Esta é uma ação continuada que tem por objetivo intervir nos Territórios de Identidade, levando em consideração as formas específicas de acesso aos recursos naturais, e fundamentando-se na valorização de padrões de uso sustentável e ocupação do solo, com o consórcio da energia e do alimento.

Conforme o Quadro 35, durante o ano de 2007 foram realizadas mais de 40 reuniões de trabalho, com os diversos atores envolvidos nas cadeias produtivas dos biocombustíveis, a saber: comunidades rurais, academia e empresários. Paralelamente, foi construída uma proposta de programa baseada no conjunto dessas discussões, buscando-se sempre o alinhamento com as diretrizes do Governo Federal.

Este arcabouço de propostas gerou ações que foram contempladas no Planejamento Pluri Anual – PPA 2008/2012 do Governo do Estado. E

consequentemente, em 2007, o governo instituiu o Programa Estadual de Produção de Bioenergia.

O Biosustentável é um programa de grande importância para o desenvolvimento do biodiesel no Estado, principalmente pelo seu grande alcance social, no que tange a melhoria da qualidade de vida dos integrantes dos núcleos da agricultura familiar, através do plantio de oleaginosas consorciado com o plantio de cultivares para alimentação. Assim, também é demonstrada a relevância e a contribuição que este programa tem com a qualidade do meio ambiente em que a sociedade esta inserida (BAHIABIO, 2007).

A partir das metas e atividades propostas pelo Governo do Estado, buscou-se que a comunidade participasse das diversas etapas das cadeias produtivas, com o acesso às informações, e análise crítica das ações de bioenergia indicadas. E estas ações são disseminadas pela Rede Baiana de Biocombustíveis – RBB.

QUADRO 35: RELAÇÃO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO GOVERNO

Data	Território	Município	Evento	Promoção	Nº participantes	Publico	Forma de participação	Produto Gerado
28/2/2007	Portal do Sertão	Feira de Santana	Seminário Biodiesel e Agricultura Familiar	Evento promovido pela Comissão de Proteção ao Meio Ambiente da Assembléia Legislativa da Bahia	400	Comunidade local e dos municípios vizinhos; Técnicos e Dirigentes dos organismos governamentais, empresários e universidades	Apresentação sobre Biodiesel: Ciência e Tecnologia para o Sem-árido. Seminário Biodiesel e Agricultura Familiar	Disseminação de conhecimento e informação
13/3/2007	Metropolitano	Salvador	Preparação do 3º Congresso Brasileiro de mamona na Bahia	SEAGRI/SECTI e outras entidades	20	Técnicos e Dirigentes dos organismos governamentais, empresários, movimentos sociais e universidades	Organização e participação	Congresso realizado de 4 a 7 de agosto de 2008
15 e 16/03/2007	Externo	Fortaleza – Ceara	Oficina de Trabalho realizada em Fortaleza/CE sobre Programa de Biodiesel com Inclusão Social no Semi-árido Nordestino – Avanços, Desafios e Estratégias	SEAGRI/SECTI	500	Técnicos e Dirigentes dos organismos governamentais, empresários e universidades	Participantes	Carta de compromisso: Biodiesel com inclusão social no semi-árido nordestino
3/4/2007	Metropolitano	Simões Filho	Reunião no CEFET/Simões Filho com o corpo docente para discutir parcerias para a viabilização da difusão tecnológica na área dos biocombustíveis	SECTI	12	Diretores do CEFET e da SECTI e professores	Organização e participação	Termo de Cooperação assinado em 2009
18 a 20/04/2007	Metropolitano	Salvador	Congresso da Federação dos Trabalhadores (as) na Agricultura Familiar da Bahia	Movimentos Sociais	800	Técnicos e Dirigentes dos organismos governamentais e Trabalhadores (as) na Agricultura Familiar da Bahia	Participação como debatedora na Plenária Temática "Agricultura Familiar e biocombustíveis".	
2/5/2007	Irecê e Chapada Diamantina	Irecê; Lapão; Iraquara	Visita aos territórios de Irecê e Chapada Diamantina, na ESAGRI – Escola Agrícola da Região de Irecê, Unidade de esmagamento de mamona em Lapão e Usina de Biodiesel da Brasil Ecodiesel	Articuladores dos Territórios, Prefeituras e SEAGRI/SECTI	30	Técnicos e Dirigentes dos organismos governamentais e das empresas, empresários e professores da ESAGRI		
3/5/2007	Irecê	Irecê	Conferência Contribuição da CT&I para o desenvolvimento territorial sustentável	SECTI, Articuladores dos Territórios e Prefeitura	250	Comunidade local e dos municípios vizinhos; Técnicos e Dirigentes dos organismos governamentais, empresários		

14/5/2007	Metropolitano	Salvador	Reunião do Instituto de Energia e Ambiente – ENAM	SEAGRI/SECTI	70	Técnicos e Dirigentes dos organismos governamentais e pesquisadores dos grupos de pesquisa do ENAM	Apresentação e discussão com os grupos de pesquisa do ENAM da Proposta do Governo Estadual para Planejamento Estratégico em Energias Renováveis com Ênfase em Biodiesel	
18/5/2007		Sítio do Quinto	I Seminário de Conscientização para o Desenvolvimento Econômico e Sustentável Visando à Oportunidade de Integração Social e Proteção do Meio Ambiente	Prefeitura de Sítio do Quinto/SECTI	150	Comunidade local e dos municípios vizinhos; Técnicos e Dirigentes dos organismos governamentais, empresários	Apresentação e discussão da proposta para o Programa Estadual de produção e Uso de Biodiesel	
24/5/2007	Recôncavo	Cruz das Almas	Oficina de Trabalho voltada para dinamizar o plantio de culturas oleaginosas nos municípios do Território do Recôncavo	SEAGRI/SECTI	200	Comunidade local, Técnicos e Dirigentes dos organismos governamentais e Trabalhadores (as) na Agricultura Familiar da Bahia	Apresentação e discussão da proposta para o Programa Estadual de Produção e Uso do Biodiesel na Bahia	
5/6/2007	Metropolitano	Salvador	Semana do Meio Ambiente da UFBA	UFBA	80	Estudantes, pesquisadores e professores da UFBA	Apresentação e discussão da proposta para o Programa Estadual de Produção e Uso do Biodiesel na Bahia	
30/5/2007	Metropolitano	Salvador	I Encontro da Rede Baiana de Biocombustíveis	SECTI	130	Técnicos e Dirigentes dos organismos governamentais, empresários e universidades	Apresentação e discussão da proposta para o Programa Estadual de Produção e Uso do Biodiesel na Bahia	
8/6/2007	Recôncavo	Esplanada	Oficina de Trabalho voltada para dinamizar o plantio de culturas oleaginosas nos municípios do Território do Recôncavo	SEAGRI/SECTI	50	Comunidade local, Técnicos e Dirigentes dos organismos governamentais e Trabalhadores (as) na Agricultura Familiar da Bahia	Apresentação e discussão da proposta para o Programa Estadual de Produção e Uso do Biodiesel na Bahia	
18/6/2007		São Paulo	1º Seminário de Biodiesel Sustentável		30	Técnicos e Dirigentes de organismos governamentais e empresários	Participou como palestrante com o tema: Qualidade e Sustentabilidade no mercado de biodiesel através do Programa Baiano de Produção e	

							Uso de Biodiesel – BPB	
11 e 12/07/2007	Irecê	Irecê	Reunião com comitiva do Partido Verde Alemão e comunidade local	SECTI/CASA CIVIL/SICM/ SEAGRI	300	Comunidade local, Técnicos e Dirigentes de organismos governamentais, empresários, universidades e Trabalhadores (as) na Agricultura Familiar	Participante	
16/7/2007		Brasília	Reunião com EMBRAPA Agroenergia	SEAGRI/ SECTI	15	Técnicos e Dirigentes de organismos governamentais e técnicos da PETROBRAS	Apresentação e discussão da proposta para o Programa Estadual de Produção e Uso do Biodiesel e sobre o zoneamento de oleaginosas na Bahia	
01 e 02/08/2007	Baixo Sul	Valença	Oficina de Organização da Produção de Oleaginosas para o Programa de Biodiesel – Planta Petrobrás Candeias e Oficina de Nivelamento do Eixo Matriz Tecnológica	SEAGRI SECTI EBDA CAR EMBRAPA SEBRAE SICM	100	Diretoria de Agricultura da EBDA. EBDA – Escritórios do Território, Diretoria do Fundo de Combate a Pobreza. Superintendência do Banco do Nordeste Superintendência do Banco do Brasil. Universidade do Recôncavo. Prefeituras Municipais. Organizações Sociais – Sindicatos, Cooperativas, Organizações Não Governamentais. Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável	Apresentação e discussão da proposta para o Programa Estadual de Produção e Uso do Biodiesel na Bahia	
6/8/2007		Salvador	Reunião como Secretário da SAF/MDA	SEAGRI/SECTI		Movimentos Sociais, SUAF/SEAGRI e CODEVASF	Discussão sobre a viabilidade técnica e econômica da extração de óleo pelos agricultores familiares como estratégia do Programa de biodiesel da Bahia	Finalizado projeto de implantação de uma unidade de extração de óleo vegetal de 120 ton./dia, em 24 horas,

								em Olindina, como efetivação da estratégia estabelecida.
8/8/2007	Metropolitano	Salvador	Oficina de Elaboração de Indicadores para o PPA 2008-2011.	SEPLAN	60	Funcionários da SECTI, SEAGRI	Planejamento e Gestão Estratégica do Governo do Estado da Bahia para elaboração do PPA 2008-2011.	
15/8/2007	Metropolitano	Salvador	Reunião para a formatação final dos Indicadores para o PPA 2008-2011	SEPLAN	12	Funcionários da SECTI, SEAGRI	PPA 2008-2011	
31/8/2007	Vitoria da Conquista	Vitoria da Conquista	I SEMINÁRIO SOBRE BIOCOMBUSTÍVEIS DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA - UESB	UESB	150	Técnicos e Dirigentes dos organismos governamentais, empresários e universidades	Apresentação e discussão da proposta para o Programa Estadual de Produção e Uso do Biodiesel e sobre o zoneamento de oleaginosas na Bahia	
6/9/2007	Recôncavo	Cruz das Almas	Seminário de Pinhão Manso	SEAGRI/ SECTI/ EMBRAPA	30	Técnicos e Dirigentes dos organismos governamentais, PETROBRAS e universidades	Apresentação e discussão da proposta para o Programa Estadual de Produção e Uso do Biodiesel e sobre o zoneamento de oleaginosas na Bahia	
10/9/2007	Metropolitano	Salvador	Agricultura familiar, agroecologia e agrocombustíveis	Escritório de Ligação e Organização – ELO	20	Movimentos sociais	Apresentação e discussão da proposta para o Programa Estadual de Produção e Uso do Biodiesel	
14/9/2007	Recôncavo	Cruz das Almas	Reunião com a EMBRAPA e Governo do Estado	EMBRAPA	20	SECTI, SEAGRI, SEPLAN, Casa Civil, SEDIR, SEDES, SEC e EMBRAPA	Firmar compromisso com Governo do Estado sobre: Zoneamento; melhoramento genético envolvendo oleaginosas e pesquisa em novos produtos energéticos, para biocombustíveis – biodiesel e etanol (pinhão manso, novas oleaginosas, mandioca para etanol, batata-	

							doce; florestas energéticas; transferência de tecnologia para os multiplicadores.	
19/9/2007	Metropolitano	Salvador	1º Seminário de Nivelamento Institucional sobre Biocombustíveis	SEPLAN/ SECTI SEAGRI	60	Técnicos e Dirigentes dos organismos governamentais	Apresentação e discussão da proposta para Plano Estratégico do Biodiesel para o Estado da BA	Publicação técnica
20/9/2007	Metropolitano	Salvador	Seminário "Esmagamento e Produção de óleo – Avançado na Cadeia produtiva de Biodiesel". O evento visou apresentar as principais técnicas de esmagamento das oleaginosas	Universidade Cooperativa da Petrobras	50	Movimentos sociais, SEAGRI, SECTI, Casa Civil, empresas fabricantes de esmagadoras, PETROBRAS	Apresentação da Política de Desenvolvimento para a Cadeia Produtiva de Biodiesel no Estado da Bahia e Uso dos co-produtos	
9/10/2007	Irecê	Irecê	Seminário sobre Biodiesel em Irecê	SEBRAE, SECTI, SEAGRI, PETROBRAS	200	Comunidade local, Técnicos e Dirigentes de organismos governamentais, empresários, universidades e Trabalhadores (as) na Agricultura Familiar	Apresentação da Política de Desenvolvimento para a Cadeia Produtiva de Biodiesel no Estado da Bahia e Uso dos co-produtos	
10 e 11/10/2007	Portal do Sertão	Feira de Santana	Seminário da Rede Baiana de Biocombustíveis	SECTI, UEFS	180	Comunidade local, Técnicos e Dirigentes de organismos governamentais, empresários, universidades e Movimentos sociais	Apresentação e discussão da Política de Desenvolvimento para as Cadeias Produtivas dos Biocombustíveis no Estado da Bahia	
15/10/2007	Metropolitano	Salvador	Solenidade de assinatura do contrato entre Petrobras e Cooperativas de Agricultores Familiares	PETROBRAS, Movimentos Sociais e Governo do Estado	180	Comunidade local, Técnicos e Dirigentes de organismos governamentais, empresários, universidades e Movimentos sociais		Contratos assinados com os Agricultores Familiares
19/10/2007		Amargosa	Oficina de Trabalho voltada para dinamizar o plantio de culturas oleaginosas nos municípios do Território do Recôncavo	SEAGRI/SECTI/ Prefeitura local	30	Comunidade local, Técnicos e Dirigentes dos organismos governamentais e Trabalhadores (as) na Agricultura Familiar	Apresentação e discussão da Política de Desenvolvimento para as Cadeias Produtivas dos	

							Biocombustíveis no Estado da Bahia	
22/10/2007	Metropolitano	Salvador	Oficina Selo Ambiental – Biocombustíveis	SECTI, SEMA, SEACRI, SICM, SEDIR, ICBA	12	SECTI, SEAGRI, Casa Civil, SEDIR, SEMA, Instituto Goethe e Representante do Governo da Alemanha	Discussão sobre a criação de um selo ambiental para os biocombustíveis da Bahia	
25/10/2007		Montes Claros, MG	Seminário Agricultura Familiar e a Cadeia Produtiva de Biodiesel		60	Movimentos Sociais e Petrobras	Apresentação e discussão: Cenário do Programa de Biocombustíveis na Bahia	
5/11/2007	Metropolitano	Salvador	Política de Biodiesel do governo do Estado	Faculdade Área 1	40	Estudantes e Professores da Faculdade Área 1	Apresentação e discussão sobre a Política de Biodiesel do Governo do Estado	
06 e 07/11/2007		São Paulo	Bahia: Abrindo as Velas do Saveiro	Governo da Bahia e FIESP	30	Técnicos e Dirigentes de organismos governamentais, empresários brasileiros e estrangeiros e jornalistas	Apresentação da palestra Agro-Business	
9/11/2007	Portal do Sertão	Feira de Santana	Seminário sobre o Semi-árido	UEFS	80	Estudantes e Professores da UEFS	Apresentação e discussão do Tema: Potencialidades de Energéticas para o Semi-árido	
24/11/2007	Metropolitano	Salvador	Feira de Ciência e Tecnologia da Escola Externato Mater Magistra	Escola Externato Mater Magistra	30	Estudantes, Pais e Professores	Apresentação e discussão do tema: biocombustíveis	
27 a 29/11/2007		Brasília	II Congresso da Rede Brasileira de Biodiesel		250	Técnicos e Dirigentes de organismos governamentais, empresários, universidades e jornalistas	Participante	
4/12/2007	Metropolitano	Salvador	Seminário Estadual de Ater – Universalizar a Ater pública para a Agricultura Familiar	SEAGRI	300	Comunidade local, Técnicos e Dirigentes dos organismos governamentais e Movimentos sociais	Apresentação e discussão do Tema: Biocombustíveis como Alternativa para a Agricultura Familiar	
5/12/2007	Metropolitano	Salvador	Solenidade de assinatura do contrato entre Petrobras e Cooperativas de Agricultores Familiares	PETROBRAS, Movimentos Sociais e Governo do Estado	180	Comunidade local, Técnicos e Dirigentes de organismos governamentais, empresários, universidades e Movimentos sociais		Contratos assinados com AF

09 e 10/12/2007		Banzaê	I Seminário de Auto-sustentabilidade dos povos indígenas e Participação no Programa Nacional do Biodiesel e Visita a Tribo dos Quiriris	PETROBRAS, Movimentos Sociais e Governo do Estado	200	Comunidade local, Técnicos e Dirigentes de organismos governamentais, PETROBRAS e Tribo do Quiriris	Apresentação e discussão sobre a Política de Biodiesel do Governo do Estado	
16 a 20/09/2008	Metropolitano	Salvador	Bioenergy Word Américas	Instituição promotora BEES; SECTI; SEAGRI; SICM; SEMA	100	Comunidade local, Técnicos e Dirigentes de organismos governamentais, empresários e universidades	Representantes do governo, empresas e universidades	
13 a 15/10/2008	Metropolitano	Salvador	Simpósio Internacional: Biocombustíveis e Segurança Alimentar	SECTI, SEMA, SEACRI, SICM, SEDIR, ICBA	100	Comunidade local, Técnicos e Dirigentes de organismos governamentais, empresários e universidades	Apresentação e discussão sobre a Política de Biodiesel do Governo do Estado	
18 e 19/11/2008		Itabuna	II Seminário da Rede Baiana de Biocombustíveis	SECTI, CEPLAC	200	Comunidade local, Técnicos e Dirigentes de organismos governamentais, empresários, universidades e movimentos sociais		

Fonte: ANDRADE, 2009.

Diversas ações foram desenvolvidas ao longo deste período. Entre elas sobressaem-se os estudos realizados para a elaboração da licitação (técnica e preço) para aquisição de unidades de produção de biodiesel.

Foram promovidas muitas articulações com prefeituras municipais do interior do Estado, deputados estaduais e federais, instituições públicas de ensino e pesquisa (federais e estaduais) visando estabelecer a localização de plantas piloto de biodiesel e etanol, assim como biogás, de modo a garantir a gestão e controle da política pública de bioenergia no Estado.

Foram efetuadas visitas a unidades já em produção em outros estados, visando não somente a verificação da qualidade dos equipamentos a serem adquiridos, como também, perceber o impacto ambiental, econômico e social no meio rural e nos territórios de Identidade em que as áreas de influência das unidades de produção possam atuar.

No Estado, as unidades de produção já estão em fase final de aquisição e ou implantação, inclusive uma unidade piloto em Irecê já está em fase de testes. Esta unidade fará parte do Centro de Tecnologia em Biocombustíveis de Irecê, e será gerida pelo Instituto Federal da Bahia - IFBA, o qual já está em fase de construção. Os dois empreendimentos representam um investimento de cerca de R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais) em uma região do semi-árido, que demonstra enorme carência de investimentos.

Esta ação irá beneficiar os jovens e adultos, através da educação tecnológica em áreas temáticas que visam o desenvolvimento da região, além de toda comunidade de agricultores familiares e produtores locais. Outra vantagem gerada por ações desta natureza é a de fornecer opção para as famílias permanecerem nas suas propriedades, evitando os efeitos dos problemas causados pelo êxodo rural. Entretanto, o que parece ainda não estar definido é qual será o modelo jurídico para gestão e atuação da planta de produção, pois se ela irá para o IFBA visando à capacitação dos alunos e o desenvolvimento de pesquisas, a planta poderá não conseguir uma rotina para a produção comercial, desde que a mesma ainda deverá estar integrada com a esmagadora de Lapão.

O valor da produção anual do biodiesel a ser produzido é de R\$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais) e representará um razoável impacto

econômico para toda a região. Além disto, a importância desta planta de biodiesel pode ser mensurada também, pela sua capacidade de atrair novos investimentos para a região, principalmente novas unidades.

O governo do estado indica que a maior contribuição para ao Território de Irecê e vizinhos é que esta é uma planta piloto que tem o objetivo de qualificar membros da comunidade rural na área de produção de biodiesel. Contudo, é percebido que pela atual conjuntura do perfil dos agricultores familiares da Bahia, dificilmente os mesmos possuem condições de se tornarem produtores industriais de biodiesel.

As limitações perpassam desde a necessidade de uma grande poder de organização, gestão e articulação com os diversos setores dos diversos elos da cadeia produtiva. Sem contar com o alto valor de investimento que se faz necessário para o desenvolvimento tecnológico que as plantas industriais têm que passar constantemente.

Esta unidade de produção apresenta-se como um marco inicial para o estado da Bahia, pois a partir do início de sua operação, pretende-se começar um novo ciclo, que é a verticalização da sua produção, através da parceria com a Cooperativa de Agricultores Familiares do Território de Irecê - COAFTI, que instalou uma unidade de extração de óleo vegetal no Município de Lapão.

A intenção da verticalização da produção parece ser interessante para o produtor, devido à ampliação da agregação de valor ao produto final, que deixa de repassar apenas o grão da colheita, para vender o óleo extraído daquele grão. Mesmo assim, haverá um grande esforço na capacitação e organização dos agricultores para a gestão desta cadeia.

Como o Programa do Bioenergia é de interesse nacional e, portanto, envolve esforços vultosos, a Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI se articulou com diversos órgãos estaduais e federais no sentido de discutir e elaborar documentos que dessem embasamento às políticas estratégicas para o desenvolvimento dos biocombustíveis e energias renováveis no Estado da Bahia.

Para isso, foram realizados diversos ciclos de reuniões com a Secretaria de Ciência e Tecnologia - SECTI, Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR, Secretária de Indústria, Comércio e Mineração - SICM, Secretaria do Meio

Ambiente - SEMA e Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES. Estes encontros resultaram na produção de um documento final com o panorama e as estratégias para o futuro da Bioenergia e dos Biocombustíveis no Estado.

Devido ao adiantado estágio em que se encontra a produção dos biocombustíveis na Bahia, bem como na capacidade demonstrada pelos pesquisadores da área, o Governo do Estado foi convidado para participar de uma oficina de trabalho em Fortaleza/CE sobre o programa de biodiesel com inclusão social no semi-árido nordestino. O resultado foi a elaboração da carta de compromisso: BIODIESEL COM INCLUSÃO SOCIAL NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO, aprovada em plenário no final da oficina.

Outra vertente do programa de bioenergia é a produção de biodiesel através da matéria prima de sebo animal. Neste sentido, foram realizadas diversas reuniões de trabalho na SEAGRI. Insere-se aqui a preocupação do Governo com a recuperação de Óleos e Gorduras Residuais - OGR. A logística de recolhimento foi o principal gargalo identificado. Fato que momentaneamente inviabiliza o desenvolvimento do projeto. Entretanto, alguns estudos estão sendo planejados visando o atendimento desta demanda.

Dentre algumas das ações desenvolvidas pelo Estado que demonstra grande envergadura, em 2007 foi realizado o zoneamento agrícola do Estado da Bahia. Tendo em vista que a agricultura é uma atividade altamente dependente das condições ambientais e, por isto, o plantio sem o conhecimento prévio da aptidão e época ideal de semeadura aumentam os riscos de insucesso da atividade. Por isso, medir os riscos de déficit das chuvas nas fases de maior exigência hídrica ou umidade excessiva é de fundamental importância para os estudos voltados para o zoneamento das culturas.

O zoneamento agrícola é fundamental para o processo de financiamento da safra agrícola, já que ele permite determinar o nível de risco por região ao longo de todo ano. Portanto, o risco é uma ferramenta de suma importância tanto nos financiamentos, como nas operações de seguro, ele é peça indispensável na composição dos custos destas operações.

Desta forma, o zoneamento visou delimitar em uma região, zonas com características de solo e/ou clima aptas para o cultivo de uma determinada cultura, podendo ser aplicado a culturas anuais e, principalmente, perenes (fruteiras). O nível de precisão é bastante razoável, permitindo definição de regiões climaticamente aptas e épocas de semeadura adequadas para cada cultura.

Todo o trabalho de zoneamento estava previsto para ser concluído em 2009. Tendo o Governo conhecimento sobre a importância deste estudo para o setor agrícola, antecipou a sua conclusão para 2007, inclusive, ele foi ampliado para os cultivares girassol e amendoim, oleaginosas de importância fundamental para o programa de biocombustíveis.

Apesar do zoneamento beneficiar o programa de biocombustível, a ampliação da verificação de novas oleaginosas indica que elas possuem o mesmo problema do dendê, pois todas possuem um custo de oportunidade muito grande para o setor de produtos alimentares, desde que o setor paga preços melhores que a indústria de biodiesel, dado o fator limitante do preço de referência dos leilões.

Para demonstrar a dimensão desse trabalho, faz-se necessário registrar que apenas poucas unidades da federação possuíam, na época, o seu zoneamento agrícola concluído. O mesmo foi resultado de grandes esforços da EMBRAPA, a partir das solicitações do Governo da Bahia.

Percebendo que um dos gargalos para o aumento da produção de biodiesel na Bahia está na pouca oferta de matéria-prima, o governo vem realizando uma série de ações, como estratégia de desenvolvimento e comunicação, visando divulgar o programa de Biocombustíveis. Deste modo, é esperado que seja assimilada a necessidade da ampliação da oferta da matéria prima pelos envolvidos.

Dentre as diversas ações de comunicação promovidas para divulgar o programa de biodiesel no Estado, o governo realizou diversas oficinas de trabalho com os públicos envolvidos, visando organização e divulgação do programa nos Territórios de Identidade e o incentivo a produção de oleaginosas.

A qualidade genética dos cultivares também é uma preocupação. Nesse sentido, a SEAGRI/ EBDA vem realizando oficinas de trabalho cujo objetivo é levantar a demanda de sementes e suas variedades e as ações para viabilizar o zoneamento de amendoim, girassol e rever o da mamona.

4.3.4 Atores Envolvidos com o Fomento do Biodiesel na Bahia

Para fomentar o desenvolvimento dos programas de biocombustíveis no Estado, a SEAGRI, conta com a cooperação de Órgãos federais, tais como os apresentados no Quadro 36.

QUADRO 36: COOPERAÇÃO DE ÓRGÃOS FEDERAIS

1.	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
2.	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
3.	Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
4.	Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
5.	Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas – DNOCS
6.	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
7.	Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRÁS
8.	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
9.	Banco do Brasil – BB
10.	Banco do Nordeste – BNB

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Os órgãos estaduais são listados no Quadro 37:

QUADRO 37: COOPERAÇÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS

1.	Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia – SECTI
2.	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA
3.	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR
4.	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES
5.	Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR
6.	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA
7.	Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais do Estado da Bahia – SECOMP
8.	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM
9.	Secretaria de Infra-estrutura do Estado da Bahia – SEINFRA
10.	Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
11.	Universidade Federal da Bahia – UFBA
12.	Universidade Salvador – UNIFACS

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Os movimentos sociais são apresentados no Quadro 38.

QUADRO 38: COOPERAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

1.	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST
2.	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF
3.	Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Uma questão avaliada foi à verificação de que enquanto o governo passado não contemplava com tamanha firmeza os movimentos sociais, o governo atual não contempla o foco da Federação da Agricultura da Bahia – FAEB. Acontece que este órgão também possui grande representatividade no setor agrícola do estado, apesar de ser voltado principalmente para os grandes produtores.

4.3.5 Ações Estruturantes para o Fomento do Biodiesel na Bahia

Foi desenvolvido um grande trabalho de fortalecimento da Rede Baiana de Biocombustíveis - RBB, que possui como um dos seus principais instrumentos de comunicação o site: www.rbb.ba.gov.br. Este site da RBB é um canal importante para a integração de instituições de ensino e pesquisa, fornecedores de serviços e equipamentos, produtores agrícolas, indústria e o governo para com a sociedade.

A RBB já conta com cerca de 2.000 integrantes, e periodicamente são realizadas reuniões de trabalho para troca de informações e experiências entre a comunidade científica, agricultores, políticos, ONG's e gestores públicos. Destacam-se entre eles, os eventos como os indicados no Quadro 39.

QUADRO 39: EVENTOS REALIZADOS PELA REDE BAIANA DE BIOCOMBUSTÍVEIS – RBB

Nº	Evento	Local	Ano
1.	I Seminário de Biocombustíveis	UEFS/ Feira de Santana	2007
2.	II Seminário de Biocombustíveis	CELPLAC/ Itabuna	2008
3.	III Seminário de Biocombustíveis	Paulo Afonso	2009

Fonte: Elaboração própria, 2009.

Do mesmo modo, a SEAGRI realizou um intenso trabalho na organização do 3º Congresso de Mamona, que foi realizado em Salvador no ano de 2008, em conjunto com a EBDA, SECTI, DESENBAHIA, SEPLAN, SICM e outros.

Como no futuro próximo, o biodiesel será um importante item na pauta de exportações brasileira, o Governo do Estado organizou a vinda de técnicos da Alemanha, integrantes do Partido Verde daquele país, para tratar do “Selo Verde Ambiental” para a Bahia. Este selo foi apresentado como um instrumento para que o biodiesel da Bahia pudesse chegar à Comunidade Européia de forma mais fácil e com um maior valor agregado.

Apesar das negociações não terem avançado, devido o caráter mais político do que técnico, é importante que o governo perceba que este selo poderá ser uma tentativa de impor uma nova barreira comercial chamada de não-tarifária para o Estado.

O Governo vem realizando diversas ações com o intuito de divulgar o programa de bioenergia nos meios de comunicação, dentre elas: publicações em revistas especializadas e reportagens junto aos meios de comunicação, etc., a exemplo da palestra realizada no evento Seminário Biodiesel e Agricultura Familiar patrocinado pela Comissão de Proteção do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa da Bahia, realizado em Feira de Santana.

Outro exemplo da preocupação do governo em divulgar o programa de biodiesel da Bahia para os seus maiores beneficiários, que por sua vez são os agricultores familiares, foi a participação no I Seminário de Conscientização para o Desenvolvimento Econômico e Sustentável, visando unir a integração social com a proteção do meio ambiente. Este seminário foi realizado na cidade de Sitio do Quinto em maio de 2007, no Território Semi-árido Nordeste II. Eventos semelhantes aconteceram em Cruz das Almas, Esplanada, Valença, Jacobina, Piritiba, Vitória da Conquista, Paripiranga, entre outros.

Os movimentos sociais possuem participação direta em toda discussão e andamento do programa, principalmente porque ele tem um forte componente social e político partidário, e isto é demonstrado pela importância dada à agricultura familiar. Como resultado desta participação, em agosto de 2007, iniciou-se a discussão sobre a viabilidade técnica e econômica da extração de óleo pelos

agricultores familiares com a SEAGRI, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e os diversos movimentos sociais, culminando em ações implantadas agora em 2009.

Existe a preocupação de divulgar o programa junto ao público interno (Bahia/Brasil) e também junto ao externo (internacionalmente), e dessa forma foram feitas articulações internacionais com a Comunidade Européia, no sentido de divulgar os biocombustíveis, tendo como objetivo principal o fortalecimento da agricultura familiar e o fortalecimento da tecnologia empresarial.

Na cidade de São Paulo, o Governo da Bahia participou do 1º Seminário de Biodiesel Sustentável. Na oportunidade a secretaria apresentou o tema: Qualidade e Sustentabilidade no Mercado de Biodiesel através do Programa Baiano de Biodiesel. Já em Brasília, a SECTI tem realizado um trabalho intenso, no que tange a formulação de políticas, mas também, apresentando os virtuosos números do programa baiano.

O Estado indica que a Petrobras, o MDA e o SEBRAE têm sido bons parceiros no fomento ao programa de biocombustíveis na Bahia. Pois, diversas reuniões aconteceram para discutir os rumos do programa e buscar a captação de recursos. Inclusive, recentemente foi realizado um seminário sobre o assunto na Universidade Petrobrás. O mesmo acontece com relação à EMBRAPA, com quem possui um Termo de Cooperação em fase final de implantação.

4.3.6 Realizações do Governo para o Fomento do Biodiesel na Bahia

Algumas ações foram iniciadas no primeiro ano de governo, as quais se constituíram pedra fundamental de grandes realizações que ocorreram em 2008 e estão acontecendo em 2009. Eis a seguir algumas das realizações no governo.

Entre fevereiro e março de 2008 foram elaborados 06 projetos de energia renovável, alguns deles com ênfase em biodiesel. Em maio, aconteceu a Reunião do Instituto de Energia e Ambiente, onde foi apresentada o Planejamento Estratégico em Energias Renováveis com Ênfase em Biodiesel.

Ações de grande envergadura foram às gestões desenvolvidas pelo Governo da Bahia, junto ao Governo Federal, visando à implantação de unidades do CEFET, através do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. O

Estado foi contemplado com mais oito municípios que apresentaram suas propostas para ter unidades implantadas até o final de 2011. Especificamente com o município de Irecê, o governo assinou protocolo de intenções para implantação de uma usina de biodiesel para pesquisa e demonstração nas futuras instalações do CEFET.

Estas ações poderão possibilitar a ocorrência do aumento da atividade econômica no estado, e com isso possivelmente haverá um impacto positivo nos índices de emprego e adiante na melhoria dos níveis de renda e conseqüentemente no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, além de aumentar a arrecadação de impostos.

A RRB conta com o site: www.rbb.ba.gov.br como ferramenta de difusão do conhecimento e das informações voltadas para o biodiesel na Bahia. O mesmo é atualizado diariamente, e semanalmente são enviados 1200 boletins para estudantes, empresários, pesquisadores, professores, agricultores, etc. O site da RBB, desde a sua criação no final de 2005, já obteve quase um milhão de acessos. E no mesmo site é possível colocar artigos, material para discussão ou mesmo convidar grupos para participar de editais.

O Quadro 40 relaciona os projetos direcionados pelo programa de bioenergia. Os mesmos foram idealizados, desenvolvidos pelas secretarias de governo conjuntamente e em parceria com outras instituições.

QUADRO 40: AÇÕES E METAS DA BAHIA NO PROGRAMA DE BIOENERGIA

Nº	PROJETO/ AÇÃO	OBJETIVO	VALOR	SITUAÇÃO
1.	Produção de Óleo Vegetal para Fortalecimento da Agricultura Familiar e Inclusão Social no Setor de Biocombustíveis no Município de Morro do Chapéu/BA	Implantação de uma unidade de extração de óleo vegetal com capacidade de 5 ton/dia para testar a sua viabilidade técnica e econômica	R\$ 760.000,00	Projeto em avaliação final no MCT
2.	Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Cadeia Produtiva dos Biocombustíveis no Estado da Bahia	Implantação de 03 unidades piloto de produção de biodiesel em parceria com unidades do CEFET do interior da Bahia	R\$ 2.400.000,00	Projeto encaminhado à PGE
3.	Convênio entre o MIN/SECTI para desenvolvimento da cadeia produtiva de Biodiesel no território de Irecê	Implantação de uma unidade piloto de produção de biodiesel em parceria com a Prefeitura e Unidade do CEFET de Irecê	R\$ 631.500,00	Usina finalizada. Instalação da unidade no final de setembro/08
4.	Viabilidade da inserção do biodiesel na cadeia produtiva da região Sisaleira da Bahia. UNIFACS/SECTI/FAPESB/Associações de trabalhadores rurais	Avaliar a sustentabilidade econômica, social e ambiental com a introdução do plantio de oleaginosas para a produção de biodiesel	R\$ 105.600,00	Projeto em execução

Fonte: Elaboração própria, 2009.

4.3.7 Posicionamento do Governo para o Fomento do Biodiesel na Bahia

Todos os programas descritos requerem vultosos investimentos em equipamentos e educação tecnológica. O Governo da Bahia tem se preocupado com o crescimento sustentável e com as questões sociais, e nesse sentido apresenta-se com a característica de não ter medido esforços para que as metas estabelecidas no programa de biodiesel sejam cumpridas.

Destaca-se que no primeiro programa de governo tinha como objetivo principal promover a transferência de conhecimento das universidades para o meio empresarial, gerando novas oportunidades de negócios e, por conseqüência, novos empregos e aumento da renda. Posteriormente, no segundo programa, as ações voltadas para discutir a questão da agricultura familiar e a dinamização do plantio de culturas oleaginosas nos municípios foram o foco do governo.

Com isso, percebe-se que houve um nivelamento entre a relação sobre processo produtivo e matriz tecnológica no âmbito da agricultura familiar.

Destacam-se ainda que alguns dos principais desafios para construção de um novo modelo de agricultura nos Territórios de Identidade é o fortalecimento das tecnologias inerentes aos programas de energia renovável, bem como a incrementação do cooperativismo entre os produtores da Bahia.

Portanto, o Estado da Bahia busca ser visto sob a ótica de um governo que planeja as políticas públicas em consonância com as políticas federais, com a afirmação da priorização das questões sociais, envolvendo diretamente o agricultor familiar como agente preponderante no desenvolvimento do biodiesel. Do mesmo modo, o governo preocupado com o desenvolvimento de uma nova matriz energética para o Estado.

Deste modo, o Governo do Estado da Bahia, através da SEAGRI, se posiciona com a reafirmação na prática que as ações estruturantes necessárias para a promoção e o desenvolvimento socioambiental do Estado estão sendo implementadas para melhorar a qualidade de vida da população, combater e reduzir as desigualdades sociais, de forma sustentável e em harmonia com o meio ambiente.

4.4 Avaliação da Percepção dos Agricultores Familiares

A percepção dos agricultores familiares perante o posicionamento do Governo do Estado foi estratificado a partir da análise dos questionários que foram aplicados no Pólo de Biodiesel de Irecê, nos dias 08 e 09 de dezembro de 2009, na Cooperativa de Agricultores Rurais da Região de Irecê – COOPIRECÊ, na Cidade de Irecê, Bahia.

Na oportunidade estava sendo realizada uma reunião do Grupo de Trabalho dos representantes do Pólo, liderada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, contando com a participação de agricultores familiares com representatividade de toda a região, líderes de cooperativas, associações e sindicatos.

A aplicação dos questionários, a tabulação dos dados e a avaliação dos resultados foram desenvolvidos através da metodologia descrita no Capítulo 3. A seguir são discutidos os resultados encontrados a partir da sua tabulação e análise.

4.4.3 Resultados Encontrados

Quando perguntados aos agricultores familiares e os representantes das cooperativas como percebiam o esforço do governo do estado na divulgação do programa de biocombustíveis, a maioria dos agricultores indicou o percentual de 43% como favorável e 26% como neutro. Já as cooperativas indicaram 60% como favorável e 20% como muito favorável ou neutro, conforme as Figuras 13 e 14.

Apesar do esforço do Governo do estado na divulgação do programa de biodiesel, conforme visto nas ações realizadas no quadro 35. Estes resultados provavelmente indicam as seguintes situações: (1) que as cooperativas estão mais envolvidas diretamente com os programas de governo, portanto, o grau de percepção das mesmas são maiores. (2) Outra suposição é que as ações de divulgação do governo estão mais direcionadas para os movimentos organizados, (3) ou que as ações de divulgação não chegam aos agricultores com tanta eficácia, provavelmente devido à falta de acesso as informações. Com isso, conclui-se que o ponto que perpassa todos os itens citados é a deficiência na comunicação com os agricultores e cooperativados.

Daí o Governo do estado deve realizar ações de maior freqüência, que além de dar cobertura, com a finalidade de atingir um maior número de pessoas, faz com que o público que foi impactado esteja mais receptivo a aceitação de uma nova proposta.

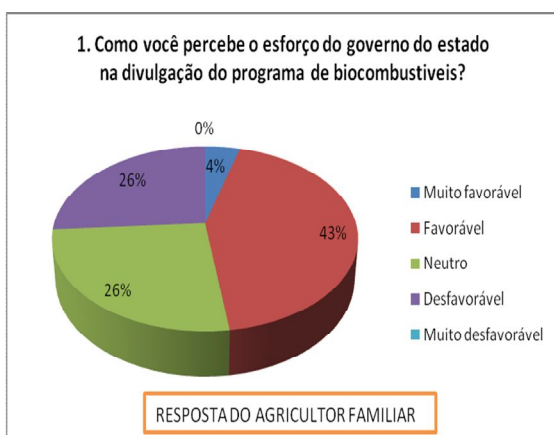


FIGURA 13: RESPOSTA 1 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.



FIGURA 14: RESPOSTA 1 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Com relação à avaliação das políticas públicas formuladas pelo governo do estado para o desenvolvimento do biodiesel, os agricultores familiares indicaram 35% como favorável, 35% como neutro e 22% como desfavorável. Já as cooperativas indicaram 60% como favorável, 20% como muito favorável e 20% como neutro, conforme as figuras 15 e 16.

Enquanto os agricultores opinam entre favorável e neutro com tendência ao desfavorável, as cooperativas indicam a percepção como favorável com equilíbrio entre muito favorável e neutro. Assim, é demonstrado que apesar das políticas públicas formuladas pelo Governo do estado para o desenvolvimento da cadeia do biodiesel, os agricultores familiares não percebem as mesmas como muito favorável ao biodiesel.

Muito provavelmente, isto se deve ao fato de que apesar do agricultor familiar ser um dos elos citados nas políticas estaduais, as ações desmembradas por estas políticas não devem estar chegando aos agricultores de modo que eles percebam como muito favorável. Com isso, é importante que as realizações concretas da aplicabilidade das políticas sejam divulgadas ao agricultor, pois a apresentação dos resultados já alcançados é o melhor método para demonstrar a efetividade da política.



FIGURA 15: RESPOSTA 2 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.



FIGURA 16: RESPOSTA 2 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Diante do questionamento sobre como os entrevistados percebem o fomento que é dado ao programa de biodiesel no estado, os agricultores familiares

apontaram 35% como desfavorável, 30% como favorável e 22% com neutro. Já as cooperativas apontaram 60% como favorável e 40% como neutro, conforme as figuras 17 e 18.

Na medida em que os agricultores familiares indicam variação nas respostas entre favorável, neutro, desfavorável e muito desfavorável, as cooperativas tiveram opinião central em favorável com certa tendência ao neutro. Este resultado mostra como é diferente a percepção de dois públicos distintos, apesar de pertencerem ao mesmo objeto de investigação.

A principal suposição a cerca da boa performance do fomento ao biodiesel no estado percebida pelas cooperativas deve estar ligada ao maior grau de instrução de seus envolvidos, que por sua vez é superior ao dos agricultores familiares. Como quanto maior o grau de instrução, maior o nível de acesso a informações e conhecimento sobre o tema, este deve ser o fator da disparidade nas respostas.

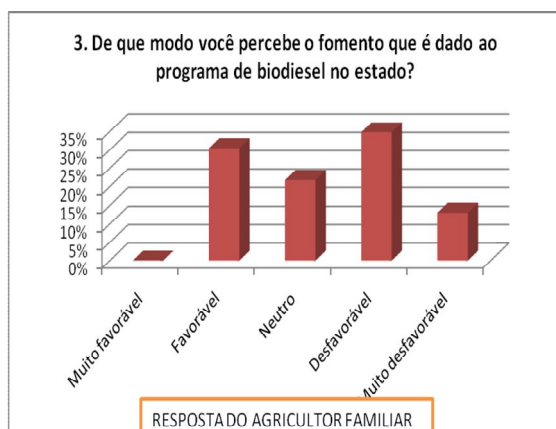


FIGURA 17: RESPOSTA 3 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.

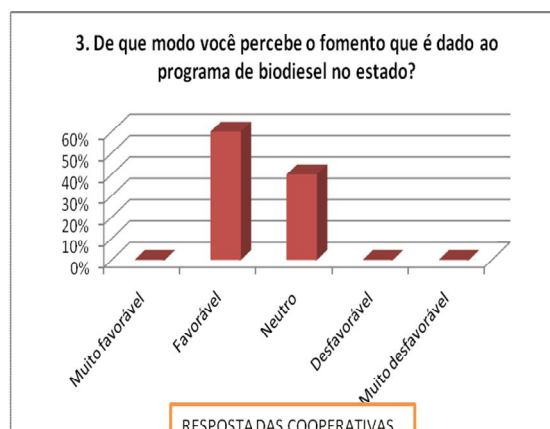


FIGURA 18: RESPOSTA 3 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Quando perguntados sobre como percebem a atuação do governo do estado em relação à disseminação de técnicas de cultivo e manejo de oleaginosas, os agricultores indicaram o percentual de 39% como favorável, 26% como desfavorável e 17% como neutro. Já as cooperativas indicaram 40% como favorável e neutro e 20% como desfavorável, conforme as figuras 19 e 20.

A percepção dos agricultores familiares apresenta valores próximos com as das cooperativas, em que pese à concentração de favorável na atuação do governo na disseminação das técnicas de cultivo e manejo de oleaginosas. Entretanto, a

variação se apresenta no aparecimento do item muito desfavorável e no aumento de desfavorável junto aos agricultores.

Apesar de não haver uma uniformidade nas respostas, percebe-se que realmente existe uma concentração na percepção favorável dos públicos sobre a disseminação das técnicas de cultivo e manejo de oleaginosas pelo Governo do estado. Este resultado se deve ao trabalho das ATERS junto à comunidade rural, no sentido de divulgar conhecimento específico sobre o cultivo de oleaginosas para cada tipo de região.

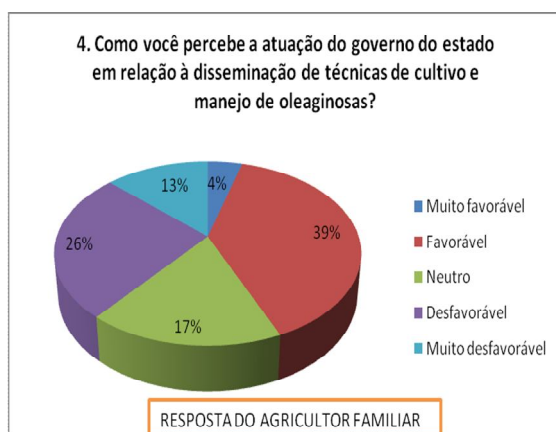


FIGURA 19: RESPOSTA 4 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.



FIGURA 20: RESPOSTA 4 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Quando perguntados sobre como está à orientação do governo do estado em relação à utilização de tecnologias para uso dos insumos (adubos e fertilizantes), os agricultores indicaram o percentual de 48% como desfavorável, 35% como neutro e 17% como muito desfavorável. Já as cooperativas indicaram 40% como favorável e desfavorável e 20% como neutro, conforme as figuras 21 e 22.

O que se pode verificar é que as cooperativas apresentam percepção equilibrada entre favorável e desfavorável diante da orientação do governo do estado na utilização dos insumos, o que difere da percepção dos agricultores familiares, que se concentra entre desfavorável, neutro e muito desfavorável.

Provavelmente, estes resultados apresentam divergências devido à falta de acesso aos insumos por parte dos agricultores familiares, tanto pelo baixo poder aquisitivo, como pela pouca instrução/conhecimento sobre novas tecnologias adotadas. Assim, o Governo do estado deve ampliar o incentivo as pesquisas para o desenvolvimento de novas técnicas para uso de insumos, de modo que os mesmos

sejam mais acessíveis aos agricultores, tanto do ponto de vista financeiro quanto da facilidade de aplicação, pois existem dificuldades quando há necessidade de mecanização na aplicação de novas tecnologias.



FIGURA 21: RESPOSTA 5 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.

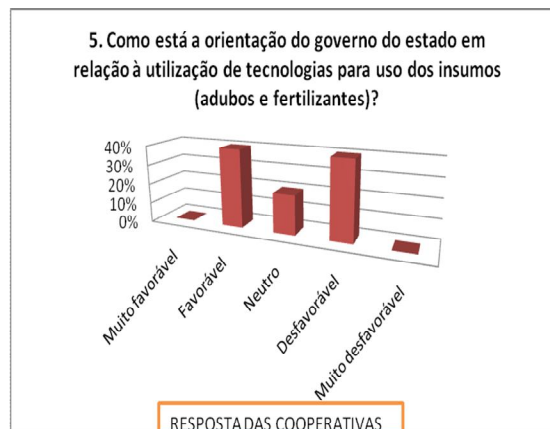


FIGURA 22: RESPOSTA 5 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Diante do questionamento sobre como os entrevistados percebem uma orientação do governo do estado em relação à utilização de determinada oleaginosa com base nas condições climáticas da sua região, os agricultores familiares apontaram 39% como favorável, 30% como neutro, 13% como desfavorável e muito desfavorável e apenas 4% como muito favorável. Já as cooperativas apontaram 60% como favorável e 20% como neutro e desfavorável, conforme as figuras 23 e 24.

A percepção das cooperativas diante da orientação do governo do estado para utilização de oleaginosas para região está consolidada como favorável, contudo, a percepção do agricultor familiar indica posição de favorável com tendência ao neutro, desfavorável e até muito desfavorável.

Foi verificado que o principal motivo das disparidades nas respostas dos agricultores familiares neste item está ligada a falta de disponibilização de informações ligadas às condições climáticas específicas da região e não da indicação do tipo de oleaginosa a ser utilizada, pois a região de Irecê (Território de Identidade em análise) é considerada historicamente a melhor e maior produtora de mamona do Brasil. O Governo do estado deve divulgar para os agricultores familiares as informações adquiridas com os dados do zoneamento edafoclimáticos da Bahia.



FIGURA 23: RESPOSTA 6 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.

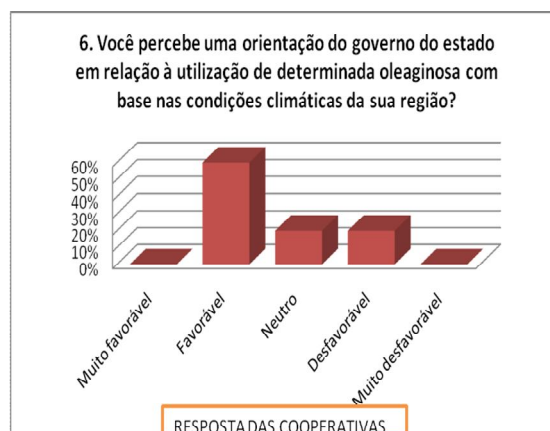


FIGURA 24: RESPOSTA 6 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Quando perguntados sobre como percebem o esforço do governo do estado em apoiar a organização do agricultor familiar em associações e/ou cooperativas, os agricultores familiares indicaram o percentual de 35% como favorável, 30% como desfavorável, 22% como neutro, 9% como muito desfavorável e apenas 4% como muito favorável. Já as cooperativas indicaram 60% como favorável e 20% muito favorável e desfavorável, conforme as figuras 25 e 26.

O esforço do governo do estado em apoiar a organização do agricultor em cooperativas e ou associações é verificado principalmente pela percepção obtida a partir das respostas das cooperativas, na medida em que a grande maioria manifestou percepção favorável, entretanto, os agricultores familiares possuem percepções distintas, pois as suas respostas variam desde muito favorável até muito desfavorável.

Estes dados indicam que os agricultores que já são cooperados sofreram algum tipo de apoio para sua organização, enquanto os que são apenas agricultores familiares são impactados de modo desigual. A sugestão é que o governo estimule a formação de novas associações e ou cooperativas, pois através de movimentos organizados é possível montar mais facilmente estruturas de apoio e assistência para os pequenos agricultores.

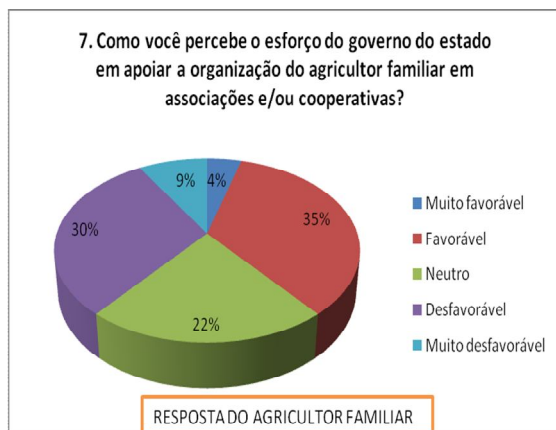


FIGURA 25: RESPOSTA 7 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.



FIGURA 26: RESPOSTA 7 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Com a indagação de como eles percebem o esforço do governo do estado em ampliar as formas de comercialização das oleaginosas, os agricultores familiares indicaram o percentual de 35% como favorável, 26% como muito desfavorável, 17% como desfavorável, 13% como neutro, e 9% como muito favorável. Já as cooperativas indicaram 60% como favorável e 20% muito favorável e neutro, conforme as figuras 27 e 28.

Estes resultados expressam de modo mais nítido a diferença da percepção entre as avaliações do agricultor familiar e das cooperativas. Pois, enquanto parte dos agricultores acreditam que o esforço do governo em ampliar a comercialização de oleaginosas é muito desfavorável, as cooperativas, em sua grande maioria percebem como favorável.

Esta diferença pode ser associada à facilidade que as cooperativas e associações possuem em comercializar as oleaginosas, desde que elas podem buscar novos compradores, possuem um maior poder de barganha na venda, negociam os preços e evitam atravessadores, diferentemente dos agricultores familiares que atuam individualmente. E estes por sua vez não percebem as novas formas de comercializar o seu produto.

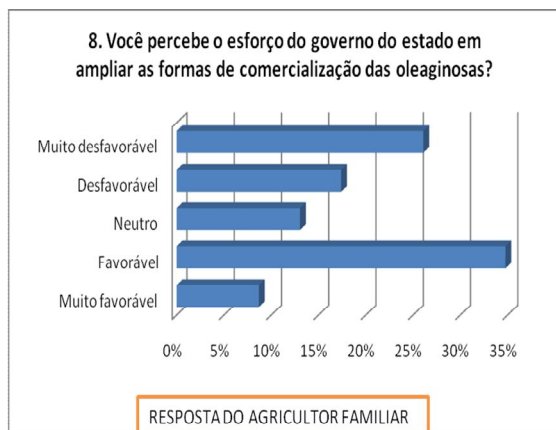


FIGURA 27: RESPOSTA 8 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.



FIGURA 28: RESPOSTA 8 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Quando perguntados sobre como percebem o apoio do governo do estado na criação de novos mercados para o escoamento da produção, os agricultores familiares indicaram o percentual de 35% como favorável, 22% como neutro e como muito desfavorável, 17% como desfavorável, e apenas 4% como muito favorável. Já as cooperativas apresentaram 60% como neutro, e 20% como favorável e desfavorável, conforme as figuras 29 e 30.

A percepção dos agricultores rurais diante deste esforço é considerada positiva, na medida em que o maior percentual de respostas foi no item favorável, entretanto, existe uma grande percentual apontando a iniciativa como neutra e muito desfavorável. Esta avaliação pode ser ratificada pela percepção extraída a partir das respostas das cooperativas, uma vez que a sua grande maioria manifestou a atuação do governo como neutra.

Neste item, tanto os agricultores quanto as cooperativas percebem que a atuação do governo sobre a criação de novos mercados para o escoamento da produção possui muito a melhorar, principalmente pelo fato de que o movimento do governo voltado para o estímulo e atração de novas empresas que possam aquecer regionalmente o setor não é muito favorável. Os principais investimentos da iniciativa privada no setor estão localizados na região sudeste e centro-oeste.



FIGURA 29: RESPOSTA 9 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.



FIGURA 30: RESPOSTA 9 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Diante do questionamento sobre como os entrevistados percebem a atuação do governo do estado como um dos principais agentes de desenvolvimento do biodiesel na Bahia, os agricultores familiares apontaram 43% como favorável, 30% como neutro, 17% como desfavorável, 9% como muito desfavorável e apenas o item muito favorável não foi citado. No entanto, as cooperativas apontaram 80% como favorável e 20% como neutro, conforme as figuras 31 e 32.

A percepção das cooperativas diante da posição do governo do estado como um dos principais agentes de desenvolvimento do biodiesel na Bahia está consolidada como favorável, já a percepção do agricultor familiar ainda indica posição de favorável, todavia, com uma tendência ao neutro, desfavorável e até muito desfavorável.

Este item apresenta-se como favorável ao governo estadual pelo fato de que apesar do segmento do biodiesel ser prioritariamente de responsabilidade do governo federal, devido as macro definições do setor, os agricultores percebem que há um esforço para o desenvolvimento e apoio a produção em diversos níveis, e principalmente pelo conhecimento da dificuldade que o estado tem para atuar plenamente nos diversos elos da cadeia produtiva.

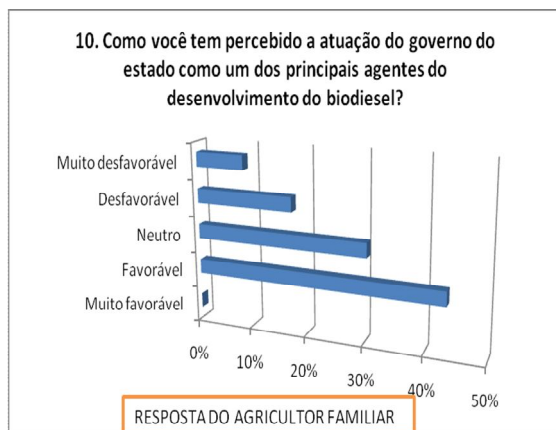


FIGURA 31: RESPOSTA 10 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.

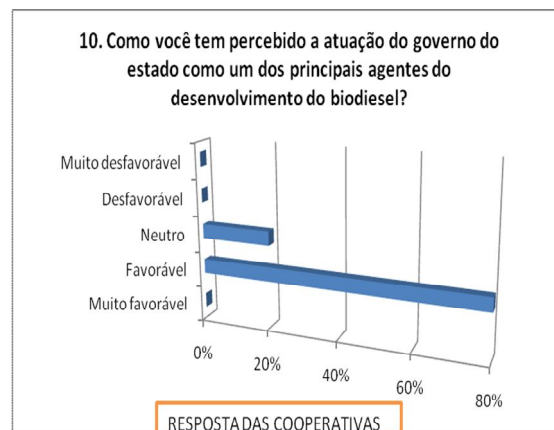


FIGURA 32: RESPOSTA 10 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Com a indagação de como eles percebem a atuação do governo do estado como fonte de informação e disseminação de conhecimentos, os agricultores familiares indicaram o percentual de 35% como neutro, 22% como favorável e desfavorável, 17% como muito desfavorável, e apenas 4% como muito favorável. No caso das cooperativas, as mesmas indicaram 60% como neutro, 20% favorável e desfavorável, conforme as figuras 33 e 34.

A partir dos resultados expressos acima, percebe-se que, tanto os agricultores familiares como as cooperativas possuem posições similares, baseando a maioria das respostas no item neutro, no que tange a atuação do governo como fonte de informação e disseminação de conhecimentos específicos sobre o biodiesel.

Essa neutralidade na percepção indica que existe uma atuação do governo do estado no sentido de disseminar informações sobre o segmento, e isto pode ser confirmado pelas reuniões realizadas pelo governo, em diversas cidades do interior, com a finalidade de divulgar o programa de biodiesel do estado (ver quadro 39). E também pela divulgação de novas informações pelo site da Rede Baiana de Biocombustíveis – RBB. Contudo, pelo fato de haver opinião contrária, significa que: (1) parte dos agricultores não está sendo impactada com informações, (2) que os agricultores que já foram impactados não tiveram continuidade nas informações. Daí conclui-se que não houve uma ação continuada de disseminação de conhecimento sobre o biodiesel por parte do governo, voltados para os agricultores familiares.

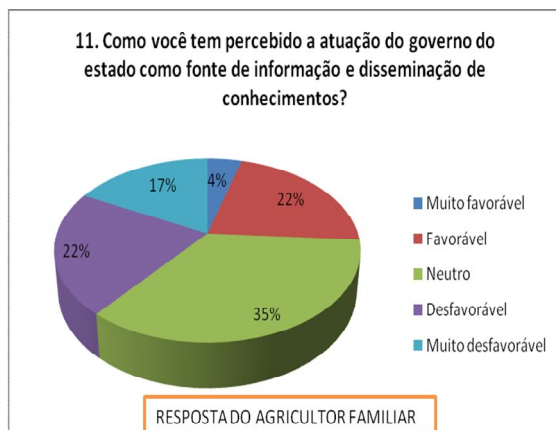


FIGURA 33: RESPOSTA 11 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.

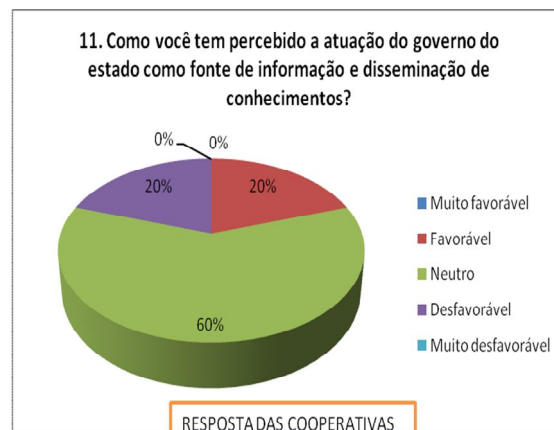


FIGURA 34: RESPOSTA 11 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Quando perguntados sobre como percebem a atuação do governo do estado na capacitação dos agricultores familiares, os próprios agricultores familiares indicaram o percentual de 35% como neutro, 30% como favorável, 22% como desfavorável, 13% como muito desfavorável, e 0% como muito favorável. Já as cooperativas apresentaram 40% como neutro, e 20% como muito favorável, favorável e desfavorável, e 0% como muito desfavorável, conforme as figuras 35 e 36.

Neste caso, existem similaridades entre a percepção dos agricultores familiares e as cooperativas no que tange a centralidade do item neutro como resposta, contudo, as diferenças aparecem quando os agricultores apresentam inclinação para os itens favorável, desfavorável e até muito desfavorável, e no caso das cooperativas existe equilíbrio entre os itens muito favorável, favorável e desfavorável.

Apesar da centralidade no item neutro, o desequilíbrio das respostas nos dois atores avaliados, tanto agricultor como cooperativa, indica que não há uma atuação uniforme na capacitação por parte do governo do estado. Isto pode ser confirmado pela falta de investimentos em cursos específicos voltados para os agricultores.

Em contrapartida, há uma importante ação do governo estadual em parceria com o governo federal no sentido de capacitar os jovens em cursos técnicos, nas diversas regiões do estado com a construção de vários Institutos Federais de Educação Tecnológica – IFBA, no qual o mesmo atuará na formação voltada para as potencialidades e características regionais.

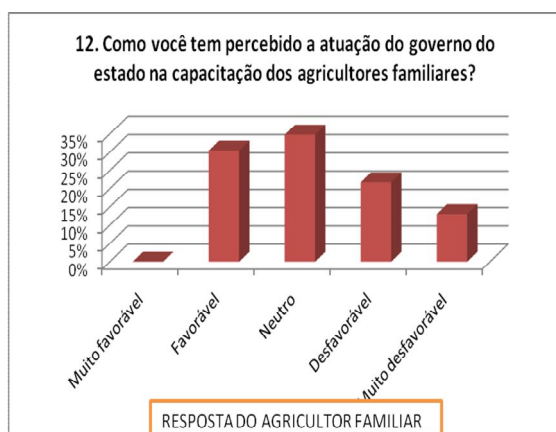


FIGURA 35: RESPOSTA 12 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.

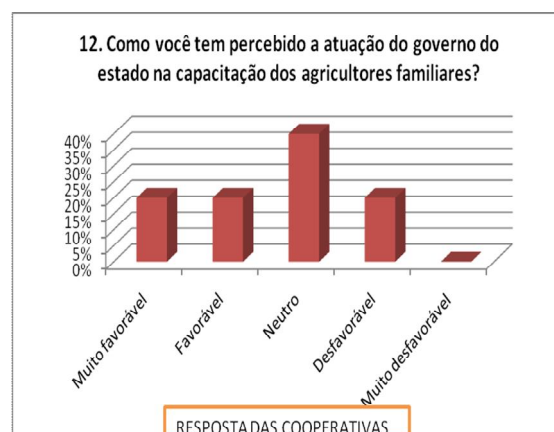


FIGURA 36: RESPOSTA 12 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Com a indagação de como eles percebem a atuação do governo do estado na política de assistência técnica rural, os agricultores familiares indicaram o percentual de 30% como muito desfavorável, 26% como desfavorável, 22% como neutro e favorável, e 0% como muito favorável. No caso das cooperativas, as mesmas indicaram 60% como favorável, 20% como neutro e desfavorável e 0% como muito favorável e muito desfavorável, conforme as figuras 37 e 38.

A percepção dos agricultores familiares diante da atuação do governo do estado na política de assistência técnica rural apresenta variações entre desfavorável, neutro e favorável, com grande inclinação para muito desfavorável, já a percepção das cooperativas indicam a percepção como favorável, com equilíbrio entre o neutro e o desfavorável.

A partir destes dados é percebido que tanto os agricultores familiares, como as cooperativas não percebem uma atuação muito favorável do governo do estado na política de assistência técnica rural, e apesar de apresentarem índices de atuação favorável, a maioria das respostas tendem ao neutro e desfavorável.

Esta percepção se dá principalmente pela falta de infra-estrutura das ATERs do estado. Realmente existe uma política de governo para a Assistência Técnica Rural, entretanto não se percebe a sua aplicabilidade na prática. Os agricultores indicam que no máximo, o que há são as visitas esporádicas dos técnicos, mas as mesmas não têm continuidade, nem são acompanhadas com o apoio de máquinas e ou equipamentos.

Como o Governo já possui o Biosustentável, programa com o objetivo de inserir os agricultores familiares na base de produção e no beneficiamento das culturas fornecedoras de óleos para fins de biodiesel, e o mesmo está diretamente ligado a aplicação de uma política de assistência técnica rural, este retorno da percepção dos agricultores indica que o resultado do programa não está muito favorável.

É possível que esta atuação tenha pouca expressão pela falta de recursos alocados pelo governo do estado neste item. Pois de acordo com o site do governo do estado (Transparência Bahia) (ver tabela 04) é constatado que um grande entrave para o desenvolvimento da cadeia do biodiesel é a efetiva aplicação dos recursos pré-estabelecidos, pois não há aplicação efetiva dos recursos orçados pelos programas. Tendo como resultado operacional a efetivação de menos de 10% dos recursos.



FIGURA 37: RESPOSTA 13 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.



FIGURA 38: RESPOSTA 13 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Com o questionamento sobre como os entrevistados percebem a atuação do governo do estado na inserção da agricultura familiar no desenvolvimento da cadeia do biodiesel na Bahia, os agricultores familiares apontaram 48% como favorável, 22% como muito desfavorável, 17% como neutro, 13% como desfavorável e 0% como muito favorável. Já as cooperativas apontaram 60% como favorável e 20% como neutro e desfavorável, conforme as figuras 39 e 40.

Tanto os agricultores familiares como as cooperativas demonstram que em sua grande maioria, que a percepção deles diante da sua inserção no desenvolvimento da cadeia de produção do biodiesel na Bahia está consolidada

como favorável, porém, diferentemente das cooperativas, a percepção do agricultor familiar apresenta posição de muito desfavorável.

A concentração do resultado em favorável sobre este item ratifica o esforço do governo do estado em inserir o agricultor familiar na cadeia produtiva do biodiesel, pois é percebido que enquanto o governo anterior buscava atrair a base empresarial, como foco principal, com pouca atuação no pequeno agricultor, o governo atual apresenta o agricultor familiar como um dos principais agentes motores para o desenvolvimento deste segmento.

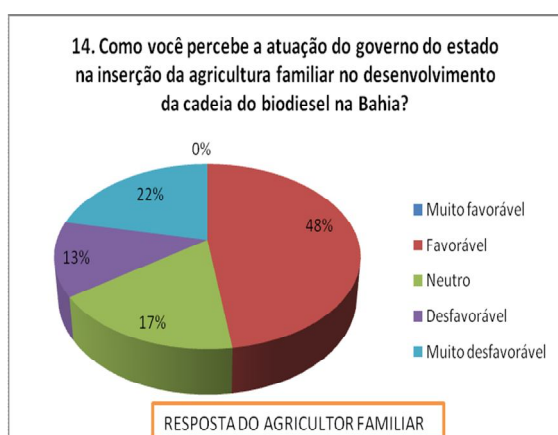


FIGURA 39: RESPOSTA 14 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.

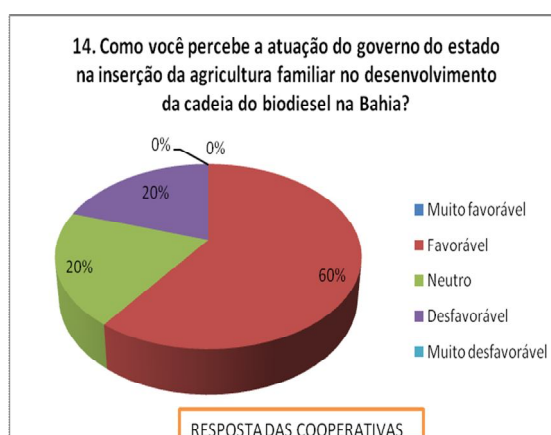


FIGURA 40: RESPOSTA 14 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Quando perguntados sobre como percebem os investimentos públicos feitos pelo governo do estado visando o fomento do biodiesel com a agricultura familiar, os agricultores familiares indicaram o percentual de 39% como muito desfavorável, 30% como desfavorável, 26% como neutro, apenas 4% como favorável e 0% como muito favorável. Já as cooperativas apresentaram 40% como desfavorável, e 20% como muito desfavorável, neutro e favorável, conforme as figuras 41 e 42.

Os agricultores familiares indicam que os investimentos públicos feitos pelo governo do estado visando o fomento do biodiesel com a agricultura familiar é considerado prioritariamente como muito desfavorável, desde que este item concentrou o maior percentual de respostas, inclusive com tendência de respostas nos itens desfavorável e neutro, do mesmo modo a avaliação das cooperativas retrata que este aspecto não está sendo bem observado pelo governo, pois as mesmas apresentam uma percepção atrelada majoritariamente por resposta com atuação desfavorável.

Certamente que o esforço do governo estadual visando o fomento do biodiesel não será percebido como ele é apresentado, devido ao “ruído” que existe na comunicação (ver figura 05). Todavia, dada a concentração de respostas, o resultado demonstra que os investimentos públicos na área estão prioritariamente muito desfavorável e desfavorável.

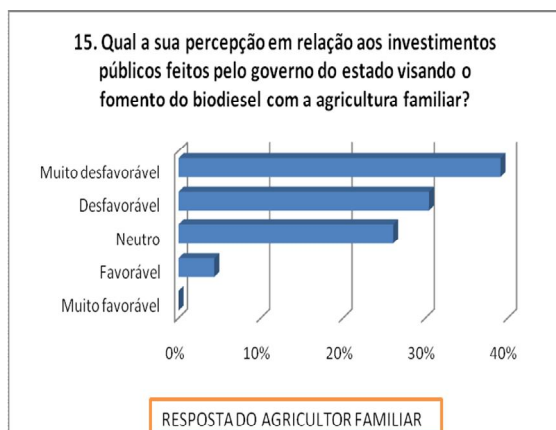


FIGURA 41: RESPOSTA 15 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.



FIGURA 42: RESPOSTA 15 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Diante do questionamento sobre como os entrevistados percebem o volume de investimentos atuais do governo do estado para apoiar o financiamento da produção familiar e do biodiesel, os agricultores familiares apontaram 61% como muito desfavorável, 22% como desfavorável, 13% como favorável, 4% como neutro e apenas o item muito favorável não foi citado. No caso das cooperativas, as mesmas apontaram 40% como neutro e 20% como muito desfavorável, desfavorável e favorável, e do mesmo modo, não cita o item muito favorável, conforme as figuras 43 e 44.

A percepção dos agricultores familiares diante do volume de investimentos atuais do governo do estado para apoiar o financiamento da produção familiar e do biodiesel é considerada como muito desfavorável, no entanto, esta percepção não é confirmada pelas cooperativas. Para as mesmas, o volume de investimentos para o apoio da produção familiar e do biodiesel no estado da Bahia é neutro.

Este resultado se dá pelo baixo volume de recursos disponibilizados pelos bancos para o financiamento da produção. De outro lado, ainda existe uma grande burocracia para os pequenos agricultores conseguirem crédito, além disto, a

dificuldade é ampliada quando este agricultor já está comprometido com outro financiamento de uma safra anterior.

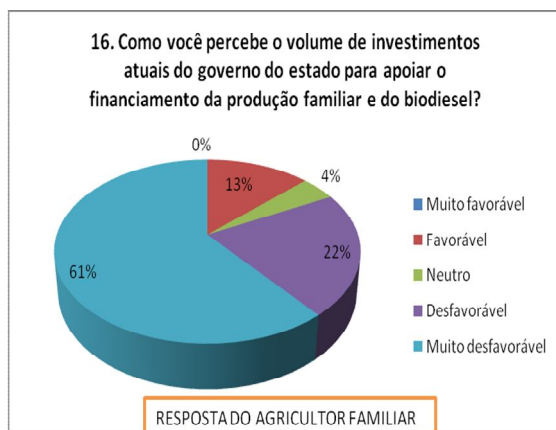


FIGURA 43: RESPOSTA 16 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.



FIGURA 44: RESPOSTA 16 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Quando perguntados sobre como percebem a atuação do governo do estado em garantir o cumprimento das leis trabalhistas na agricultura familiar, os próprios agricultores familiares indicaram o percentual de 57% como neutro, 39% como desfavorável, 4% como muito desfavorável, e 0% como favorável e como muito favorável. No caso das cooperativas, elas apresentaram 40% como favorável e neutro, e 20% como muito desfavorável, os itens muito favorável e desfavorável não foram citados, conforme as figuras 45 e 46.

Não existe similaridade entre a percepção dos agricultores familiares e a das cooperativas de agricultores familiares no que tange a atuação do governo do estado em garantir o cumprimento das leis trabalhistas na agricultura familiar. Pois, enquanto os agricultores concentraram as respostas no neutro com tendência ao item desfavorável, as cooperativas indicaram apenas os itens favorável e neutro, com tendência ao muito desfavorável.

É percebido que a agricultura familiar não sofre alegações diretas diante das leis trabalhistas, principalmente pelo fato de que nela estão contidas pessoas da mesma família trabalhando para si, com o objetivo de garantir a sua subsistência. Contudo, é importante que o Governo fiscalize as propriedades em que pode haver trabalho escravo, ou que atuem com a exploração do trabalho infantil.



FIGURA 45: RESPOSTA 17 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.



FIGURA 46: RESPOSTA 17 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Com o questionamento sobre como os entrevistados percebem a atuação do governo do estado na garantia das leis ambientais na produção de oleaginosas para o biodiesel, os agricultores familiares apontaram 39% como favorável e neutro, 17% como muito desfavorável, 4% como desfavorável, e 0% como muito favorável. Já as cooperativas apontaram 40% como favorável e neutro, 20% como desfavorável, e 0% como muito favorável e muito desfavorável, conforme as figuras 47 e 48.

Neste caso, tanto os agricultores familiares como as cooperativas demonstram que em sua grande maioria, que a percepção deles diante da atuação do governo do estado na garantia das leis ambientais na produção de oleaginosas para o biodiesel está baseada como favorável e neutro, contudo, enquanto as cooperativas apresentam tendência para o desfavorável, a percepção do agricultor familiar indica inclinação para o muito desfavorável.

Estas respostas indicam que não há uma forte atuação do Governo visando orientar os agricultores quanto à existência de leis ambientais focadas neste segmento, em conseqüência fica explícito que do mesmo modo não há fiscalização quanto ao cumprimento de aspectos ambientais na produção de oleaginosas para o biodiesel.

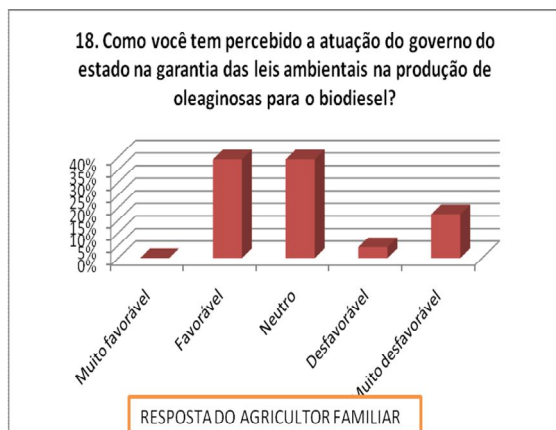


FIGURA 47: RESPOSTA 18 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.

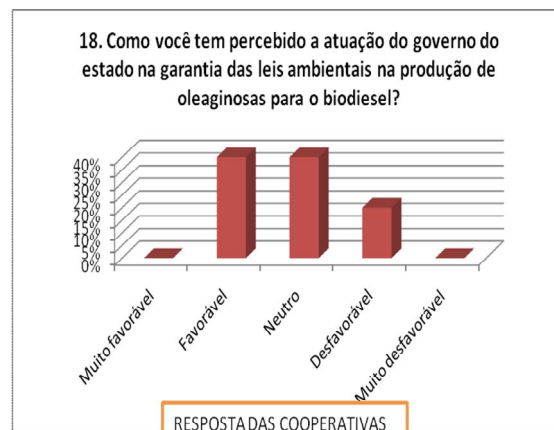


FIGURA 48: RESPOSTA 18 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Quando perguntados sobre como percebem a atuação do governo do estado no desenvolvimento de pesquisa e extensão visando à minimização dos gargalos da produção da agricultura familiar voltada à produção de biodiesel, os agricultores familiares indicaram o percentual de 30% como favorável e desfavorável, 22% como neutro, 17% como muito desfavorável, e 0% como muito favorável. Já as cooperativas apresentaram 40% como favorável e neutro, 20% como muito desfavorável, e 0% como muito favorável e desfavorável, conforme as figuras 49 e 50.

Ao passo que as respostas sobre a percepção dos agricultores familiares estão divididas entre favorável e desfavorável, com citação do neutro e tendência ao muito desfavorável, as cooperativas dividem as opiniões apenas nos itens favorável e neutro, com tendência ao muito desfavorável. Assim, é possível verificar que não existe centralidade nas respostas de ambos os tipos de entrevistados, mas é possível perceber que os itens favorável, neutro e desfavorável foram privilegiados.

Os resultados encontrados indicam que ainda há muito que avançar em relação à atuação do Governo no desenvolvimento de pesquisa e extensão visando à minimização dos gargalos de produção, pois a partir deste item será possível indicar melhores técnicas de plantio, de espaçamento, a indicação de novos cultivares, de novas variedades de sementes e principalmente de melhores tipos de consórcios com alimentares, desde que além da finalidade de comercialização das oleaginosas, o agricultor familiar necessita da agricultura de subsistência.



FIGURA 49: RESPOSTA 19 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.

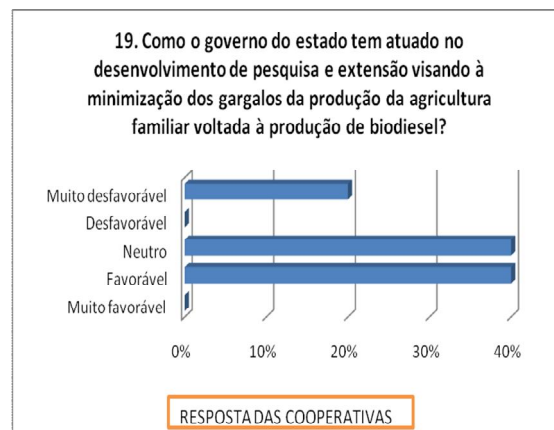


FIGURA 50: RESPOSTA 19 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Quando verificada a representatividade dos entrevistados, a partir das cidades que pertencem à região e ao Pólo de Biodiesel de Irecê, foi verificado que existe representatividade de agricultores familiares de todas as cidades da região, com prevaência da cidade de Ibititá e da própria Irecê. No caso das cooperativas, existe representatividade apenas das cidades de Irecê, Central e Lapão. Conforme as figuras 51 e 52.

É possível verificar que os agricultores familiares da região são muito participativos e se deslocam de todas as cidades para as reuniões do Pólo de biodiesel do MDA. No caso das cooperativas, existe uma participação ativa, porém não existem cooperativas de agricultores familiares em todas as cidades avaliadas.

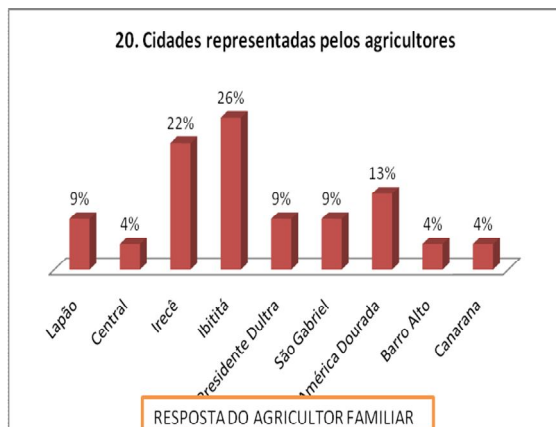


FIGURA 51: RESPOSTA 20 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.

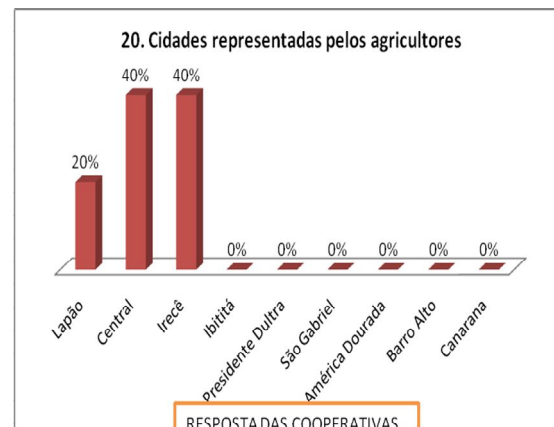


FIGURA 52: RESPOSTA 20 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

A idade média dos agricultores familiares entrevistados foi de 41 anos. Já a idade média dos representantes das cooperativas de agricultores familiares é de 50

anos. Assim, é possível perceber que a idade média dos representantes das cooperativas é maior que a do agricultor familiar, conforme as figuras 53 e 54.

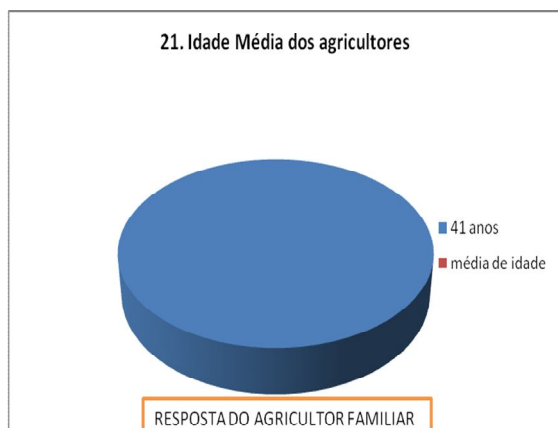


FIGURA 53: RESPOSTA 21 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.



FIGURA 54: RESPOSTA 21 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Todos os agricultores familiares participantes das reuniões do Pólo de Biodiesel de Irecê são do gênero masculino, conseqüentemente todos os entrevistados foram do mesmo gênero. Deste modo, fica evidente a falta da participação feminina nas reuniões que dizem respeito ao biodiesel na região. Conforme as figuras 55 e 56.

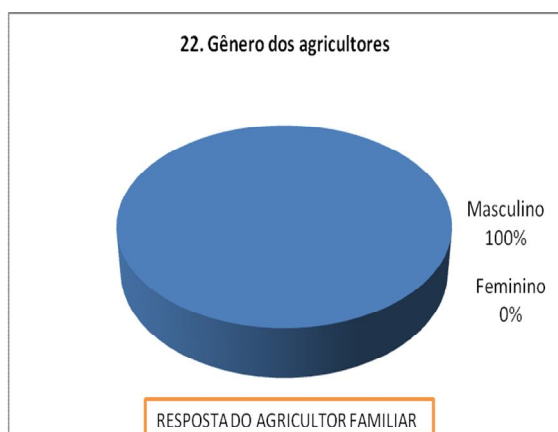


FIGURA 55: RESPOSTA 22 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.



FIGURA 56: RESPOSTA 22 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao nível de escolaridade dos entrevistados, foi avaliado que 78% dos agricultores familiares possuem o 2º grau, 18% possuem nível superior, apenas 4% possuem o nível primário, e 0% possui o 1º grau. Já os representantes das

cooperativas indicaram que 50% possuem o 2º grau, 25% possuem o nível superior e o nível primário, e 0% indicou ter o 1º grau, conforme as figuras 57 e 58.

O resultado dos dados de escolaridade mostrou-se surpreendente, na medida em que grande parte dos agricultores familiares informou ter o 2º grau, e principalmente pela existência de um maior número de pessoas com nível superior do que com o 1º grau e o primário. No caso das cooperativas, estes valores também foram representativos e seguiram a mesma tendência.

Como o nível de escolaridade observado na região é relativamente alto para os padrões da agricultura familiar, é importante que o Governo avalie o discurso, ou conteúdo da comunicação, pois conforme indicado por Sant'Anna (2002) somente com a identificação do público-alvo é que se devem tomar as medidas necessárias para aplicação das estratégias de percepção.

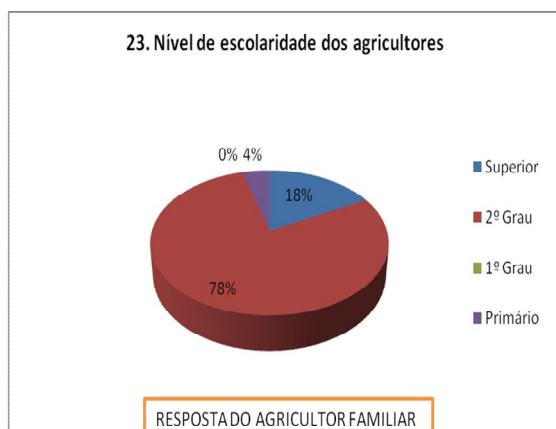


FIGURA 57: RESPOSTA 23 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.

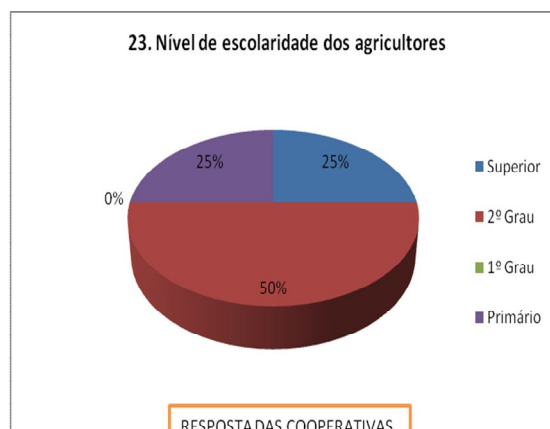


FIGURA 58: RESPOSTA 23 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Quando questionados sobre se participavam de cooperativas e ou associações ligadas à agricultura familiar, os agricultores entrevistados indicaram que 69% era cooperado, 22% informaram que não, e 9% não respondeu. No caso das cooperativas, 100% era cooperado, conforme as figuras 59 e 60.

Com estes resultados é possível perceber que os agricultores familiares da região são mobilizados e fazem parte de cooperativas e ou associações.

Como geralmente quem faz parte de sindicatos e movimentos sociais são mais organizados, politizados e possuem maior poder de argumentação é

necessário que as ações de comunicação do governo sejam demonstradas a partir dos projetos que já foram efetivamente implementados.

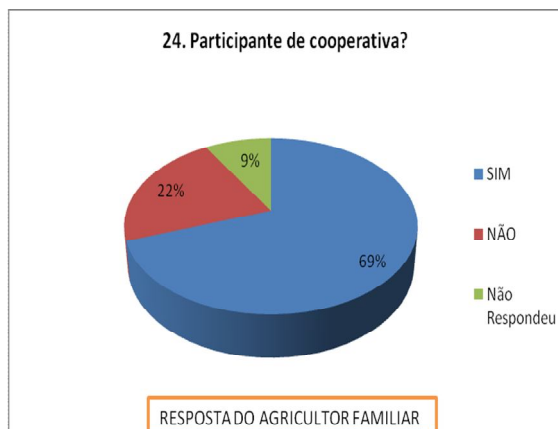


FIGURA 59: RESPOSTA 24 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.



FIGURA 60: RESPOSTA 24 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Entre os agricultores entrevistados 100% indicaram pertencer à classe de agricultor familiar. Já os representantes das cooperativas de agricultura familiar avaliados indicaram ter a seguinte função: 40% presidente de cooperativa, 20% presidente de sindicato, 20% diretor de cooperativa, e 20% gerente de agricultura, conforme as figuras 59 e 60.

Com este resultado verifica-se a ótima representatividade dos entrevistados da pesquisa, na medida em que de um lado todos são agricultores familiares e do lado das cooperativas, existe representação de todos os membros da liderança.



FIGURA 61: RESPOSTA 25 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.

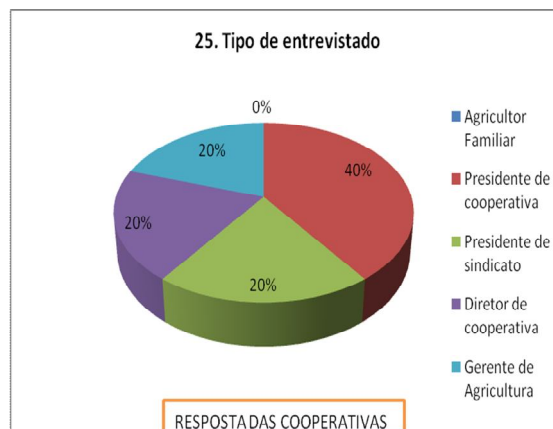


FIGURA 62: RESPOSTA 25 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Quando questionados se já receberam subsídios ou incentivos para o plantio de oleaginosas ligadas ao biodiesel, 48% dos agricultores familiares indicaram que não, 35% disseram que sim, e 17% não responderam. Entre as cooperativas, 60% não responderam, e 40% informaram que não, conforme as figuras 63 e 64.

Dados os percentuais apresentados, fica demonstrado que a maior parte dos agricultores familiares entrevistados não recebeu subsídios ou incentivos para o plantio de oleaginosas ligadas ao biodiesel.

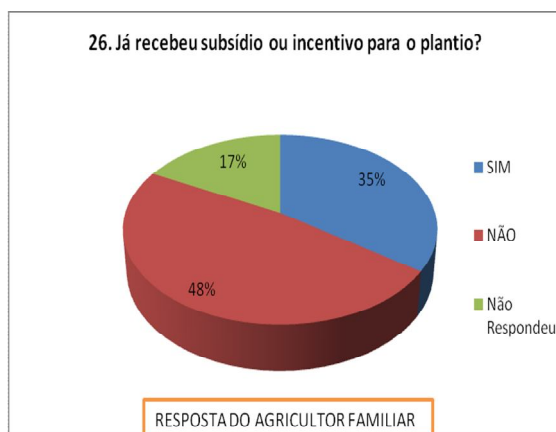


FIGURA 63: RESPOSTA 26 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.

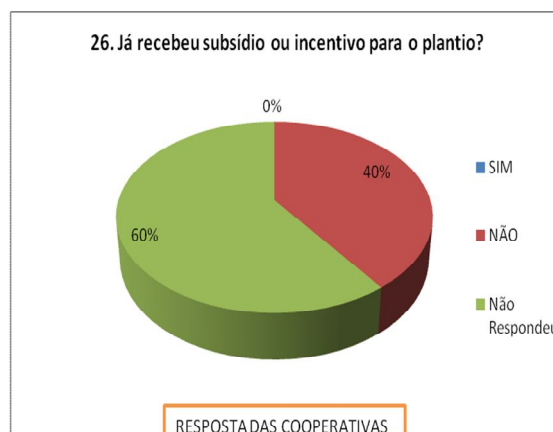


FIGURA 64: RESPOSTA 26 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Com o questionamento sobre o nível de renda dos entrevistados, 48% dos agricultores familiares apontaram receber de 1 a 3 salários mínimos, 35% não responderam, 13% indicaram renda de 4 a 7 salários mínimos e 4% citaram a renda de 8 a mais salários mínimos. Já os representantes das cooperativas apontaram que 40% recebem de 1 a 3 salários mínimos, 20% indicaram renda de 4 a 7 salários mínimos, 20% renda de 8 a mais salários mínimos, e 20% não responderam, conforme as figuras 65 e 66.

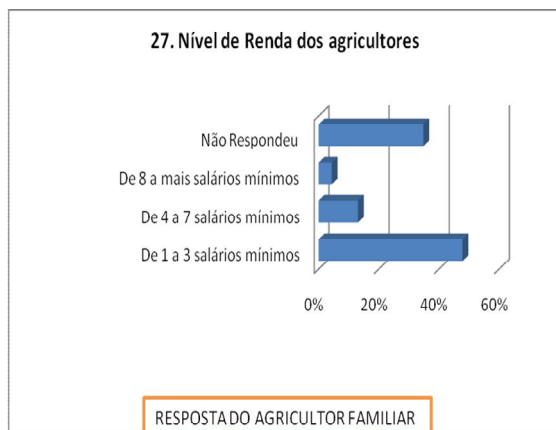


FIGURA 65: RESPOSTA 27 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.



FIGURA 66: RESPOSTA 27 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Diante do questionamento sobre que tipo de oleaginosa é cultivada pelos entrevistados, os agricultores familiares apontaram que 83% é mamona, e 17% não respondeu. No caso das cooperativas, 80% não responderam, e 20% indicaram a mamona, conforme as figuras 67 e 68.

É possível confirmar que o Pólo de Biodiesel de Irecê é constituído fundamentalmente pela mamona como oleaginosa utilizada para a geração de biodiesel.

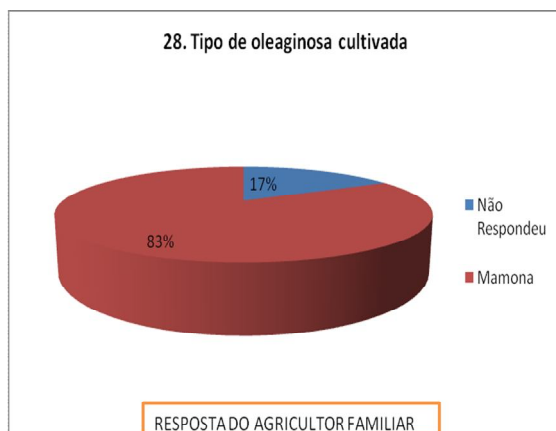


FIGURA 67: RESPOSTA 28 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.



FIGURA 68: RESPOSTA 28 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

Quando questionados sobre se fazem consórcio de oleaginosas com alimentares, os 78% dos agricultores familiares indicaram que sim, 18% não responderam, e apenas 4% indicaram que não fazem o consórcio. 60% dos representantes das cooperativas não responderam, 20% informaram que sim, e 20% disseram que não fazem o consórcio com alimentares, conforme as figuras 69 e 70.

No caso dos agricultores familiares, verifica-se a importância que é dada ao consórcio com alimentares, desde que os mesmos necessitam dos alimentos para sua subsistência. Já entre os representantes das cooperativas a maior parte dos entrevistados não respondeu a este item.

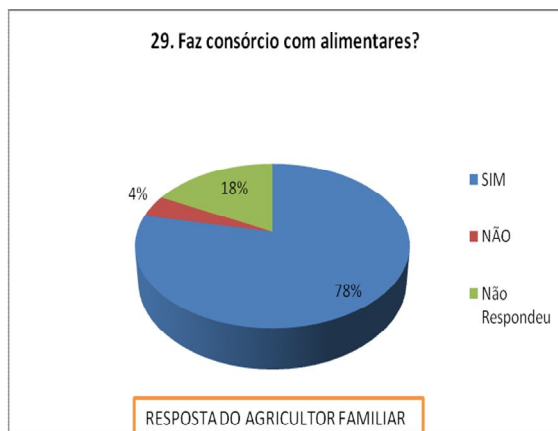


FIGURA 69: RESPOSTA 29 – AGRICULTOR FAMILIAR
Fonte: Elaboração própria.



FIGURA 70: RESPOSTA 29 – COOPERATIVAS
Fonte: Elaboração própria.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho se propôs compreender a percepção que os agricultores familiares possuíam diante as políticas públicas do Governo do Estado, voltadas para o fomento do biodiesel. Pois, sabe-se que o êxito de projetos políticos estão vinculados a um processo de verificação de sua aplicabilidade, e neste estudo de caso, a proposta sugerida foi a verificação da percepção.

Para evidenciar a cadeia de estruturação do biodiesel do Governo Federal junto aos agricultores familiares, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA desenvolveu os Pólos de Biodiesel do Brasil. No caso específico da Bahia, estas regiões foram caracterizadas dentro do conceito dos Territórios de Identidade.

Como forma de estratificar a percepção da população de Pólo de Biodiesel, foi realizada a avaliação dos agricultores familiares rurais e representantes de cooperativas e associações que fazem parte do Grupo de Trabalho, do Pólo de biodiesel da região de Irecê, Bahia.

A pesquisa foi realizada tendo como base inicial o arcabouço regulatório federal, que dá sustentação para o macro desenvolvimento do biodiesel no país. A partir daí, foi construído um referencial teórico sobre os pilares dos conceitos de posicionamento e percepção, ambas ferramentas do marketing e da comunicação, com a finalidade de verificar o posicionamento do Governo do Estado a partir das suas políticas públicas e projetos destinados ao desenvolvimento do biodiesel.

Complementarmente, foi analisada a percepção dos agricultores familiares diante dos principais itens apontados como base da cadeia produtiva do biodiesel na Bahia, como forma de avaliar a relação da participação do agricultor familiar na cadeia de produção do biodiesel.

Os resultados obtidos demonstraram que os dados apresentados estão de acordo com as referências citadas e com as abordagens já realizadas. A partir das entrevistas com os agricultores familiares, foi possível verificar o nível de consonância entre o posicionamento do Governo e a percepção dos agricultores.

O primeiro passo já foi dado, que é o levantamento do quadro com a situação atual da percepção sobre as políticas públicas para o fomento do biodiesel do estado, onde as dificuldades e potencialidades foram identificadas, e são objetos deste trabalho. A partir daí, o Estado terá um panorama que permitirá a ele traçar

um plano de ação institucional no que se refere à concretização na prática do seu posicionamento em consonância com a percepção dos agricultores familiares.

A correta interpretação e o adequado uso das propostas, aqui apresentadas, certamente poderão ajudar a compor mais eficientemente os objetivos das políticas públicas necessárias para o bom desempenho político dos programas voltados para o desenvolvimento do biodiesel na Bahia, em consonância com a percepção da população, de todos os níveis e regiões do Estado.

5.1 Cenário dos Resultados no Brasil

A criação do mercado de biodiesel no Brasil é resultado de uma política pública do governo federal que tem como objetivo garantir a implementação, de forma sustentável, tanto técnica como economicamente, da produção e do uso desse combustível, limpo e renovável, em todo território nacional.

Apesar de possuir fatores climáticos, geográficos e vasta extensão territorial, o Brasil depende, sobretudo, de investimentos em pesquisa, infra-estrutura, logística e políticas públicas favoráveis para que se torne efetivamente uma potência energética mundial cujas bases são as fontes de energias renováveis.

As pesquisas em biotecnologia deverão auxiliar o aumento da produtividade, além de buscar a melhoria do processamento e o aumento da eficácia das fontes energéticas por via das inovações tecnológicas. Entretanto, faz-se necessário a implementação de ações conjuntas entre os governos e iniciativa privada para que sejam desenvolvidas pesquisas, estudos e transferência de tecnologia, visando abranger os seguintes fatores:

- Aproveitamento integral da biomassa para fins energéticos;
- Substituição de fontes de energias não-renováveis.
- Adensamento energético de áreas;
- Tecnologias de alcance social que integram comunidades de baixa renda na cadeia energética;

Contudo, tais ações podem se tornar inviáveis se não houver uma relação interdisciplinar a fim de que haja uma sincronia entre os setores de produção agrícola, a indústria, e a academia, utilizando-se dos mais modernos conceitos de

ciência e tecnologia culminando na utilização de energias renováveis, como o biodiesel.

Diferentemente do que vêm ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos, ainda não temos a infra-estrutura necessária, bem como ainda não existe uma política pública consolidada para o biodiesel, a apesar de seu componente de um programa ainda muito jovem e promissor.

As leis ainda são inconsistentes e pouco estimuladoras, do ponto de vista da atração de novos e grandes investimentos. E talvez, por não haver tal clareza na normatização, estabelece-se o receio da iniciativa privada, principalmente no que se refere nas possibilidades de alavancar o setor.

Tendo em vista que atualmente existe a efetivação do B5 na mistura do biodiesel ao diesel, é esperada uma resposta da agricultura familiar, responsável por parcela significativa de matérias-primas adquiridas pelas empresas produtoras de biodiesel. Para tanto, de igual modo, o governo deverá atuar positivamente na construção de políticas que possibilitem o fomento da produção das oleaginosas pela agricultura familiar no Brasil, de modo que se busque saber qual é a percepção dos agricultores familiares diante das políticas apresentadas. No Quadro 41, é possível verificar uma avaliação do segmento de biodiesel no Brasil.

Como sugestão indica-se a formação de um conselho permanente para um planejamento energético, constituído pela administração nas esferas federal, estadual e com a participação de membros das associações de classe para que possam discutir, analisar e propor alterações na legislação existente.

Cabe ressaltar que para que ocorra uma mudança positiva no cenário da cadeia de biodiesel é necessário que haja à formulação e adequada implementação de um planejamento com políticas públicas de fomento voltadas para os agentes/atores participantes da cadeia produtiva, e o agricultor familiar é o primeiro elo desta cadeia.

QUADRO 41: AVALIAÇÃO NACIONAL DO SEGMENTO

<p>01. Características do marco regulatório</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A falta de uma política e, principalmente de um marco regulatório específico para o biodiesel é o principal entrave para o crescimento do segmento. • A obrigatoriedade da adição de 5% de biodiesel ao diesel de petróleo, gerada a partir de janeiro de 2010, foi antecipada em três anos sobre a meta original. Esta ação deveria marcar a emancipação do setor, que hoje é muito dependente do governo, contudo, o cenário demonstra que o segmento ainda não parece ser independente.
<p>02. Questões legais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O aumento da mistura obrigatória de 3% para 5% de biodiesel é bom para o setor, que ganha em escala. No entanto os governos federal e estaduais precisam se preocupar em criar uma legislação que não equipare os produtores eficientes aos não eficientes, que é o que ocorre com os leilões promovidos pela ANP. • A legislação não permite que o produtor venda diretamente às distribuidoras. A Petrobrás é a única autorizada a comprar o produto nos leilões e a vendê-los às distribuidoras. A criação da Petrobrás Biocombustíveis torna a posição da empresa pouco convencional, pois a Petrobrás compra também da própria Petrobrás, fato que causa preocupação entre os produtores.
<p>03. Questões tributárias</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As diferentes alíquotas de ICMS no país afetam os produtores de biodiesel. Afinal é difícil competir com uma empresa instalada em outro estado que cobra menos imposto. • O governo deveria traçar uma meta para que no longo prazo possa reduzir os subsídios ao biodiesel. Pois o caminho a ser seguido pode ser semelhante ao do álcool, que hoje é mais competitivo que a gasolina sem contar com o apoio do governo.

04. Questões institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • O Programa Nacional de Biodiesel ainda está excessivamente centralizado nas mãos do governo. Além disso, o preço-teto é fixado pelo governo, via ANP. • A atuação da Petrobrás Biocombustíveis ainda é vista com receio pelo mercado, principalmente pela preocupação de que não aconteça com o segmento o mesmo que ocorre com o refino de petróleo: um monopólio por parte da estatal.
05. Investimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Embora a capacidade de produção instalada tenha crescido no último ano, o interesse por novos investimentos vem diminuindo. A falta de planejamento para o segmento de biodiesel e a excessiva dependência do óleo de soja fazem os investidores pensarem duas vezes antes de aceitar o risco.
06. Desafios	<ul style="list-style-type: none"> • O país precisa investir em alternativas reais à soja. Uma das opções é replicar o exemplo da Agropalma no Pará. Lá a empresa vem aproveitando áreas degradadas para o plantio de palma visando à produção do biodiesel. • É preciso melhorar e racionalizar o sistema de distribuição do biodiesel. Hoje o Brasil conta com poucos pontos de fornecimento. Por isso, que as metas de adição do biodiesel ao diesel de petróleo poderiam ser regionalizadas, no sentido de driblar os altos custos de distribuição num país de dimensões continentais.

Fonte: Elaboração própria.

5.2 Cenário dos Resultados na Bahia

Entende-se que as políticas públicas voltadas para produção de biodiesel na Bahia são desenvolvidas com vistas principalmente no ganho dos aspectos sociais, com a geração de novos postos de trabalho, desconcentração da renda, diminuição do êxodo rural, o crescimento regional e o desenvolvimento local.

Cabe avaliar que a produção de biodiesel na Bahia promove o desenvolvimento dos aspectos econômicos, gerados por novos componentes de

demanda da produção agroindustrial, provoca um grande impacto positivo na balança comercial do estado, passando pelos ganhos ambientais, e pela atração de novos negócios que rodeiam o ciclo da cadeia produtiva.

Além do envolvimento com ações relativas às questões sociais, os programas de bioenergia da Bahia inserem o fomento ao biodiesel como alternativa mais limpa, para utilização de novas fontes de energia renováveis para uma nova matriz energética do Estado.

A Bahia possui diversidade edafo-climática adequada para o plantio da mamona, dendê, girassol e amendoim, sendo necessário estimular o desenvolvimento de novas práticas de cultura das oleaginosas, como espaçamento, época de plantio, e principalmente o incentivo para o cultivo das oleaginosas em sistema de consórcio pela agricultura familiar.

Como existe a utilização da mesma área para sucessivos plantios, há de se ampliar recursos para pesquisas para o desenvolvimento novos processos de produção, pois existem poucas pesquisas de melhoramento genético das oleaginosas, visando especificamente aumentar a produtividade e o rendimento do óleo para biodiesel.

Para isso é importante que seja implantada uma ação imediata e eficaz de consórcio das matérias-primas e alimentares, possibilitando o aumento da oferta de oleaginosas necessária para produção de biodiesel e também de alimentos, desde que além da necessidade de produção, o agricultor familiar necessita da agricultura de subsistência.

As matérias-primas devem ser adequadas às características e potencialidades locais, respeitando a tradição dos plantios, o conhecimento dos agricultores e as condições do clima da região, aliados a uma política de assistência técnica rural. Alguns exemplos de como ampliar os recursos para o agricultor familiar é o desenvolvimento de tecnologias para detoxificação da torta da mamona para uso como ração animal, além do aproveitamento da haste do mamoneiro para produção de celulose.

Diferentemente do que se observa nos programas e políticas públicas, foi verificada a existência da reduzida oferta de financiamento e de assistência técnica. Do mesmo modo, observou-se a necessidade de ampliar os preços pagos ao agricultor familiar, pois faltam contratos de garantia de compra ao produtor (garantias de preços mínimos). Com a dificuldade do acesso ao crédito pelos

pequenos produtores rurais é preciso facilitar acesso aos créditos do PRONAF, visando garantir o acesso da agricultura familiar ao mercado do biodiesel.

Outras dificuldades foram encontradas, tais como a precária infra-estrutura viária, que dificulta a articulação entre os elos da cadeia, tornando-se necessário promover maiores estudos de logística para melhorar o *timing* entre o plantio, a produção de biodiesel e o consumidor. Do mesmo modo, ainda não existe uma definição sobre um tipo de sistemática para coleta dos óleos e gorduras residuais nas cidades para produção de biodiesel. Para isso, falta uma ação governamental específica para atração desse tipo de empreendimento.

Para que sejam alcançadas as metas dos programas de desenvolvimento do biodiesel, torna-se premente que as atividades inerentes aos órgãos do Governo do Estado sejam realizadas com presteza de forma articulada e integrada.

A priorização do conjunto de políticas públicas (financiamento, assistência técnica e extensão rural – ATER, de uso da terra e de apoio à comercialização) voltadas à produção de biodiesel a partir da agricultura familiar e dos assentados da Reforma Agrária promoverá a qualificação dos agricultores familiares, haja vista a necessidade da capacitação dos agricultores para manuseio de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais.

A produção de alimentos, a diminuição dos desperdícios energéticos, a eliminação do êxodo rural numa política estratégica de Estado, com metas de curto, médio e longos prazos são os grandes desafios para o desenvolvimento do biodiesel na Bahia. Assim, é esperado que a produção do biodiesel na Bahia, além de possibilitar a diminuição das disparidades sócio-econômicas regionais e o aumento da distribuição de renda no campo, também, promoverá melhorias nas condições de vida do agricultor familiar, e conseqüentemente o aumento da renda rural.

Com relação às políticas públicas foi possível concluir que para o crescimento da competitividade da cadeia produtiva de biodiesel, é preciso a adequação e reformulação das diretrizes e políticas existentes com destaque às reformas pleiteadas pelos agricultores familiares quanto aos elos da cadeia produtiva do biodiesel. No Quadro 42, é demonstrada uma avaliação do segmento de biodiesel no Estado da Bahia.

Com isso, é possível concluir que realmente os agricultores familiares estão inseridos no programa de biodiesel do estado, contudo, que diferentemente do posicionamento indicado pelo governo, as ações de fomento nos seus diversos elos

da cadeia produtiva não chagam até os mesmos com uma percepção muito favorável.

O grande desafio é construir um conjunto de políticas públicas que indique o desenvolvimento do biodiesel, incluindo os pequenos agricultores familiares num projeto integrado com a produção de alimentos, de forma economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta.

QUADRO 42: AVALIAÇÃO ESTADUAL DO SEGMENTO

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">01. Características do marco regulatório</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Há necessidades de mudanças no marco regulatório e alteração na legislação será uma consequência, se o ajuste voltado para o incentivo da produção ao nível da agricultura familiar não for dado. • Os programas destinados a produção de biodiesel na Bahia são bons do ponto de vista da indicação das áreas de atuação necessárias para o seu desenvolvimento. • Apesar de existirem programas diferentes sobre alguns aspectos da cadeia produtiva do biodiesel, os mesmos são complementares. A exemplo do Bahiabio que é um programa mais amplo, voltado para o desenvolvimento da produção, já o Biosustentável é destinado a atenção dos agricultores familiares e os aspectos que permeiam a agricultura.
---	--

02. Questões legais	<ul style="list-style-type: none">• Atualmente não está ocorrendo à aplicação efetiva dos recursos orçados pelos programas de biodiesel. No governo vigente o resultado operacional teve apenas a efetivação de menos de 10% dos recursos orçados.• É percebido que a necessidade do governo estadual criar regulamentações para organizar o mercado interno para o produtor e para o consumidor final.• Concessão dos incentivos estabelecidos nos Termos de Parceria firmados entre o Estado e o empreendedor.• Concessão das licenças ambientais necessárias à implementação dos diversos projetos executivos.• Concessão das outorgas de utilização de água nos processos agrícolas e industriais.
03. Questões tributárias	<ul style="list-style-type: none">• Ainda se faz necessária a criação de leis e políticas voltadas para o apoio e o incentivo fiscal do governo, no qual a redução nos impostos irá desencadear uma produção mais lucrativa. Devem-se ampliar os incentivos fiscais para as empresas que promoverem ampliação da suas plantas industriais, bem como novos incentivos devem ser disponibilizados com a função de atrair novos investimentos para o Estado.

04. Questões institucionais	<ul style="list-style-type: none">• Há necessidade de estimular ações e pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novas tecnologias destinadas a cadeia produtiva do biodiesel.• O mau aparelhamento dos órgãos de gestão da atividade agrícola e extensão rural, que por atuar com verbas limitadas, não conseguem cumprir sua função de incentivar as novas culturas para a produção de matéria-prima.• A oferta de matéria-prima no estado é insatisfatória para a demanda das plantas industriais hoje instaladas na Bahia e isto pode se ampliar com a perspectiva de atração de novas plantas.• É importante ressaltar que a Petrobrás está exercendo um papel que deveria ser do Estado, pois a empresa esta atuando na distribuição de sementes para os agricultores. Porém, a Petrobrás é uma empresa de energia e não uma fundação de apoio ao agricultor familiar.
05. Investimentos	<ul style="list-style-type: none">• É necessário investimentos na estrutura voltada para a adequação dos sistemas de produção vigentes, devido à reduzida oferta de sementes de cultivares melhorada geneticamente.• Além de sementes e insumos é necessário oferecer assistência técnica de qualidade para aumentar a produtividade desses cultivares.• Necessidade de implantação da infra-estrutura necessária à logística de escoamento da produção.• Mesmo com o amplo potencial para o desenvolvimento da tecnologia de cultivo, a Bahia ainda carece de investimentos na área de pesquisa, principalmente no que diz respeito aplicação da tecnologia na prática, o que dificulta o aumento da produtividade, a aplicação da biomassa restante da extração do óleo e a agregação de valor à cadeia de produção.

06. Desafios	<ul style="list-style-type: none">• Organizar a cadeia produtiva do biodiesel, vencer os gargalos tecnológicos, fortalecer a agricultura familiar e consolidar o estado na produção de biocombustíveis, aumentando a diversificação da sua matriz energética• Inserir os agricultores familiares na base de produção e de beneficiamento das culturas fornecedoras de óleos para fins de biodiesel.• O governo do estado da Bahia deve buscar estabelecer mais articulações junto a instituições governamentais, empresariais e sociedade, para superar esses desafios e consolidar a cadeia produtiva do biodiesel, fortalecendo sistemas integrados de produção de energia alternativas renováveis e alimentos em um contexto sustentável e incluyente, priorizando políticas com foco no desenvolvimento tecnológico e na agricultura familiar.
---------------------	--

Fonte: Elaboração própria.

REFERÊNCIAS

ACCARINI, José Honório. **Competitivo e sustentável**. Biodieselbr, Ano 2. N°12, Curitiba: 2009.

AGÊNCIA BRASIL. **Biodiesel no contexto da economia 2007**. Disponível em:<www.biodieselecooleo.com.br>. Acesso em 07/01/2009.

_____. **Estudo destaca avanços socioeconômicos no Nordeste, mas pede revisão de políticas públicas**. 2009. Disponível em:<<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/07/29/materia.2009-07-29.8563407407/view>>. Acesso em: 28/08/2009.

ALMEIDA, Cezar Menezes. *Et al.* **Apropriação dos recursos naturais e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel**. Bahia Análise e Dados Salvador, vol. 16, nº 1, p. 79-88, jun. 2006. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/energias_alternativas/06_apropriacao_recursos.pdf>. Acesso em: 01/12/2006.

ALMEIDA, NETO, J. A. et al. **Projeto Bio_Combustível**: processamento de óleos e gorduras vegetais in-natura e residuais em combustíveis tipo Diesel. In: Encontro de Energia no Meio Rural. 2. AGRENER Campinas NIPE / UNICAMP, 2004. Disponível em:<www.anp.gov.br>. Acesso em: 10/01/2009.

_____. **Balço energético de ésteris metílicos e etílicos de óleo de mamona**. Ilhéus: Editus-UESC, 2005

ANCIÃES, Adolfo Wanderley coord. **Avaliação tecnológica do álcool etílico**. Brasília: CNPq, 1979.

ANDRADE, Renata M. T.; MICCOLIS, Andrew. **Biodiesel na Amazônia**. Disponível em: <http://www.riosvivos.org.br/arquivos/site_noticias_425507955.doc>. Acesso em: 16/12/2009.

ANDRADE, Telma C. Q. **Oleaginosas para Produção de Biodiesel no Estado da Bahia a partir da Agricultura Familiar**. II Congresso da Rede Baiana de Bicompostíveis. Itabuna: 2008.

_____. **Entrevista concedida pessoalmente**. Realizada no dia 13/10/2009. Salvador, Bahia, 2009.

_____. **Apresentação realizada no BAHIA TEC**: feira de tecnologia e simpósio internacional de inovação. Realizada no dia 19/11/2009. Bahia Othon Palace Hotel Salvador, Bahia, 2009.

ANP (2007). Disponível em:<www.anp.gov.br>. Acesso em: 28/08/2008.

BAHIA, Governo da. **Balanco energético 2005**: série 1980-2004. Salvador: Secretaria de Infra-Estrutura. Coordenação de Desenvolvimento Energético, CODEN, 2006. Disponível em: <www.biodiesel.gov.br/bahia>. Acesso em: 07/01/2009.

_____. **Guia do Investidor**: Produção de Biodiesel na Bahia. Probiodiesel Bahia. Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECTI, Revisado. Salvador: 2006.

_____. **Programa Estadual de Bioenergia**: Bahiabio. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, Revisado. Salvador: 2008.

BARROSO. Ana C.; ALVES. Luiz B. **O biodiesel na matriz energética do Brasil: uma análise das externalidades**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco: 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/297.pdf>>. Acesso em: 18/08/2009.

BIODIESELBR. **Agricultura Familiar, Emprego e o Lado Social do Biodiesel**. 2009. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/biodiesel/social/aspectos-sociais.htm>>. Acesso em: 22/10/2009.

_____. **Banco do Brasil e BNB**. Disponível em: <<http://www.biodieselrevista.com/001/a-senha-do-cofre2.htm>>. Acesso em: 16/12/2009.

_____. **Governo estuda aumentar mistura de biodiesel em 2009 para 4%**. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/noticias/biodiesel/governo-estuda-aumentar-mistura-biodiesel-2009-02-02-09.htm>>. Acesso em: 27/11/2009.

_____. **Proposta de alterações na Instrução Normativa do Selo Combustível Social**. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/destaques/2008/proposta-alteracoes-instrucao-normativa-selo-combustivel-social-04-11-08.htm>>. Acesso em: 23/11/2009.

BOGER, Fernanda G. Responsabilidade Corporativa: a dimensão ética, social e ambiental na gestão das organizações. In: JUNIOR, Alcir Vilela; DEMAJOROVIC, Jacques (organizadores). **Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental**: desafios e perspectivas para as organizações. São Paulo: Senac, 2006.

BONOMA, Thomas V. **Case Research in Marketing**: Opportunities, Problems, and Process. Journal of Marketing Research, Vol XXII, May 1985.

BRASIL, Governo do. **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Casa Civil da Republica Federativa do Brasil, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326>. Acesso em: 01/10/2009.

BRASIL ECODIESEL, 2009. Disponível em: <<http://usinasbr.blogspot.com/2008/04/brasil-ecodiesel-iraquaraba.html>>. Acesso em: 19/12/2009.

BUSCHINELLI, C.C.A; et. al. **Avaliação Socioambiental da Produção de Oleaginosas e a Inserção no Mercado de Biocombustível no Brasil**. Congresso 2007. Disponível em: <<http://www.biodiesel.gov.br/docs/congresso2007/desenvolvimento/8.pdf>>. Acesso em: 01/09/2009.

CAMPOS, A.; CARMELIO, E. C. **Biodiesel e agricultura familiar no Brasil: resultados sócio-econômicos e expectativa futura**. In: O futuro da indústria: Biodiesel, 2006.

CARNEIRO, Roberto. A. F. **A produção de biodiesel na Bahia**. Conj. & Planej., Setembro. Salvador: SEI, n.112, 2003.

_____. **Entrevista concedida pessoalmente**. Realizada no dia 21/10/2009. Salvador, Bahia, 2009.

CARVALHO, B. C. L. **Informações técnicas para o cultivo do pinhão manso no Estado da Bahia**: Segunda aproximação. Salvador, Bahia, 2007.

CHAGAS, A. T. R. **O questionário na pesquisa científica**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.vrnet.com.br/pauline/docs/instituicoes/textos/O%20Question%E1rio%20na%20pesquisa%20cient%EDfica.pdf>>. Acesso em: 01/09/2009.

DABDOUB, Miguel J., **Conjunturas do Biodiesel**. 2005. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/noticia/?id=17514>>. Acesso em: 05/11/2009.

DÁLIA, Wilson S. **A produção do biodiesel: uma perspectiva para a agroenergia no Nordeste brasileiro**. O Futuro da Indústria: Biodiesel. MDIC-STI/IEL. Brasília: 2006.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. N°1.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

DORNELLES, Ricardo. **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel**, Ministério das Minas e Energias, 2006.

DORRESTEIJN, Hans. et. al. **Empreendedorismo em Negócios Sustentáveis: plano de negócios como ferramenta do desenvolvimento**. 1 ed. São Paulo: Peirópolis, 2005.

DUTRA, Alanna Costa. **Aproveitamento de óleos e gorduras vegetais in-natura e residuais em combustível diesel**. Ilhéus, Ba: UESC (relatório final do PROIINC, 2003).

ENVOLVERDE/INCRA. **PRONAF completa 13 anos**. 2008. Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico/expandir.fbb?codConteudoLog=5668>>. Acesso em: 16/12/2009.

FAEC. **O que é módulo fiscal?**. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?hl=ptR&ei=niw=o+que+significa+modulos+fiscais&spell=1>>. Acesso em: 27/11/2009.

FAVARETO, Arilson; DIAS, Darlene R.; GONÇALVES, Yumi K. **O futuro dos biocombustíveis**: entre incertezas, interesses e instituições. Relatório de pesquisa. UFABC. Santo André, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 6. ed. rev. atualiz. Curitiba: Posigraf, 2004.

FIGUEIREDO, Renata. CEL/Coppead & IBP: **Planejamento Integrado do Sistema Logístico de Distribuição de Combustíveis**, 2005. Disponível em: <www.ibp.org.br>. Acesso em: 26/07/2009.

FILHO ET AL, **A PERCEPÇÃO URBANA**: na ótica infantil. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=conceito+de+percep%C3%A7%C3%A3o&meta=&aq=f&oq=>>. Acesso em: 05/11/2009.

FONTANA, José Domingos. In: MENANI, Rogério; Org. **1º Anuário Brasileiro do Biodiesel**. Monte Alto: Letra Boreal, 2007.

GOLDEMBERG, José; VILLANUEVA, Luz Dondero. **Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

GOLDEMBERG, J. **Energia e as Academias de Ciência**. O Estadão, 2007.

GOODE, W. J. & HATT, P. K. **Métodos em Pesquisa Social**. 3ªed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

HAMACCCHER, S.; LEIRAS, A.; SCAVARDA, L.F. e KRAEMER, V. **Estudo de viabilidade econômica da cadeia produtiva do biodiesel**. Governo do Estado da Bahia, PUC Rio. Rio de Janeiro, 2006.

HERRERA, S. **Subsídios para discussão dos biocombustíveis no Brasil**. Rio de Janeiro: 2007.

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **O Biodiesel**. Disponível em: <<http://www.biodiesel.gov.br>>. Acesso em: 20/02/2009.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Caracterização do Pronaf**. 2007. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 16/12/2009.

ITURRA, A. **Persperctivas da agricultura familiar na agroindústria do biodiesel**: uma proposta de inclusão social. In: SEMINARIO DE POLITICAS PARA O BIODIESEL, Salvador, 2003.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**: A edição do novo Milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

KOTLER, P.; HAIDER, D.; REIN, I. **Marketing Público**: Como atrair investimentos, empresas e turismo para cidades, regiões, estados e países. Tradução Eliane Kanner. São Paulo: Makron Books. 1994.

LOPES, J. S.; BELTRÃO, N. E. de M.; JÚNIOR, J.F.P. **Produção de mamona e biodiesel**: uma oportunidade para o semi-árido. Bahia Agrícola, Bahia, v.7, n°1, 2005.

LUCENA, Thomas Krisp de. **O Biodiesel na Matriz Energética Brasileira**. TCC do curso de Ciências Econômicas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

LUPETTI, Marcélia. **Planejamento de comunicação**. 4.ed. São Paulo: Futura, 2003.

MAQUIAVEL, Nicollò. **O Príncipe**, 1513. Col. A Obra-prima de Cada Autor. 2007.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de Marketing**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MENANI, Rogério; Org. **1º Anuário Brasileiro do Biodiesel**. Monte Alto: Letra Boreal, 2007.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Cartilha do Biodiesel**. Brasília, Jul 2005. Disponível em: <http://www.biodiesel.gov.br/docs/Folder_biodiesel_portugues_paginado.pdf>. Acesso em: 01/12/2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Política Nacional para o Biodiesel**. Salão Nacional dos Territórios Rurais. Brasília: 2006. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0705912581.pdf>>. Acesso em: 11/09/2009.

_____. **Biodiesel: novas regras beneficiam agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/22609>>. Acesso em: 23/11/2009.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Resenha Energética Brasileira**, 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O que é Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=597>>. Acesso em: 14/06/2008.

MERLINO, Tatiana. **Crise do gás evidencia erro estratégico**. Agência Brasil de Fato. Porto Alegre, 08 mai. 2006. Internacional. Disponível em: <http://www2.brasildefato.com.br:8080/v01/agencia/internacional/news_item.2006-05-08.0030813572/?searchterm=nacionaliza>. Acesso em 12/12/2008.

NAE. Cadernos. **Biocombustíveis**. 2008. Disponível em http://www.biodiesel.gov.br/docs/Cadernos_NAE_v.2.pdf. Acesso em 05/01/09.

NASCIMENTO, E. & VIANNA, J.N. (orgs). **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Ed. Garamond: Rio de Janeiro, 2007.

NOVAES, Washington. **Agenda 21**: um novo modelo de civilização. In: TRIGUEIRO, André (coordenador). Meio Ambiente no século 21. 4.ed. – Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2005.

OLIVEIRA, Adilson de. **Petróleo: por que os preços sobem (e descem)?** Disponível em < <http://www.comciencia.br/reportagens/petroleo/pet17.shtml>> Acesso em: 05/03/2009.

OLIVEIRA, Livia de; RIO, Vicente Del. **Percepção Ambiental**: a experiência brasileira. São Carlos: UFSCar, 1999.

OLIVERIO, J.O. **Implantação das Usinas de Biodiesel**. São Paulo, SP, abril de 2005.

ONU, **Protocolo de Quioto à Convenção** - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/doc_quioto.php Acessado em: 14/02/2009.

OKADA, Sionara I.; DE SOUZA, Eliane M. S. **Análise da competitividade do biodiesel no centro-oeste brasileiro**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR • v. 4, n. 4, p. 98-120. Taubaté, SP, Brasil. 2008. Disponível em:< <http://www.rbgdr.net/032008/artigo5.pdf>>. Acesso em: 17/012/2009.

PANZUTTI, Nilce P. M. **De que agricultura familiar estamos falando?** IEA. São Paulo:2005.Disponível em:<<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=3727>>. Acesso em: 01/10/2009.

PARENTE, E. J. S. **Biodiesel**: uma aventura tecnológica num país engraçado. Fortaleza: Unigráfica, 2003.

_____. **Biodiesel no plural**. In: O futuro da indústria: Biodiesel, 2006.

PAULILLO, Luiz Fernando; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas; SHILIDA, Pery Francisco Assis; MELLO, Fabiana Tanoue de. **Álcool combustível e biodiesel no Brasil**: quo vadis? Rio de Janeiro, vol. 45, nº 03, 2007.

PETROBRAS. **Programa Tecnológico de Energias Renováveis**. Disponível em:<http://www2.petrobras.com.br/tecnologia/portugues/programas_tecnologicos/proger.stm> Acesso em: 18/06/2008.

_____. **Usinas de biodiesel ampliam capacidade de produção**. Disponível em:<<http://www.blogspetrobras.com.br/fatosedados/?p=12472>> Acesso em: 19/12/2009.

PINHO, J.B. **Comunicação em marketing**: Princípios da comunicação mercadológica. Campinas: Papiros, 2001.

PORTAL DA CIDADANIA. **Redes Temáticas de ATER: Biodiesel.** Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/biodiesel/one-community?page_num=0>. Acesso em: 16/12/2009.

_____. **Descrição do Projeto Pólos de Biodiesel** Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/biodiesel/contents/photoflow-view/index?keyword_id=893218>. Acesso em: 16/12/2009.

PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BODIESEL. **O Biodiesel.** Ministério da Ciência de Tecnologia – MCT. Disponível em: <<http://www.biodiesel.gov.br>> Acesso em: 12/04/2008.

QUEIROZ JUNIOR, Gilson de. **O Potencial do Estado da Bahia para a Produção de biodiesel:** Uma Abordagem Técnica e Econômica. Dissertação, Universidade Salvador – UNIFACS, 2007.

REDE BAIANA DE BIOCOMBUSTÍVEIS. **O BODIESEL.** (2007). Disponível em: <<http://www.rbb.ba.gov.br/index.php?menu=obiodiesel>>. Acesso em: 01/06/2007.

_____. **Informativo nº 246:** MDA distribui sementes de girassol para agricultores familiares (2009). Disponível por mailing em: <[daniel.arao@secti.ba.gov.br]>. Acesso em: 04/12/2009.

RECOMENDAÇÕES. **Técnicas para a cultura do milho no estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Fepagro/ Emater/Fecotrigo, 1995.

REGO, F. G. TORQUATO DO. **Estratégias de comunicação nas empresas modernas.** III Congresso brasileiro de comunicação empresarial. São Paulo: Aberje, 1985. Mimeo.

_____. **Marketing político e governamental:** um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação. São Paulo: Summus, 1985.

ROCHA, H. M. **A produção de oleaginosas na Bahia e sua inserção no Programa Biodiesel.** [Salvador]: SEAGRI, [2005]. Apresentação. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/palestra_oleoginosas.pdf> Acesso em: 04/09/2008.

RODRIGUES, Fábio. **O nó na rede:** rede brasileira de tecnologia de biodiesel. In: biodieselbr, ano:1, nº4, Curitiba, 2008.

RODRIGUES, G. S. & CAMPANHOLA, C. **Sistema integrado de avaliação de impacto ambiental aplicado a atividades do novo rural.** Pesquisa Agropecuária Brasileira, v.38(4), 2003.

RODRIGUES, Rodrigo Augusto. **Biodiesel no Brasil:** diversificação energética e inclusão social com sustentabilidade, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2006.

_____. **Perspectivas da produção de alimentos vs biocombustíveis.**
Disponível em: <http://brasil.ilsa.org/NR/rdonlyres/B5936E1F265C/0/Agroenergia.pdf>.
Acesso em 29/11/2007.

ROSENAU, James N. **Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial.**
Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2005.

SANT'ANNA, Armando. **Propaganda: Teoria – Técnica – Prática.** 7. ed. São Paulo:
Pioneira, 2002.

SARKIS, Nicolas. **Bem-vindos ao fim da Era Petróleo.** 2006. Disponível em:
<<http://diplo.uol.com.br/2006-05,a1307>>. Acesso em: 17/08/2009.

SEAGRI. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. **Por que Investir na Bahia?** Disponível em <http://www.seagri.ba.gov.br/investir_na_bahia.asp>. Acesso em: 24/01/2009.

_____. **Mapa dos Territórios de Identidade da Bahia.** Disponível em:
<http://www.seagri.ba.gov.br/mapa_agri_identidade.pdf>. Acesso em 16/11/2009.

_____. **Programa Bio-Sustentável.** Disponível em:
http://www.seagri.ba.gov.br/programa_bio.asp>. Acesso em 18/11/2009.

SEFAZ. Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. **Site Transparência Bahia.**
Disponível em <http://www.sefaz.ba.gov.br/administracao/transparencia_bahia/index_programas.htm>. Acesso em: Dia: 16/11/09

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Biocombustíveis: Potencialidades e Restrições.** Bahia Análise & Dados. v18, n.4. Março. Salvador, 2009.

SEMARH/BA. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia. **Portal SEIA - Sistema Estadual de Informações Ambientais da Bahia, APAs Estaduais.** Disponível em <<http://www.seia.ba.gov.br/apa/template01.cfm?idCodigo=146>>. Acesso em: 25/01/2009

SHIMP, Terence. **Propaganda e Promoção.** Porto Alegre: Bookman, 2002.

SILVA, Evando Mirra de Paula e; SAKATSUME, Fábio. **A Política Brasileira de Biocombustíveis.** Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2008.

SILVA, Gisele Cristina Sena da; MEDEIROS, Denise Dumke de. **Metodologia de Checkland aplicada à implementação da produção mais limpa em serviços.** Gestão & Produção, Recife, v. 13, n. 3, p. 411-422, set.-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/04.pdf>>. Acesso em: 14/06/2008.

SOUZA, F. R. **Impacto do preço do petróleo na política energética mundial.** 2006. 160 f. Tese (Mestrado em Ciências em Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SUERDIECK, S. S. **Impactos sócio-ambientais da cadeia do biodiesel: o caso da Bahia em perspectiva.** I Congresso Brasileiro de Mamona: energia e sustentabilidade, 2004.

TULL, D. S. & HAWKINS, D. I. **Marketing Research, Meaning, Measurement and Method.** Macmillan Publishing Co., Inc., London, 1976.

UFU. UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Métodos de amostragem e distribuições amostrais.** 2009. Disponível em: <http://www.ecn26.ie.ufu.br/AULAS_ESTADISTICA/metodos_de_amostragem.htm>. Acesso em: 17/12/2009.

URQUIAGA, Segundo; ALVES, B. J. Rodrigues ; BOODEY, R. M. **Produção de biocombustíveis: a questão do balanço energético,** Revista de Política Agrícola, Ano XIV, N°1, 2005. Disponível em: <http://www.agronegocios-e.com.br/agr/down/artigos/Pol_Agr_1_2005_Art06.pdf>. Acesso em: 4/11/2009.

VEDANA. Julio C. **O lamentável fracasso do selo Combustível Social.** Disponível em: < <http://www.biodieselbr.com/colunistas/convidado/lamentavel-fracasso-selo-combustivel-social-18-11-09.htm>>. Acesso em: 15/12/2009.

YIN, Robert K. **Case Study Research: Design and Methods.** Sage Publications Inc., USA, 1989.

WBCSD. **A eco-eficiência: criar mais valor com menos impacto.** Lisboa: WBCSD, 2000. Disponível em: <<http://www.bcsdportugal.org/files/91.pdf>>. Acesso em: 15/06/2008.

WWF. **O impacto do mercado mundial de biocombustíveis na expansão da agricultura brasileira e suas conseqüências para as mudanças climáticas. Brasília:2009.** Disponível em: <http://assets.wwfbr.panda.org/downloads/relatorio_biocombustiveis_wwf_brasil_jul09.pdf>. Acesso em: 17/08/2009.

APÊNDICE 1

INSTRUMENTO DA PESQUISA

- **Entidade promotora da pesquisa:** Aluno de mestrado da Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC Salvador.
- **Objetivos da pesquisa:** A pesquisa deste estudo de caso visa identificar a percepção dos agricultores familiares rurais, dos representantes de cooperativas e associações, além dos gestores dos Pólos de Biodiesel da Bahia, em relação ao posicionamento adotado pelo governo do estado quanto ao fomento e as políticas públicas de desenvolvimento do biodiesel na Bahia.
- **Público-alvo da Pesquisa:** Agricultor Familiar, representantes de Associação e/ou Cooperativa e Articulador (ou Colegiado) dos Pólos de Biodiesel.
- **Vantagens da pesquisa:** Respondendo este questionário será possível avaliar o nível de consonância ou dissonância do que é indicado pelo governo e o que é percebido pelo agricultor. Deste modo, será possível indicar qual é a verdadeira avaliação que o agricultor tem do governo e, assim, poderão ser indicadas ações que corrijam estas distorções.
- **Instrução:** Para responder ao questionário apenas será necessário que o entrevistado, ao seu critério indique um dos indicadores de resposta apresentado. Sendo eles:
 - Muito favorável;
 - Favorável;
 - Neutro;
 - Desfavorável;
 - Muito desfavorável.
- **Sigilo da identidade do participante:** O respondente não será identificado no relatório da pesquisa. Sua identidade será preservada.

Nome do Entrevistado	
-----------------------------	--

QUESTIONÁRIO

N°: _____

Como você percebe o esforço do governo do estado na divulgação do programa de biocombustíveis?

- Muito favorável
 Favorável
 Neutro
 Desfavorável
 Muito desfavorável

Como você avalia as políticas públicas formuladas pelo governo do estado para o desenvolvimento do biodiesel?

- Muito favorável
 Favorável
 Neutro
 Desfavorável
 Muito desfavorável

De que modo você percebe o fomento que é dado ao programa de biodiesel no estado?

- Muito favorável
 Favorável
 Neutro
 Desfavorável
 Muito desfavorável

Como você percebe a atuação do governo do estado em relação à disseminação de técnicas de cultivo e manejo de oleaginosas?

- Muito favorável
 Favorável
 Neutro
 Desfavorável
 Muito desfavorável

Como está a orientação do governo do estado em relação à utilização de tecnologias para uso dos insumos (adubos e fertilizantes)?

- Muito favorável
 Favorável
 Neutro
 Desfavorável
 Muito desfavorável

Você percebe uma orientação do governo do estado em relação à utilização de determinada oleaginosa com base nas condições climáticas da sua região?

- Muito favorável
 Favorável
 Neutro
 Desfavorável
 Muito desfavorável

Como você percebe o esforço do governo do estado em apoiar a organização do agricultor familiar em associações e/ou cooperativas?

- Muito favorável
 Favorável
 Neutro
 Desfavorável
 Muito desfavorável

Você percebe o esforço do governo do estado em ampliar as formas de comercialização das oleaginosas?

- Muito favorável
 Favorável
 Neutro
 Desfavorável
 Muito desfavorável

O governo do estado tem apoiado a criação de novos mercados para o escoamento da produção?

- Muito favorável
 Favorável
 Neutro
 Desfavorável
 Muito desfavorável

Como você tem percebido a atuação do governo do estado como um dos principais agentes do desenvolvimento do biodiesel?

Muito favorável Favorável Neutro Desfavorável Muito desfavorável

Como você tem percebido a atuação do governo do estado como fonte de informação e disseminação de conhecimentos?

Muito favorável Favorável Neutro Desfavorável Muito desfavorável

Como você tem percebido a atuação do governo do estado na capacitação dos agricultores familiares?

Muito favorável Favorável Neutro Desfavorável Muito desfavorável

Qual a sua percepção em relação à atuação do governo do estado na política de assistência técnica rural?

Muito favorável Favorável Neutro Desfavorável Muito desfavorável

Como você percebe a atuação do governo do estado na inserção da agricultura familiar no desenvolvimento da cadeia do biodiesel na Bahia?

Muito favorável Favorável Neutro Desfavorável Muito desfavorável

Qual a sua percepção em relação aos investimentos públicos feitos pelo governo do estado visando o fomento do biodiesel com a agricultura familiar?

Muito favorável Favorável Neutro Desfavorável Muito desfavorável

Como você percebe o volume de investimentos atuais do governo do estado para apoiar o financiamento da produção familiar e do biodiesel?

Muito favorável Favorável Neutro Desfavorável Muito desfavorável

Como você tem percebido a atuação do governo do estado em garantir o cumprimento das leis trabalhistas na agricultura familiar?

Muito favorável Favorável Neutro Desfavorável Muito desfavorável

Como você tem percebido a atuação do governo do estado na garantia das leis ambientais na produção de oleaginosas para o biodiesel?

Muito favorável Favorável Neutro Desfavorável Muito desfavorável

Como o governo do estado tem atuado no desenvolvimento de pesquisa e extensão visando à minimização dos gargalos da produção da agricultura familiar voltada à produção de biodiesel?

Muito favorável Favorável Neutro Desfavorável Muito desfavorável

DADOS DO ENTREVISTADO

Território de Identidade/Pólo:					
Cidade:					
Idade:			Sexo:		
Escolaridade:			Cooperado:	Sim	Não
Função/ Cargo:					
Já recebeu subsídio ou incentivo para o plantio:		Sim		Não	
Renda:		De 1 a 3 salários mínimos		De 4 a 7 salários mínimos	De 8 a mais salários mínimos

APÊNDICE 2

ENQUADRAMENTO DOS AGRICULTORES NO PRONAF

Grupo	Descrição dos Beneficiários
A	- Assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. Assentados de projetos estaduais e aos programas Cédula da Terra, Banco da Terra ou do Programa Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural.
B	- Agricultores com renda familiar anual bruta de até R\$ 2.000,00 para financiar qualquer atividade geradora de renda.
C	- Agricultores que obtenham, no mínimo, 60% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. - Tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado. - Obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 3.000,00 e até R\$ 16.000,00, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.
A/C	Egressos do Grupo A, que se enquadrem nas condições do grupo C e que se habilitem ao primeiro crédito de custeio isolado.
D	- Agricultores que obtenham, no mínimo, 70% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. - Tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 (dois) empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir. - Obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 16.000,00 e até R\$ 45.000,00, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.
E	- Agricultores que obtenham, no mínimo, 80% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. - Tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 empregados permanentes, admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir. - Obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 45.000,00 e até R\$ 80.000,00 incluindo a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, e excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Fonte: (INCRA, 2007).

APÊNDICE 3

MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM OS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA

Nº	Território	Municípios
1	IRECÊ	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulugum do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí, Xique-Xique.
2	VELHO CHICO	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Matina, Malhada, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato.
3	CHAPADA DIAMANTINA	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner, Jussiape.
4	SISAL	Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retrolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente.
5	LITORAL SUL	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca.
6	BAIXO SUL	Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães.
7	EXTREMO SUL	Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuã, Itabela, Itagimirim, Itamarajó, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lagedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabralia, Teixeira de Freitas, Vereda.
8	ITAPETINGA	Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória.
9	VALE DO JIQUIRIÇÁ	Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Iramaia, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Lagedo do Tabocal, Laje, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaira
10	SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Sobradinho, Sento Sé, Juazeiro, Curaçá, Uauá, Canudos.
11	OESTE BAIANO	Wanderley, Cotegipe, Cristópolis, Baianópolis, Catolândia, São Desidério, Barreiras, Angical, Luiz Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, Mansidão, Formosa do Rio Preto, Buritirama.
12	BACIA DO PARAMIRIM	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires, Tanque Novo.

13	SERTÃO PRODUTIVO	Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Urandi, Tanhaçu.
14	PIEMONTE DO PARAGUAÇU	Ruy Barbosa, Itaberaba, Rafael Jambeiro, Ibiquera, Boa Vista do Tupim, Itaçu, Santa Terezinha, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Piritiba, Mundo Novo, Tapiramutá, Miguel Calmon.
15	BACIA DO JACUIPE	Baixa Grande, Mairi, Gavião, Capela do Alto Alegre, Ipirá, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço, São José do Jacuípe, Quixabeira.
16	PIEMONTE DA DIAMANTINA	Caém, Capim Grosso, Serrolândia, Jacobina, Várzea Nova, Ouroândia, Umburanas, Mirangaba, Saúde.
17	SEMI-ÁRIDO NORDESTE II	Jeremoabo, Santa Brígida, Pedro Alexandre, Coronel João Sá, Sítio do Quinto, Novo Triunfo, Antas, Cícero Dantas, Banaê, Fátima, Adustina, Paripiranga, Ribeira do Pombal, Heliópolis, Ribeira do Amparo, Cipó, Nova Soure, Euclides da Cunha
18	AGRESTE DE ALAGOINHAS/LITORAL NORTE	Itapicuru, Olindina, Crisópolis, Rio Real, Jandaíra, Conde, Acajutiba, Esplanada, Cardeal da Silva, Entre Rios, Mata de São João, Itanagra, Araçás, Alagoinhas, Aramari, Ouriçangas, Inhambupe, Sátiro Dias, Aporá, Catu, Pojuca, Pedrão.
19	PORTAL DO SERTÃO	Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, Conceição de Feira, Santo Estevão, Ipecaetá, Antônio Cardoso, Anguera, Tanquinho, Santa Bárbara, Santanópolis, Coração de Maria, Amélia Rodrigues, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Conceição do Jacuípe, Irará, Água Fria.
20	VITÓRIA DA CONQUISTA	Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraibas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista
21	RECÔNCAVO	Santo Amaro, Saubara, Governador Mangabeira, Muritiba, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, São Félix, Maragogipe, Cruz das Almas, Castro Alves, Conceição do Almeida, São Felipe, Santo Antônio de Jesus, Muniz Ferreira, Varzedo, Dom Macedo Costa, Nazaré, Sapeaçu, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde.
22	MÉDIO RIO DAS CONTAS	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã, Itamari.
23	BACIA DO RIO CORRENTE	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho.
24	ITAPARICA (BA/PE)	Abaré, Macururé, Chorrochó, Rodelas, Glória, Paulo Afonso, Belém do São Francisco (PE), Itacuruba (PE), Camaubeira da Penha (PE), Floresta dos Navios (PE), Petrolândia (PE), Tacaratu (PE), Jatobá (PE).
25	PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	Campo Formoso, Jaguarari, Andorinha, Ponto Novo, Caldeirão Grande, Pindobaçu, Filadélfia, Antônio Gonçalves, Senhor do Bonfim.
26	METROPOLITANA DE SALVADOR	Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, Simões Filho, Vera Cruz, Salinas da Margarida.

Fonte: (SEAGRI, 2009).

APÊNDICE 4

CONVÊNIO MDA/ OBRA KOLPING DO BRASIL: PÓLOS DE BIODIESEL NA BAHIA

Instituição	Objeto	Metas	Unidade	Quant
Obra Kolping do Brasil	Instalação e acompanhamento de 20 pólos de Biodiesel com Grupos de Trabalho atuando de forma estratégica e sustentável na organização e articulação da base produtiva de oleaginosas de agricultores familiares na cadeia do Biodiesel no Nordeste	1- Constituição e funcionamento de 20 Pólos de Biodiesel	Plano de desenvolvimento	20
Município: Fortaleza		1.1- Mobilização dos atores estratégicos nos Pólos para constituição ou continuidade dos GTs - Grupos de Trabalho	Reunião	984
UF: CE		1.2- Reuniões dos Grupos de Trabalho	Reunião	240
Endereço: Rua Mirtil Meyer nº100 Bairro-Mondubim		1.3- Visitas de Intercâmbio entre os Grupos de Trabalho	Intercâmbio	40
CEP: 60.762-080		1.4- Divulgação do Projeto	Documento	20.400
Telefone: (85) 3296-1289		2- Capacitação, supervisão e nivelamento da equipe técnica do projeto	Reunião	90
E-mail: kolpingecn@velloxmail.com.br		2.1- Reuniões sub-regionais da equipe técnica do projeto	Reunião	2
Vigência do Convênio: 03/07/2008 à 31/12/2009		2.2- Reuniões regionais da equipe técnica do projeto	Reunião	2
Nº Agricultores Beneficiados: 4.000		2.3- Reuniões nacionais da equipe técnica do projeto	Reunião	1
Área de abrangência: Adustina, Afogados Da Ingazeira, Afranio, Aiuaba, Alagoinha, Alvorada Do Gurgueia, Amelia		2.4- Reunião para supervisão aos Pólos	Reunião	80

Rodrigues, America Dourada, Andaraí, Anguera, Anísio De Abreu, Antonio Cardoso, Aracatu, Araci, Ararenda, Araripina, Arcoverde, Banabuiu, Barra Do Mendes, Barro Alto, Belo Campo, Belo Jardim, Betania, Boa Viagem, Boa Vista Do Tupim, Bodoco, Bom Jesus Da Lapa, Bom Jesus Da Serra, Bonfim Do Piauí, Botuporã, Brejo Da Madre De Deus, Brumado, Buique, Cafarnaum, Canarana, Caninde, Canto Do Buriti, Caracol, Caridade, Carinhanha, Catunda, Caturama, Central, Choro, Conceição Da Feira, Conceição Do Jacuípe, Contendas Do Sincora, Coronel Jose Dias, Crateus, Custodia, Deputado Irapuan Pinheir, Dirceu Arcoverde, Dom Basilio, Dom Inocencio, Dormentes, Estado do Maranhão, Estado do Rio Grande do Norte, Euclides Da Cunha, Exu, Fartura Do Piauí, Fatima, Feira De Santana, Flores, Granito, Guaribas, Heliopolis, Ibaretama, Ibimirim, Ibipecta, Ibiquera, Ibitita, Inaja, Independencia, Ipaporanga, Ipubi, Ipueiras, Iramaia, Iraquara, Irece, Itaete, Itaguaçu Da Bahia, Itapetim, Itatira, Jaborandi, Jatoba, João Costa, João Dourado, Jurema, Jussara, Lajedinho, Lapão, Livramento De Nossa Senh,	2.5- Reuniões da coordenação ampliada para planejamento, monitoramento e avaliação do Projeto	Reunião	5
	3- Capacitação e mobilização de Agricultores Familiares na base produtiva	Eventos	580
	3.1- Reuniões para acompanhamento e orientação dos Grupos de Trabalho aos núcleos de produção	Reunião	480
	3.2- Seminários de capacitação e divulgação do PNPB com Agricultores Familiares	Seminário	100
	4- Diálogo com os principais atores e espaços de concertação da cadeia do Biodiesel nos estados nordestinos	Reunião	96
	4.1- Participação ativa em reuniões e eventos em nível estadual	Reunião	60
	4.2- Participação em reuniões e eventos da SAF – Coordenação de Biocombustíveis	Reunião	36
	1- Constituição e funcionamento de 20 Pólos de Biodiesel	Plano de desenvolvimento	20
	1.1- Mobilização dos atores estratégicos nos Pólos para constituição ou continuidade dos GTs - Grupos de Trabalho	Reunião	574
	1.2- Reuniões dos Grupos de Trabalho	Reunião	140

Madalena, Maetinga, Malhada De Pedras, Maracas, Marcionilio Souza, Mirandiba, Mirante, Mombaça, Monsenhor Tabosa, Moreilandia, Morro Do Chapéu, Mulungu Do Morro, Nova Redenção, Nova Russas, Novo Oriente, Olindina, Ouricuri, Ourolandia, Parambu, Paramirim, Paramoti, Paripiranga, Parnamirim, Pedra, Pedra Branca, Pesqueira, Petrolândia, Petrolina, Piquet Carneiro, Piripa, Poção, Poranga, Presidente Janio Quadros, Quiterianopolis, Quixaba, Quixada, Quixeramobim, Ribeira Do Pombal, Rio Real, Sanharo, Santa Barbara, Santa Cruz, Santa Cruz Da Baixa Verd, Santa Filomena, Santa Maria Da Boa Vista, Santana, Santa Quiteria, Santo Estevão, Senador Pompeu, Serra Do Ramalho, Serra Talhada, Sertania, Sitio Do Mato, São Braz Do Piauí, São Gabriel, São Joaquim Do Monte, São Jose Do Egito, Solonopole, São Lourenço Do Piauí, São Raimundo Nonato, Souto Soares, Tacaratu, Tanhaçu, Tanquinho, Taua, Tremedal, Trindade, Triunfo, Tucano, Tupanatinga, Uibai, Umburanas, Varzea Branca, Varzea Nova, Venturosa.

1.3- Visitas de Intercâmbio entre os Grupos de Trabalho	Intercâmbio	20
2- Capacitação, supervisão e nivelamento da equipe técnica do projeto	Reunião	48
2.1- Reuniões sub-regionais da equipe técnica do projeto	Reunião	4
2.2- Reunião regional da equipe técnica do projeto	Reunião	1
2.3- Reunião nacional da equipe técnica do projeto	Reunião	1
2.4- Reunião de supervisão nos Pólos	Reunião	40
2.5- Reuniões da coordenação ampliada para planejamento, monitoramento e avaliação do Projeto	Reunião	2
3- Capacitação e mobilização de Agricultores Familiares na base produtiva	Eventos	380
3.1- Reuniões de acompanhamento e orientação dos Grupos de Trabalho aos núcleos de produção	Reunião	280
3.2- Seminários de capacitação e divulgação do PNPB com Agricultores Familiares	Seminário	100
4- Diálogo com os principais atores e espaços de concertação da cadeia do Biodiesel nos estados nordestinos	Reunião	51

4.1- Participação ativa em reuniões e eventos em nível estadual	Reunião	30
4.2- Participação em reuniões e eventos da SAF – Coordenação de Biocombustíveis	Reunião	21

APÊNDICE 5

SUB-PROJETOS DO BAHIABIO (SEGMENTAÇÃO POR TIPO DE OLEAGINOSA)

PROJETO DENDÊ						
OBJETIVOS	METAS	ÁREA DE CULTIVO	BENEFICIÁRIOS	PRODUÇÃO	PRODUTIVIDADE	TERRITÓRIO
<ul style="list-style-type: none"> • Atender parte da demanda de óleo de palmiste da indústria oleoquímica; • Contribuir com 256 mil m3 de óleo a partir de 2012 para atender a demanda anual de biodiesel no Estado; • Oferecer instrumentos básicos para que os mini e pequenos produtores familiares possam cultivar o dendê, auferindo rendimentos suficientes para sua inserção no mercado produtivo; • Capacitar técnicos e produtores envolvidos com a atividade da dendeicultura no Estado; • Promover a expansão da indústria processadora de dendê e melhorar as instalações de processamento em nível de propriedade, particularmente dos 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a produção ou aquisição de 10 milhões de sementes de dendê Tenera, para atender as demandas do projeto (64.000 ha) de plantio/renovação; • Promover em parceria com as associações de produtores, a implantação de 64.000 ha de dendê da variedade Tenera, assegurando anualmente, 256 mil m3 de biodiesel e 26 mil toneladas de óleo de palmiste. 	<ul style="list-style-type: none"> • 40 mil hectares • Região do Litoral Sul: Canavieiras, Ilhéus, Itacaré, Santa Luzia e Uma; • Região do Baixo Sul: Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Taperoá e Valença; • Região do Extremo Sul: Belmonte, Porto Seguro, Prado e Santa Cruz de Cabralia; • Região do Recôncavo Sul: Aratupe, Cachoeira, Jaguaripe, Maragogipe, Muniz Ferreira, Nazaré, Salinas da Margarida, 	<ul style="list-style-type: none"> • Mini, pequenos, médios e grandes produtores das regiões do Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Recôncavo Sul e Metropolitana de Salvador. 	<ul style="list-style-type: none"> • 24 mil toneladas 	<ul style="list-style-type: none"> • Produtividade de 600 kg/ha 	<ul style="list-style-type: none"> • Recôncavo até o Extremo Sul do Estado.

rodões; • Promover a expansão da área cultivada.		Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus e Saubara; • Região Metropolitana de Salvador: Candeias, Itaparica, Madre de Deus, São Francisco do Conde e Vera Cruz.				
---	--	---	--	--	--	--

PROJETO ALGODÃO						
OBJETIVOS	METAS	ÁREA DE CULTIVO	BENEFICIÁRIOS	PRODUÇÃO	PRODUTIVIDADE	TERRITÓRIO
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a ampliação do parque industrial de processamento de caroço de algodão, visando o aproveitamento do óleo para a produção do biodiesel; Contribuir para atender a demanda anual de biodiesel no estado. 	<ul style="list-style-type: none"> Atrair plantas industriais para o processamento de 550.000 toneladas de caroço de algodão e produzir 134 mil m3 de biodiesel a partir de 2008; Revitalizar o cultivo na Região Sudoeste. 	<ul style="list-style-type: none"> O parque industrial para aproveitamento do caroço do algodão deverá ser implantado na região Oeste e será voltado para o suprimento da demanda regional do combustível, que é muito elevada em função da alta mecanização da 	<ul style="list-style-type: none"> Agricultores familiares e suas organizações. 	<ul style="list-style-type: none"> A safra de algodão em 2007 em torno de 15% tem potencialidade de produção de um total de 94.500 toneladas de óleo destinado ao fabrico de biodiesel ou a outra finalidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Crescimento médio excepcional tanto em produção total (485%) como em índice de produtividade (45,3%). 	<ul style="list-style-type: none"> Região Oeste da Bahia, pretendendo-se revitalizar a cultura na região Sudoeste da Bahia.

		lavoura de grãos.				
--	--	-------------------	--	--	--	--

PROJETO MAMONA						
OBJETIVOS	METAS	ÁREA DE CULTIVO	BENEFICIÁRIOS	PRODUÇÃO	PRODUTIVIDADE	TERRITÓRIO
<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a melhoria dos sistemas de produção da mamoneira nas diferentes regiões produtoras, aumentando a área cultivada e a produtividade, com custos de produção que permitam aos produtores manter a sustentabilidade do negócio. • Gerar e transferir tecnologias que possibilitem o incremento da produtividade, mantendo a sustentabilidade do sistema; • Prestar assistência técnica aos agricultores familiares que se dedicam ao cultivo da mamoneira, com vistas ao incremento da área e da produtividade e melhoria da renda familiar; • Ofertar semente melhorada, de cultivares recomendadas pela pesquisa, isenta dos principais 	<ul style="list-style-type: none"> • Nos oito anos do programa, atender 50.000 agricultores familiares, que cultivarão 87.000 ha de mamona; • Produção de 31 mil m3 de Biodiesel, a partir de 2008; • Incrementar a produtividade da mamoneira em 20% ao ano, em relação à safra 2006/2007; • Melhorar a tecnologia de produção da mamoneira, através da assistência técnica e do fornecimento de crédito rural a 50.000 produtores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em quase todos os municípios do Semi-Árido baiano 	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultores familiares e suas organizações. 	-	-	<ul style="list-style-type: none"> • Semi-Árido baiano

<p>patógenos que atacam a lavoura, com alto vigor e germinação superior a 80%;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitar os agricultores familiares de mamona no processo de produção. 						
--	--	--	--	--	--	--

PROJETO PINHÃO-MANSO						
OBJETIVOS	METAS	ÁREA DE CULTIVO	BENEFICIÁRIOS	PRODUÇÃO	PRODUTIVIDADE	TERRITÓRIO
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver o cultivo do pinhão-manso em uma área de 200 mil hectares, envolvendo agricultores familiares, médios e grandes produtores para fornecimento de matéria-prima para as usinas de biodiesel instaladas na Bahia. • Desenvolver tecnologias que possibilitem a exploração econômica do pinhão-manso pelo agricultor familiar; • Desenvolver um processo de informação sobre a cultura do pinhão-manso junto às comunidades de produtores rurais; • Produzir sementes e mudas 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar as condições para o plantio de 200 mil hectares de pinhão-manso, em um prazo de oito anos; • Prestar assistência técnica e creditícia a 3.595 produtores, que cultivarão o pinhão-manso em sistemas exclusivo e consorciado com culturas alimentares; • Elaborar um sistema de produção que possa dar suporte ao desenvolvimento racional 	<ul style="list-style-type: none"> • Amplas possibilidades de cultivo em todo o Estado da Bahia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Produtores familiares e suas organizações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em áreas com chuvas durante todo o ano, frutifica o ano inteiro, chegando a produzir 8.000kg de bagas por hectare. 	-	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidades de cultivo em todo o Estado da Bahia.

<p>suficientes para atender à demanda da agricultura familiar;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prestar assistência técnica e creditícia aos agricultores familiares que venham a aderir ao projeto; • Desenvolver uma logística de armazenamento da produção, que possa facilitar a comercialização e o transporte da matéria-prima, do campo para a usina. 	<p>do cultivo do pinhão-manso no Estado da Bahia;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produzir 320 mil m3 de Biodiesel, a partir de 2010. • 					
--	--	--	--	--	--	--

PROJETO GIRASSOL						
OBJETIVOS	METAS	ÁREA DE CULTIVO	BENEFICIÁRIOS	PRODUÇÃO	PRODUTIVIDADE	TERRITÓRIO
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a expansão do cultivo do girassol nos diferentes biomas do Estado da Bahia, visando a produção de matéria-prima para o programa biodiesel. • Desenvolver tecnologias que possibilitem a exploração econômica do girassol pelo agricultor familiar, nos diferentes biomas do Estado da Bahia; • Produzir sementes suficientes para atender à demanda da 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a área plantada com girassol no Estado para 30.000 ha a partir de 2008; • Prestar assistência técnica e creditícia para 20.000 agricultores familiares; • Produzir 240 t de sementes certificadas/ano para atender à área plantada; 	<ul style="list-style-type: none"> • Estado da Bahia, especialmente nas regiões do Semi-Árido, Oeste e Nordeste. 	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultores familiares e suas organizações. 	-	<ul style="list-style-type: none"> • Testes realizados pela EBDA mostram a grande factibilidade dessa lavoura, com produtividades que superam 2.000 kg/ha, no Semi-Árido, e 3.000kg/ha, nos Cerrados e no Sub-úmido. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estado da Bahia

<p>agricultura familiar;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prestar assistência técnica e creditícia aos agricultores familiares que venham a aderir ao projeto; • Desenvolver uma logística de armazenamento da produção, que possa facilitar a comercialização e o transporte da matéria-prima, do campo para a usina. 	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir 20 mil m3 de Biodiesel, a partir de 2008. 					
--	--	--	--	--	--	--

PROJETO AMENDOIM						
OBJETIVOS	METAS	ÁREA DE CULTIVO	BENEFICIÁRIOS	PRODUÇÃO	PRODUTIVIDADE	TERRITÓRIO
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ações para o incremento da área plantada, produção e rendimento do amendoim nas diferentes regiões produtoras do Estado da Bahia. • Prestar assistência técnica e creditícia aos agricultores familiares que se dedicam ao cultivo do amendoim, com vista ao incremento da produção e da produtividade e melhoria da renda familiar; • Disponibilizar sementes 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar para 17.000 ha a área plantada com amendoim; • Incrementar a produtividade média do amendoimzeiro em 50%, em relação à safra 2006/2007; • Melhorar a tecnologia de produção do amendoimzeiro, através da assistência técnica a 34.000 agricultores 	<ul style="list-style-type: none"> • No Estado da Bahia, 93 municípios plantam amendoim, a maioria deles localizada nas regiões do Recôncavo, Litoral Norte e Baixo Sul. 	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultores familiares e suas organizações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estado da Bahia plantou uma área de 6.314ha, colheu 7.243t, com um rendimento médio de 1.147kg/ha. Na região Semi-Árida o amendoimzeiro é plantado sob condições de irrigação. O município de Curaçá destaca-se por apresentar uma 	<ul style="list-style-type: none"> • Atualmente, o amendoim é cultivado para consumo in natura, notadamente nos festejos juninos. Por isso, a área plantada está estagnada em torno de 6.000ha. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estado da Bahia.

<p>melhoradas isentas dos principais patógenos que atacam a lavoura, com alto vigor e germinação superior a 85%;</p> <ul style="list-style-type: none">• Capacitar os agricultores familiares de amendoim no processo de produção;• Produzir 12 mil m3 de biodiesel, a partir de 2008.	familiares.			produtividade média de 3.550kg/ha, em uma área cultivada de 400 há.		
---	-------------	--	--	---	--	--

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)